Porto Alegre, Ano II, nº 16 — Cr$ 7,00

Maio de 1977

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Castello Branco

Costa e Silva

Médici

Geisel

A REVOLUÇÃO E SEUS CAMINHOS

O processo revolucionário, seus quatro presidentes e a escolha do sucessor de Geisel, vistos pelo jornalista político Carlos Chagas

Ele está fraco, comprando cada vez menos.

O DINHEIRO DOENTE

BORREGAARD PEDE SOCORRO

Endividada e sem conseguir vender sua celulose, a hoje Riocell quer ajuda do Governo

RS e SC Cr$ 7,00 — Outros Estados Cr$ 10,00

coojornal

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira cooperativa de jornalistas do Brasil, a COOJORNAL, que foi fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 317 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital ou trabalho, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e qualidade de suas publicações próprias e de 18 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa

Redação
José Antônio Vieira da Cunha, Rosvita Saueressig, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Guaraci Fraga, Jacqueline Joner (**editores**), André Pereira, Ricardo Schmit, Marco Antônio Schuster, Elaine Lerner, Marina Wodtke, Marcelo Oscar Lopes, Jorge Freitas, Najar Tubino, Vera Teresa Costa, Pedro Macedo, Eugênio Bortolon, Maria da Graça da Silva, Acari Amorim, Rafael Guimarães (**repórteres e redatores**), Luís Grassi, Severino Góes (**Brasília**), Gilberto Pauletti (**Rio**), Hélio Teixeira (**Curitiba**), Jorge Escosteguy, Geraldo Hasse (**São Paulo**), Paolo Marconi (**Salvador**), Gleiser Neves (**Belo Horizonte**), José Maria de Andrade (**Recife**), Maria da Graça Seligmann, Luiz Lanzetta (**Florianópolis**), Luiz Abreu, Eneida Serrano, J. B. Scalco, Ricardo Chaves, Assis Hoffmann (**fotografia**), Luiz Carlos Ferré, Juvenal da Luz Neto (**arte**), Jorge Gallina, Lilian Bem David (**diagramação**), Francisco Alba (**coordenação técnica**), Dejair Boeira, Maria Isabel Timm, Beti Stifelman Paulo Roberto França (**revisão**), Nilson Figueiredo, Carlos de Góz Rios (**produção**), Paulo Sá, Olmiro Lempek, Atil Vineton, Luiz Gustavo Machado, Rubens Machado, Jorge Patrício e Silva (**montagem**), Hélio Pinho, Ivan Carlos Franco, Júlio César Romano (**composição**).

Gerência
Eladio Vieira da Cunha

Comercial
Gabriel Matias

Circulação e Assinaturas
Carlos Alberto Wagner, Dirceu Zaremsky

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372 — Fones 24-0951 e 21-8984 — Telex(051)1605 — CEP 90.000, Porto Alegre, RS.
— Registro nº 33170/Livro A 1

Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (**Presidente**), Osmar Trindade (**Vice-Presidente**), Marcelo Oscar Lopes' (Secretário), Luís Cláudio Cunha, Jorge Olavo de Carvalho Leite, José Guaraci Fraga, Carlos Karnas, Antônio Oliveira, Maria da Graça Seligman, Assis Hoffmann, Emanuel Gomes de Mattos, Carlos Henrique Bastos, Edgar Vasques (**Conselheiros de Administração**), João Borges de Souza, Tomás Irineo Pereira, Alberto André, Agnese Schiffino, Sérgio Becker, Antônio Gonzales, Carlos Mosmann, Luiz Carlos Felizardo, Euclides Torres, Leo Tavejnhanski (**Conselheiros Fiscais**), Jorge Polydoro (**Diretor-Superintendente**), Adélia Yates Porto da Silva, Ademar Vargas de Freitas, Affonso Ritter, Angela Riccordi, Antônio Britto Filho, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Urbim, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace da Silva, Caco Barcelos, Danilo Ucha, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Elmar Bones da Costa, Érico Valduga, Erni Quaresma, Floriano Soares, Gládis Ibarra, Imara Stallbaum, Jandira Maria César, José Antônio Ribeiro, Félix Valente, Julieta Nunes Pereira, Licinio de Azevedo, Luiz Carlos Merten, Luiz Francisco Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Maria Wagner, Marina Wodtke Abu-Jamra, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam Borges da Cunha, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Paulo de Tarso Riccordi, Paulo Gerson A. de Oliveira, Pedro Maciel, Regina Vasquez, Renato Pinto da Silva, Ricardo Chaves, Rosvita Saueressig Laux, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Hermelindo Macedo, Clóvis de Oliveira Malta, Omar de Barros Filho, João Carlos Ferreira da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, J. B. Scalco, Eva Maria Caparelli, Maristela Bairros, Luiz Rache Vitello Fº, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Rogério Mendelski, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintowitz, Sílvio Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Martins Freitas, Renan Antunes de Oliveira, Mário Eugênio da Rocha, João Batista Aveline, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Gerson Schirmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Paulo Burd, Gomercindo Coitinho, Carlos Salzano, Laila Pinheiro, Marinória Schilling Osório, Hélio Gama, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flavio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Luiz Paulo de Pilla Vares, Paulo Roberto Maciel, Luiz Afonso Franz, Andre Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Luiz Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch da Silva, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro José de Quadros, Maria Inês Burger Marques, José Antônio Pinheiro Machado, Olívio Lamas, Silvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Toniello, José Abu-Jamra, Francisco Dias Lopes, Lilian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascentes, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Rômulo Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Mafalda, Valdir Barbosa Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Luiz Augusto Rebés de Abreu, Vera Regina Monteiro, Amauri Mari de Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neuza Tasca, Otília Maria Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Suzete Rosa Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Jamardo Faillace, Santa Irene Rosa, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Tellini Figueredo, Iaraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Alberto Arteche, Neuza Maria Ribeiro, Edgar Planella, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockyman, Jayme Copstein, Raul Rübenich, Cíntia Maria Nahra Leal, Leonardo Berlese Dourado, Edson Gomes Chaves Fº, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaine Maria Silveira, Adroaldo Bauer Spindola Correa, Vera D. Barcellos, Sibyla Loureiro, Humberto Andreatta, Christa Berger Kuschick, Maria Enéida Serrano, Jacqueline Joner, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Alfonso Abraham, Wladymir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Chagas de Moura, Paulo Antônio Fogaça, Severino de Araújo Góes, Fernando Guedes, Neltair Rebés Abreu, Maria da Graça da Silva, Walmaro Paz, Ana Elusa Sperb Rech, Milton Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luisa Paim Teixeira, Júlio Tadeu Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najar Tubino, Marise de Martini Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Carlos Roberto Dorneles, Ricardo Schmitt, Carmem Maria Laviaguerra, Nelson Baibich, Francisco Daniel L. da Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Teresa Costa, Juarez Fonseca, Carlos Gilberto X. da Rocha, Jorge Gallina, Maria Eloir da Silveira, Renato Kern, Vera Suzana Kern, Valmório Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Cosme Barros, José Enedir Francisco, José Roberto Garcez, Luiz Telmo Emerim, Valdir da Silva, Norberto Hoffmann, Sérgio Batsow, Cândido Augusto Cruz, Francisco Juska Filho, Carlos Rafael Guimarães, Gilberto Ribas dos Santos, Carlos Frederico Menz, Eduardo Serrano San Martin, Ilza Maria Tourinho Girardi, Eugenio de Faria Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar de Oliveira Marques, Acari Amorim, Waldoar Teixeira, José A. Souza Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Wilson Silveira de Moura, Ênio Roberto Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Magno Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Iara Terezinha Schilling Pereira, Fernando Fuentes Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Silvio Correa, Luís Carlos Ferreira, Aníbal Bendati, Arthur Xavier de Oliveira Filho, Carlos Roberto Silveira, Carlos Alfredo Smich da Silva, Olides Canton, Roberto Augusto Thomé, Rogério Raupp Ruschel, Luiz Fernando Veríssimo, José Luiz Goulart Prévidi, Maria Elaine Alves Borges, Eduardo Rômulo Bueno, Guaracy de Souza Cunha, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Pacheco Toralles, Luiz Ricardo Lanzetta, Alice Inês de Verney Lorenzi, Ana Maria Barros Pinto, Lotário Neuberger e Ubirajara Silva Prates; Antônio Canabarro Trois Filho, Bernadete dos Santos Viana, Carlos Alexandre Gruber de Castro, Cristina Baptista Pereira, Eloisa Beatriz Enck Gonçalves, Jane Elisabete Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Alberto Nascimento, Patrício D'Ávila Garcez Bentes, Paulo Antônio Coelho de Barros, Raul Zoratto Sanvicente, Riomar Bêssio da Trindade, Rômulo Kraft, Vera Maria Bosak, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Mirta Vieira Coelho e Juvenal B. da Luz Neto.

Associado à
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor

Em pouco mais de 15 anos de crônica política, o jornalista Carlos Chagas construiu um nome respeitável, que hoje figura entre os escassos expoentes que temos nesta área jornalística tão importante e tão judiada nos tempos atuais.

Neste número, ele é o nosso entrevistado principal e o seu assunto é o inevitável: os caminhos por onde tem sido levada a frágil carruagem da política brasileira nos últimos 13 anos.

Testemunho atento e lúcido deste atribulado percurso, ele tem ainda a autorizá-lo o fato de ter vivido pelo lado de dentro um período excepcionalmente elucidativo da jornada revolucionária. Chagas foi assessor de imprensa da presidência da República durante parte do governo do general Artur da Costa e Silva. Autoridade, portanto, não lhe falta.

A sua entrevista, que publicamos a partir da página 22, é resultado de uma conversa de quase duas horas com o repórter Luís Grassi, em Brasília. Embora não seja propriamente de revelações e sofra das limitações de uma conversa de improviso, ela nos parece importante por reunir numa espécie de painel amplo e abrangente alguns fatos e opiniões expostos na sua coluna diária na página cinco de O Estado de S. Paulo. **Sobretudo, diante dos fatos recentes e seus desdobramentos, ela nos parece oportuna.**

• • •

O Brasil inteiro tomou conhecimento, há dois anos, da campanha implacável movida pelos porto-alegrenses contra a então Indústria de Celulose Borregaard, hoje Riocell. Reclamava-se a correção de um erro que estava prejudicando a população, a fábrica poluía os ares e as águas do Rio Guaíba.

A bem da verdade, o mau cheiro que exalava diminuiu (ou será que nos acostumamos, apenas?). Mas, agora novos fatos estão provando que a questão da Borregaard não se limitava a um erro geográfico, à localização da fábrica. Na página 3, falamos da crise da Riocell, um assunto que não interessa mais à grande imprensa.

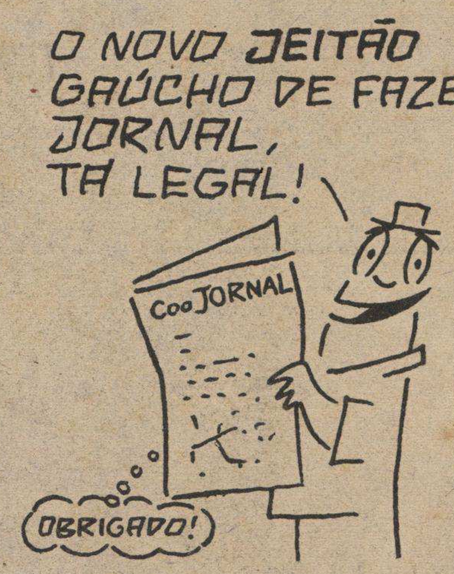
• • •

Em fevereiro de 1946, o samba-enredo da Escola de Samba "Vai se Quiser" — a Mangueira de hoje — intitulava-se "Saudações Democráticas". Era uma homenagem à Assembléia Constituinte instalada pouco antes com o objetivo de dar ao país uma nova Constituição. A ditadura do Estado Novo estava sepultada, depois de oito anos, e o assunto era a política que renascia num ambiente inteiramente livre.

Getúlio havia entregue o governo em 45 para não cair, eleições gerais haviam sido convocadas e os eleitos decidiam sobre as normas que deveriam reger a vida brasileira.

Vinte e um anos depois, a idéia de 46 está de volta, como uma alternativa para as dificuldades que o país está enfrentando no terreno político-institucional. Vozes da Arena e do MDB a defendem e o coro cresce a cada dia. Nas páginas 28 e 29, um breve relato do que foi a Constituinte de 46, que nos deu a mais democrática das nossas constituições.

O EDITOR



É importante

Senhor Editor:
Foi com enorme satisfação que passando por uma banca, nas ruas de Porto Alegre, em fevereiro, conheci o **Coojornal.**

É importante saber que a verdadeira imprensa, democrática, combativa, crítica, independente (no sentido de ser desvinculada de grandes grupos) existe em Porto Alegre. Senti que o **Coojornal** cumpre suas finalidades. Serve de consulta, informação e além disso critica, comenta criteriosamente fatos ocorridos não só em Porto Alegre como no Brasil.

Gostaria de me tornar assinante deste jornal e, se possível, gostaria também de receber o exemplar de janeiro, pois soube conter uma interessante entrevista com o historiador Hélio Silva. — **André Pereira, Rio.**

Profissão bastarda

Amigos:
Este é um pedido de assinatura do **Coojornal,** que tenho lido com avidez desde que surgiu nas bancas. Acredito que é uma ótima maneira de fazer um jornalismo responsável, sem atender às pressões dos "donos da informação", tão comuns em nosso meio.

Além do mais, é uma satisfação ler o expediente e deparar com os nomes de vários ex-colegas de Comunicação, no antigo Curso de Jornalismo da UFRGS, nos idos de 65/66/67. Infelizmente, abandonei o curso para assumir no Banco do Brasil, no interior, por não ver futuro profissional no jornalismo, além do amor que vicia. Vez por outra, no entanto, me questiono se valeu a pena ser hoje "caixa-executivo do Banco do Brasil", provavelmente com um salário maior do que muitos de meus antigos colegas, mas cercado por uma rotina miserável que me aniquila e corrompe intelectualmente. A par disso, me consolo ao ver quão abastardada está a profissão, tendo de se curvar ao poder, perdendo a independência, sem a qual é impossível fazer um jornalismo autêntico e sério. O que fazer com a Censura, abortadora de pensamentos livres, elevados e sérios??? Pactuar é impossível...

Resta repetir Hélio Silva: "A censura é uma burrice".

Sem querer destacar matéria alguma do **Coojornal** para não cometer injustiças — todas estão ótimas, no mesmo nível — informo que resumi aos companheiros do Orbis Clube, a brilhante reportagem "A morte lenta nos campos", do número 14, que dá o brado de alerta para um assunto importantíssimo, relegado a plano secundário em função de interesses multinacionais.

Creiam que o destaque por vocês obtido no centro do país (com citação em revistas e jornais de destaque) é justificadíssimo e impõe a responsabilidade de continuar no mesmo rumo, acertando sempre "na mosca".

Abraços e sucesso a todos. — **Cláudio Valmir Spindler, Novo Hamburgo.**

Os pais d'éguas

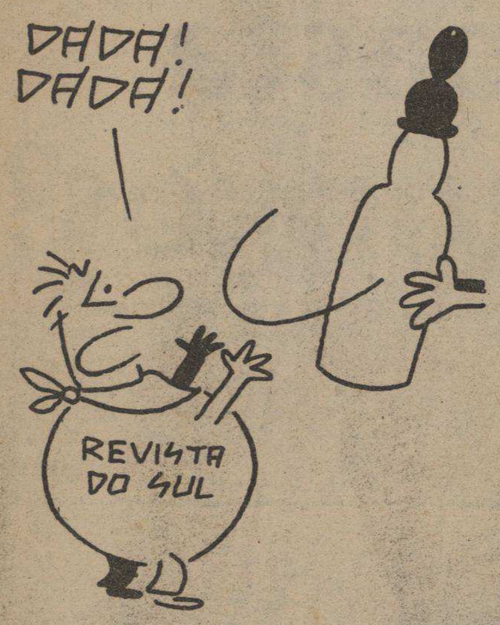
Meus bons amigos:
Até que finalmente comecei a receber o **Coojornal.** Chegou uma carrada deles logo agora que volto do interior do Piauí. Estive pelo sertão, pela capital e em Parnaíba. Aquilo lá é uma loucura, uma zorra, como me disse o briguento Cienas Santos, editor do nanico *Chapada do Corisco*, único jornal não comprometido do Piauí.

Aqueles pais d'éguas, os do sertão, vivem à margem de tudo. À passagem do ônibus ou do trem (Teresina-Parnaíba e Teresina-Fortaleza), mulheres, crianças, porcos, jegues, todos correm para ver a vida (?), já que a morte parece tomar-lhes o corpo. Em Campo Maior, para a desgraça daquela gente, tem televisão na praça, em que se pode ver as mais belas casas, coisa inexistente no Piauí, onde há 500 mil choupanas de palha de coqueiro, pau-a-pique e piso de areia. Ali, em 60 municípios, não há uma pessoa sequer com curso superior. Em, exceto a Universidade do Piauí, só se sabe da notícia de uma outra faculdade: a de administração de empresas, em Parnaíba, terra de pouquíssimas empresas.

Vi boas estradas, estádios..., publicações oficiais, teatro moderno (o 4 de Setembro), motel em Amarração, mas vi, principalmente, choupanas, mulheres esmolando por todo lado, crianças perambulando pelas ruas.

Rodei o Piauí, acabei vendendo, já que não acho justo ceder matéria, longo artigo sobre os pescadores da Praia do Coqueiro, em Luís Correia. Ganhei a migalha de 300 cruzeiros por três laudas e seis fotos. Nem tiveram o cuidado de ler a matéria, um malho sutil nos brancos que começam a entrar naquele paraíso. O Coqueiro ainda é virgem e há que preservá-lo. Aquilo lá não é Tramandaí. Pescador não usa *camisinha*, não precisa deste tipo de engodo, de simulação. — **Jorge Baleeiro de Lacerda, Francisco Beltrão, Paraná.**

CARTAS (Continuação)



Falta vergonha

Amigos:

A Revista do Sul tem 32 anos. É editada em Blumenau pelo doutor (Dr.) Osias Guimarães que também é poeta ("sinto que a consciência se amolda à procura do ouro.E que a maldade se apoderou do coração. Gostaria que tudo fosse diferente como nos bons tempos de outrora"). Bem, no número 238,de março,a tal publicação faz uma confissão que faria corar de vergonha qualquer *sevandija* destes que infestam a imprensa nacional. Num artigo de página inteira (coluna "no setor do governo", onde aparece uma foto do governador Konder Reis e o slogan de sua administração, o já desgastado "Encurtando distâncias") a tal revista dedica-se a lamentar a política de contenção de despesas que o governo se viu obrigado (forças ocultas) a adotar. E aí começa um desfile de bajulações e de falta de vergonha que assustam: "Em princípio, não se pode deixar de dar razão ao governador tendo em vista as condições atuais, exigindo o máximo cuidado na aplicação de dinheiros públicos. Mas a medida atinge diretamente a imprensa, notadamente alguns órgãos, como o nosso, que recebem nestas ocasiões colaboração justa pelo trabalho de difusão cultural que prestam ao Estado, em longos anos de existência".

Depois a revista, que vem mamando desde o governo de Irineo Bornhausen, passando pelas administrações Jorge Lacerda, Heriberto Hulse, Celso Ramos, Ivo Silveira e Colombo Sales, através de "obras importantes", cuja finalidade, entre outras, era "proporcionar aos órgãos de difusão cultural eficiente colaboração por seu justo e meritório trabalho", procura deixar claro a seus leitores os motivos pelos quais nada publica a respeito dos dois primeiros anos de encurtamento de distâncias: "Compreendemos e aplaudimos o gesto do governador Konder Reis em momentos tão difíceis. Mas é justo que os leitores não estranhem a falta de matéria, atribuindo motivos diversos".

Compõe, para finalizar, um réquiem para a Dicesc (empresa mista encarregada da divulgação dos releases e da publicidade oficial e que foi extinta, dentro da política de contenção de gastos), "sempre atualizada, colaborando com a imprensa na remessa de matérias, preparadas por ótimos jornalistas". E o doutor Osias, para quem "a boa imprensa depende sempre dos homens de bem", alimenta uma esperança: "Acreditamos que, passada a fase de contenção de despesas, tudo volte ao normal, como antigamente, e possa a nossa revista continuar a manter o mesmo esquema de trabalho iniciado em 1945 e apresentado até a presente data". — **Arthur Monteiro — Blumenau, Santa Catarina.**

Riocell: finanças poluídas

Ao desembarcar em Porto Alegre, há dois anos, o vice-presidente da Borregaard da Noruega, mister Odvar Thorsen, intrigou os repórteres ao declarar apenas: "Nós gostamos muito do Brasil, é um povo muito gentil, excepcional".

Na época a Borregaard estava vendendo sua filial brasileira, aparentemente forçada por uma implacável pressão da opinião pública, e ninguém entendeu a declaração de amor fora de hora.

Hoje se sabe que os noruegueses não tinham do que se queixar: a fábrica que eles venderam em julho de 1975 por 38 milhões de dólares (equivalente a quase quatro vezes o valor real das ações que possuíam) deu um prejuízo de Cr$ 188 milhões no ano passado, segundo balanço publicado no Diário Oficial do Estado, dia 19 de abril. E está mergulhada numa crise financeira tão profunda que só a mão protetora do governo poderá recuperá-la através de poderosas injeções de dinheiro.

Aliás, é bom recapitular alguns pontos que poderão servir de subsídio no dia em que alguém se lembrar de escrever a história da generosidade nacional:

—Março de 1972: inauguração festiva da maior fábrica de celulose do país. Cinco mil empregos diretos, milhões de dólares em divisas para a economia nacional, progresso. Instalada em terreno doado pela prefeitura de Guaíba, isenta de impostos por cinco e até dez anos, com estímulos fiscais outros, a Borregaard lança sua primeira fumaça aos ares em ambiente festivo.

—Março de 1973: Marcos Pereira Viana, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, revela que dos 100 milhões de cruzeiros investidos na fábrica, os acionistas estrangeiros entraram com apenas 14 milhões. O restante era "poupança interna brasileira", entregue sob forma de financiamento a juros subsidiados pelo próprio BNDE, que era o principal acionista, mas sem direito a voto. Viana revela mais: não tínhamos uma fábrica de celulose, mas "um mero departamento produtivo da matriz norueguesa". Viana nunca explicou porque o BNDE entrou num negócio destes.

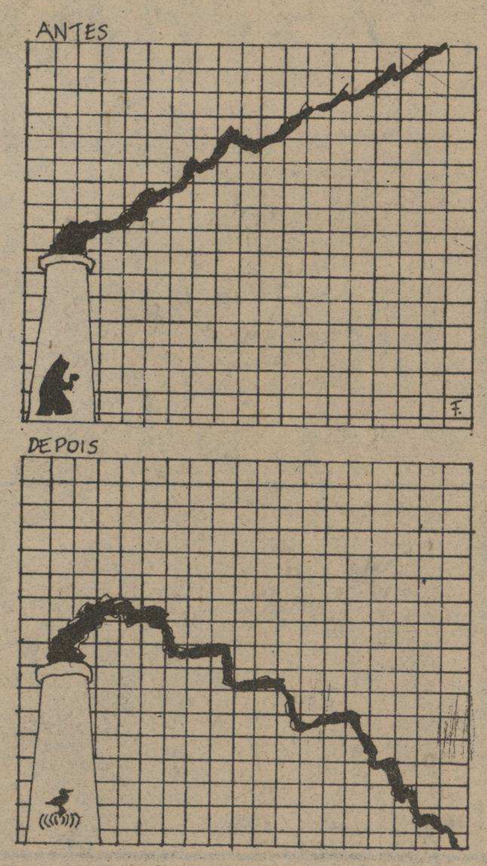
—Dezembro de 1973: governo federal força a modificação do contrato original entre a matriz da Noruega e a filial brasileira, pelo qual toda a celulose produzida pela fábrica do Guaíba deveria ser entregue, pelo prazo de 15 anos, à sua matriz, com preço a fixar. Era o contrato ideal para esconder lucros.

—Dezembro de 1974: apesar da torrente de críticas, e de ter sido fechada por dois meses, por falta de Alvará da Secretaria da Saúde, a Borregaard gaúcha encerra o seu exercício com lucro líquido de 64 milhões de cruzeiros.

—Junho de 1975: Daniel Monteiro, presidente do Montepio da Família Militar, revela: em setembro de 1974 o general Breno Borges Fortes, presidente da fábrica de Guaíba, havia sido chamado a Brasília e recebeu uma recomendação — os acionistas noruegueses deveriam procurar um comprador para suas ações. Deveria ser grupo nacional, de preferência gaúcho...

— Junho de 1975: Os jornais divulgam que a Borregaard da Noguega aceitara vender a fábrica devido aos incômodos causados pelos protestos contra a poluição. Um representante dos acionistas estrangeiros (além da Borregaard A.S., vários grupos financeiros europeus eram acionistas menores) revela o motivo verdadeiro pelo qual o negócio foi aceito pelos noruegueses: o rendimento insatisfatório da fábrica brasileira, cujo desempenho começava a não corresponder aos planos originais. Entre outras coisas, estes planos originais não previam a suspensão de incentivos fiscais e as despesas com equipamento antipoluição.

—Julho de 1975: O Montepio da Família Militar, grupo gaúcho que começou em 1963 como uma pequena caixa de pecúlio, adquire 52% das ações



com direito a voto da empresa, por 38 milhões de dólares. O pagamento será feito em celulose produzida com financiamento do BNDE.

—Outubro de 1975: O superintendente comercial da Borregaard, João Maria Edmuns, informa que a fábrica está tendo dificuldades em colocar a sua produção no mercado externo. Pelo contrato, parte da produção deveria ser entregue como pagamento aos noruegueses, a outra parte enviada para a ex-matriz que faria o acamento e venderia a celulose na Europa, enquanto o MFM se preparava para assumir essas tarefas.

—Setembro de 1976: Cirne Lima, diretor comercial, denuncia boicote da ex-matriz, que em todo o exercício de 1976 conseguiu colocar pouco mais do que 5 toneladas de celulose da fábrica gaúcha no mercado eúropeu. A Borregaard, agora já Riocell, decide montar o seu próprio escritório de vendas na Alemanha.

—Dezembro de 1976: A fábrica, cuja capacidade é de 220 mil toneladas por ano, produziu apenas 130 mil por não ter para quem vender. Seus estoques na Noruega, onde paga elevada taxa de armazenagem, sobem a 54 mil toneladas. Suas vendas somaram 352 milhões, dos quais 114 milhões representam celulose entregue como pagamento à Borregaard A. S. O balanço acusa um prejuízo líquido de 188,7 milhões de cruzeiros. A empresa deve a bancos nacionais e estrangeiros 568,9 milhões, dos quais 187,3 milhões são compromissos para serem pagos a curto prazo, a maior parte com vencimento este ano.

—Março de 1977: O diretor administrativo, Renato Maciel de Sá Júnior, informa ao jornal Gazeta Mercantil de São Paulo que a empresa está com mais de 80 mil toneladas de celulose estocada, uma boa parte armazenada na Europa por falta de comprador. Reconhece que a situação é bastante difícil. A Riocell está negociando junto à Secretaria do Planejamento um socorro para não ser obrigada a reduzir o ritmo de produção ou mesmo a parar temporariamente. Quer que o governo financie seus estoques avaliados em torno de 25 milhões de dólares (cerca de 300 milhões de cruzeiros).

—Abril de 1977: Jornais de São Paulo denunciam protecionismo na concessão de auxílios financeiros oficiais a empresas em dificuldade. O governo estaria colocando dinheiro em empresas irrecuperáveis, como a tecelagem Lutfala, por influências de seus dirigentes junto aos órgãos oficiais.

—Maio de 1977: A Riocell informa que continua esperando ajuda.

—Maio de 1977: O financial Times de Londres informa que o grupo norueguês Borregaard teve um pequeno prejuízo com suas fábricas de papel, mas a produção de celulose foi lucrativa.

Cariocas na luta pelo Sindicato

O movimento de oposição aos atuais dirigentes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Guanabara (*Coojornal 14*), estruturado no começo deste ano quando um grupo de jornalistas decidiu opor-se aos desmandos do presidente José Machado, está recebendo uma grande adesão dos jornalistas cariocas.

Baseado em Comissões de Redação eleitas em cada local de trabalho, o movimento conseguiu editar no mês passado o *Jornal da Oposição*, um boletim de quatro páginas que apresenta projetos de plataforma e outros assuntos de interesse da classe, como o dissídio coletivo.

Num trecho sobre a situação atual do Sindicato, o jornal afirma: "A omissão do Sindicato favorece todos os tipos de abuso das empresas jornalísticas sobre seus funcionários porque se nega a cobrar dos patrões as conquistas de classe nunca respeitadas como, por exemplo, a jornada de trabalho de cinco horas, as folgas semanais, as horas extras etc. O Sindicato tem sido omisso ainda diante dos problemas de demissões, desemprego, reivindicações de aumento do piso salarial e da situação dos estagiários. Mais grave que isso, a atual direção reforça a dependência (ao Ministério do Trabalho) não só porque se omite como também porque leva uma luta direta contra os próprios jornalistas: durante as assembléias procura intimidá-los com a presença de policiais armados, expulsa do quadro de associados os jornalistas estagiários, utiliza o patrimônio da classe em proveito próprio, etc.".

Entre duas duras realidades

Lei de Imprensa, liberdade de expressão. dificuldades do exercício profissional, salários aviltados,foram assuntos do discurso de posse do novo presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, Antônio Manoel de Oliveira, em solenidade realizada no dia 25 de abril. Curto e direto, este é o discurso:

"Senhores jornalistas:

Nós temos apreensões. Apreensões que se justificam por problemas que vivemos no passado e que persistem no presente. Desde o Primeiro Congresso Brasileiro de Jornalistas, realizado em 1919, promovemos assembléias (conferências e seminários) e empossamos dirigentes em clima que não nos permite festas. E isto porque, ao longo desses anos, permanecem as mesmas dificuldades, tanto a nível estritamente profissional, como em relação a uma questão mais ampla: **a liberdade de expressão.**

Nós temos apreensões a partir do momento em que o estudante ingressa na Universidade e se defronta com faculdades mal equipadas, currículos inadequados, professores mal remunerados e muitas vezes dissociados da realidade da profissão.

Nós temos apreensões quanto ao estágio sem orientação nas redações e sem o acompanhamento das Faculdades, transformando-se em simples mão-de-obra mal paga.

Nós temos apreensões em relação a este mercado de trabalho às portas da saturação e ainda aviltado pelas figuras do provisionado, do colaborador e dos não habilitados, que provocam o rebaixamento do nível salarial.

Nós temos apreensões quanto à má remuneração do jornalista, o persistente achatamento salarial, a não coincidência dos dissídios coletivos, agravadas pelo fato de ser o jornalismo a única profissão regulamentada, de nível universitário, sem um piso salarial.

Esta é a realidade que o jornalista enfrenta como profissional. Mas existe também a realidade que o jornalista enfrenta como brasileiro.

Nós temos apreensões no presente e que crescem em relação ao futuro. Às dificuldades dentro da legislação em vigor que rege o exercício profissional, somam-se os rigores de uma Lei de Imprensa que determina muitos deveres e poucos direitos ao jornalista. Acossado de um lado pela desconfiança de fontes inacessíveis e hostis, que ferem o direito à informação, e de outro por uma censura implacável e cada vez mais arbitrária, que sonega o direito de informar, o jornalista sofre pela falta de liberdade de expressão. Nos preocupa não apenas o que é dito de forma distorcida, mas principalmente o que não é dito pelos meios de informação.

Nós temos apreensões porque acreditamos, de forma inabalável, que esta falta de liberdade de expressão impede que se identifiquem os problemas que afligem o povo e interrompe o livre fluxo da informação e o amplo debate de idéias, condições essenciais para a construção de uma Nação social, econômica e politicamente livre, justa e democrática.

Nós temos apreensões, mas também temos certeza. Certeza de que contaremos com o apoio daqueles que confiaram em nós, para, unidos, conquistarmos nossos direitos".

**Os companheiros de Antônio Oliveira na Diretoria são Ruy Carlos Ostermann, 1º vice-presidente; Luiz Cláudio Cunha, 2º vice-presidente; Jorge Olavo de Carvalho Leite, 1º secretário; Rosvita Saueressig, 2ª secretária; Carlos Karnas, 1º tesoureiro; Maria Iara Rech, 2º tesoureiro. São suplentes de Diretoria: Jair Cunha Filho, Tomás Irineo Pereira, Mário Marcos de Souza, Floriano Correa, Ricardo Chaves, Alberto Serrano e Renato Pinto da Silva.*

Vamos dar um basta aos gringos?

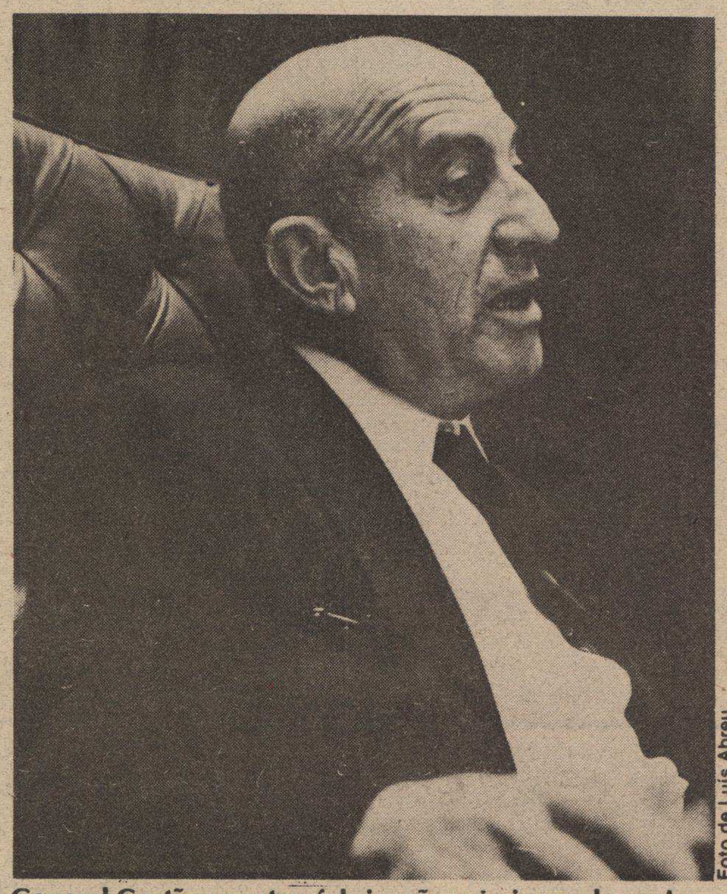


Foto de Luís Abreu

General Gastão: contra fabricação criminosa de vacinas

Um general, irmão do vice-presidente da República, desanca o pau nos laboratórios estrangeiros

A Primeira Exposição-Feira de Ventres Selecionados, promovida pelo Sindicato Rural de São Gabriel no dia 16 de abril, deveria ser apenas mais uma entre as inúmeras promoções desse tipo no Rio Grande do Sul. Mas ela acabou se transformando numa tribuna que o general Gastão Pereira dos Santos, vice-presidente do Banco do Estado, (e irmão do vice-presidente da República, general Adalberto), utilizou para denunciar as atividades e a interferência nocivas de empresas multinacionais na pecuária brasileira.

Convidado para presidir os atos inaugurais da Exposição, o general Gastão pretendia fazer um pronunciamento de improviso mas, ao saber que as solenidades seriam transmitidas por uma das emissoras de rádio da cidade, decidiu redigir longo discurso com inesperadas denúncias.

Suas ligações com o governo federal e sua posição na administração estadual não impediram que fizesse sérias acusações aos laboratórios multinacionais que fabricam carrapaticidas e vacinas contra a febre aftosa, este o problema mais sério da pecuária nacional. A denúncia atingiu praticamente todos os setores da pecuária, desde "as atitudes subservientes de algumas cooperativas que vendem nossos produtos por alguns tostões" até "a ineficiência dos órgãos governamentais que não executam uma fiscalização adequada".

"Há dois aspectos no problema da aftosa", disse o general. De um lado estão as forças nacionais que lutam com a doença; de outro, os laboratórios multinacionais que insistem no fabrico criminoso de vacinas convencionais deficientes, tendo em mira somente a ganância e a facilidade de lucro, à custa do sacrifício da nossa pecuária". Quanto aos carrapaticidas, os pecuaristas se vêem obrigados a mudar de produto quase diariamente porque "a imunização, que antes durava quase um mês, atualmente não atinge nem 12 dias".

O discurso do general Gastão impressionou muito a Breno Caldas, Diretor-Presidente da Caldas Júnior, presente à solenidade da Exposição-Feira de São Gabriel, que fez questão de publicá-lo na íntegra na edição do dia 19 de abril do Correio do Povo. No dia seguinte, ainda mais entusiasmado com a repercussão de suas acusações aos laboratórios multinacionais, o general declarou ao programa *Agora*, da Rádio Guaíba, que "é preciso dar um basta aos gringos".

Pelo menos no caso da febre aftosa, as declarações do general Gastão Pereira dos Santos deverão ter grande repercussão a nível nacional: as dificuldades do combate à doença encontradas pelos funcionários da área federal e estadual são tão grandes que até causaram a demissão do diretor do Grupo Executivo de Combate à Febre Aftosa, do Ministério da Agricultura. Essas dificuldades também forçaram um pronunciamento do secretário Estadual da Agricultura, Getúlio Marcantonio, ameaçando aconselhar os criadores a não vacinar seus animais se o Ministério não ordenasse a fabricação de um outro tipo de vacina, já que o remédio que estava sendo aplicado não conseguia efeito algum.

Mesmo negando-se a novas declarações sobre o problema — "o que eu devia dizer está no discurso de São Gabriel" — Gastão Pereira dos Santos acha que suas denúncias são apenas coerentes com o comportamento que sempre manteve: a honestidade e a franqueza para dizer o que pensa. Como em 1970, quando Euclides Triches, que estava assumindo o governo estadual, convidou-o para permanecer na presidência do Instituto Rio-Grandense de Carnes. "Eu me considerava um fracassado como presidente do Instituto — revelou o general Gastão — porque não conseguira atingir meu objetivo que era construir o tendal frigorífico e não aceitei o convite. Então o Governador me ofereceu um cargo na diretoria do Banco do Estado e, com total franqueza, disse-lhe que, se ele estava apenas tentando me dar emprego, eu agradecia mas não aceitava. E só mudei de idéia porque ele garantiu que eu poderia ser útil à sua administração ficando no banco".

Antes disso, ao passar para a reserva, em 1962, Gastão Pereira dos Santos foi diretor de duas cooperativas (a Rural Gabrielense e a Cooperativa de Lã Tejupá) e prefeito de São Gabriel, até que, em 67, o governador da época, Peracchi Barcellos o nomeou para o Instituto de Carnes, onde, segundo o General "fui sabotado até por funcionários da entidade e não consegui construir o tendal".

Pedro Macedo

Este é o óleo indicado para as peças mais importantes do mundo da comunicação.

Olvebra. Fabricante do óleo Violeta

Perdão, Leitores

Por Luis Cláudio Cunha

As demissões no Estadão

• O Estado de S. Paulo, o mais influente jornal brasileiro, está passando pela mais séria crise de seus 100 anos de existência. Confiante em sua fortaleza empresarial o jornal atirou-se na última década a um projeto ambicioso, a construção de um novo prédio e aquisição de um moderno equipamento gráfico, mas não conseguiu resistir: está em dificuldades para amortizar suas dívidas entre as quais desponta um empréstimo de 55 milhões de dólares — ou, em cruzeiros hoje, Cr$ 753 milhões, fora os juros — ao Banco de Boston.

A crise financeira seguiu-se de imediato a crise editorial. No começo de maio as redações do Estado e do Jornal da Tarde, vespertino da mesma empresa, foram surpreendidas com a determinação da direção, que exigiu a demissão de mais de três dezenas de jornalistas — parte de um plano de emergência que pretende reduzir drasticamente as despesas para superar prejuízos que se avolumaram nos primeiros quatro meses deste ano.

O rombo causado pelo endividamento externo ampliou-se com a diminuição de cerca de 40% dos anúncios classificados nos últimos meses, fruto da recessão do mercado imobiliário (os financiamentos para imóveis usados estavam trancados pelo Governo e a empresa Clineu Rocha, seguramente responsável por no mínimo 10% dos classificados do Estado, fechou suas portas).

Tudo indica que o que aconteceu com o Estadão foi, em escala reduzidíssima, mais ou menos o que aconteceu com o país. Até há pouco tempo, os Mesquita tinham uma empresa familiar altamente rentável e respeitável. De repente, entregaram boa parte dos destinos da empresa a um grupo de tecnocratas. Estes foram, como no Brasil, ampliando suas áreas de influências e endividando o país, ou melhor, o jornal, pensando apenas nos resultados imediatos.

Assim, foi com facilidade que a família Mesquita foi convencida da viabilidade de se mudar para um prédio novo (da velha sede na Rua Major Quedinho, centro de São Paulo, o jornal foi parar na Avenida Marginal, junto ao Tietê) e adquirir um sofisticado equipamento para impressão dos diários.

O projeto previa um retorno muito rápido do investimento, mas os tecnocratas não jogaram com o imponderável, como foi a recessão do mercado imobiliário e todas as suas conseqüências, justamente uma área em que se assentava a maior força dos anúncios do Estadão.

Agora, a palavra de ordem na empresa, que tem 3.800 funcionários, é economizar 11 milhões de cruzeiros nas despesas mensais. A cada setor coube uma cota de sacrifício — e à redação do Estado coube reduzir 909 mil cruzeiros dos 11 milhões. Com o corte em despesas de viagens, comunicações, etc, a redação extraiu cerca de 650 mil cruzeiros. Para o resto, só sobrou uma solução: demitir pessoas.

Assim, depois de um clima de quase terror que durou uma semana, envolvendo até o presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Audálio Dantas (que no dia 2 recebeu a garantia de Júlio de Mesquita de que iria amenizar "o possível" as demissões na redação), no dia 5 saiu o listão dos demitidos. O Estadão perdeu 11 repórteres e redatores, com salários que variavam de 8 a 12 mil cruzeiros, e duas diagramadoras, que ganhavam 5 mil por mês. O Jornal da Tarde perdeu 12 profissionais, sendo dois casais.

Até chegar a esta solução, no entanto, a redação do Estado — ao contrário da do Jornal da Tarde, onde a mobilização foi pequena — passou por assembléias que só terminavam pela madrugada (sempre na sede do Sindicato). E divulgaram um memorial aos donos da empresa, ao final assinado por 252 jornalistas (O Estado tem, ou tinha, 192 funcionários na redação e o Jornal da Tarde, 151) e que problema a redação do Estado de S. Paulo como "uma das últimas tribunas deste país".

A redação, diz o documento, "vem deixando de ser a própria razão de ser do jornal — cabeça, coração e alma de um ideal centenário". Mais adiante, faz comparações com outros setores: "A empresa possui um contingente maior de guardas de segurança de que todo o pessoal da redação de O Estado reunido (talvez um exagero, pois os guardas somam 120 funcionários), mais engenheiros do que editores, (O Estado tem 57 engenheiros), infinitamente mais recursos humanos e financeiros, espaço físico e benefícios para o setor administrativo do que para o setor editorial. Para caracterizar esta situação, basta um exemplo cruel: hoje o salário inicial de um guarda de segurança é superior ao salário inicial de um jornalista..."

BOLETIM

ABI

ORGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA

ANO XXVI — MARÇO DE 1977

A impiedosa destruição da "Tribuna"

"Continuarei a resistir sem bravatas, sentando diariamente para escrever as oito laudas que são vistas quase que exclusivamente pelos censores."

A Tribuna da Imprensa, um dos mais importantes jornais do Rio, está sendo liquidada lentamente. Além de sofrer apreensões episódicas (a mais recente foi a 28 de março), ela é triturada diariamente pela tesoura implacável dos censores, que vetam sistematicamente a coluna de Hélio Fernandes, as informações de caráter político e mesmo material já publicado por outros jornais, como um artigo do ex-Ministro Aliomar Baleeiro divulgado pela Folha de São Paulo. Numa série de cartas ao Presidente da ABI, Hélio Fernandes narra esse processo de violência continuada: "Aqui nada se publica, tudo se perde, nada se transforma, e

"Aqui nada se publica, tudo se perde, nada se transforma. E agora não se transforma nem se transcreve". Trecho de uma carta de Hélio Fernandes, diretor da Tribuna da Imprensa, do Rio, ao presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Prudente de Moraes, neto. Com o jogo de palavras Hélio Fernandes estava denunciando mais uma atitude incompreensível dos censores: proibiram que a Tribuna da Imprensa transcrevesse um artigo de Aliomar Baleeiro, já publicado por outro jornal, e também uma carta do presidente da ABI, em que este aconselhava a recorrer contra as exorbitâncias.

O jornal brasileiro mantido há mais tempo sob censura prévia, a Tribuna da Imprensa tem protestado por todos os meios mas seu patrimônio vem sendo gradativamente destruído pelos prejuízos editoriais. Nas cartas que o Boletim de abril da ABI publicou, Hélio Fernandes fala dos riscos que corre sua empresa e promete resistir: "Enquanto houver uma possibilidade de manter a empresa e não fechar o jornal, eu continuarei aqui".

•••

Para quem tem uma rede de jornal, rádio e teve, não poderia haver presente mais adequado. No dia do 13° aniversário do jornal Zero Hora, a Rede Brasil Sul de Comunicações ganhou de presente um novo canal de televisão — o Canal 12 de Florianópolis, em Santa Catarina, que serviu para comemorar também o cinqüentenário da Rádio Gaúcha, da mesma empresa.

Possuir um canal de tevê na vizinha Santa Catarina era um antigo desejo do grupo RBS, que há alguns anos perdera a concorrência para uma emissora em Lajes, bem na fronteira com o Rio Grande do Sul, para o Grupo da Tevê Coligadas, de Blumenau, e que atualmente representa a Rede Globo naquele estado.

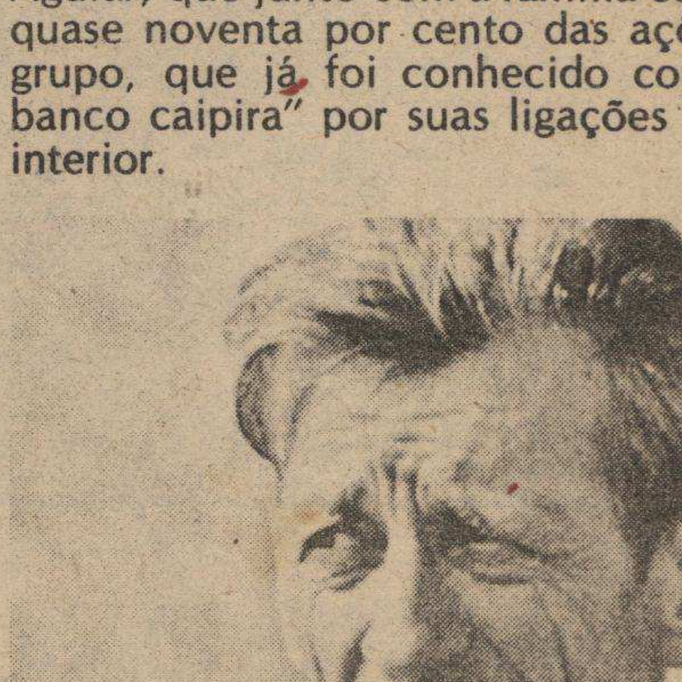
A concessão do canal não abafou as comemorações do aniversário do jornal Zero Hora, que continua firme na meta que se traçou: competir de igual para igual com o Correio do Povo — 82 anos — da Companhia Caldas Júnior. Em alguns setores está usando a mesma criatividade do Correio: durante os dias em que comemorou o aniversário, Zero Hora publicou — assim como há anos faz o matutino concorrente — fotos de visitantes ilustres (ou não) sendo recebidos por Maurício Sobrinho e seus executivos.

O Bradesco corre o risco de ter alguns pequenos incômodos com o seu milionésimo acionista, aquele lavrador paranaense que está aparecendo a quatro cores em tudo quanto é revista. Ele comprou as suas cem ações (a pouco mais de um cruzeiro cada uma) por insistência do gerente do banco em Ibiporã e no início ficou muito satisfeito: ganhou uma viagem a São Paulo, ficou conhecido na região onde foram espalhados cartazes coloridos com a sua fotografia e ganhou sete cadernetas de poupança com dois mil cruzeiros cada uma, para ele, a mulher e os filhos, duas banquetas e seis bonés com o nome do Bradesco.

"Eu fiquei assustado quando vi aquele monte de foto por aí. Depois me disseram que eu era bobo, estavam me usando pra propaganda, que devia cobrar. Estou pensando no caso", disse Virgílio Pelison ao repórter Pedro Paulo Felismino que foi procurá-lo na sua pequena propriedade, na estrada que liga Ibiporã a Jataizinho, no norte do Paraná.

Cinqüentão, descendente de italianos e plantador de soja, arroz e café, ele ficou espantado quando soube que aquelas duas páginas coloridas com a sua foto numa revista como a Veja custam milhares de vezes o valor das ações que comprou.

Quanto ao Bradesco, continua firme na posição de maior banco privado da América Latina (lucro de 809 milhões no segundo semestre do ano passado) conduzido pela tenacidade do seu acionista número um, seu presidente Amador Aguiar, que junto com a família controla quase noventa por cento das ações do grupo, que já foi conhecido como "o banco caipira" por suas ligações com o interior.



Pelison: pensando no caso

Todos os Homens do Presidente — filme em cartaz em alguns cinemas de Porto Alegre e de todo o Brasil — é um tema proibido para debate em sala de aula. Pelo menos nas salas da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicações da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde os alunos do curso de jornalismo não conseguiram promover o debate que haviam programado.

Para quem estuda jornalismo e realmente se interessa pelo tema, nada mais natural que se promovesse um debate. E também nada mais natural que se convidassem jornalistas para esmiuçar aquilo que, nas telas do cinema, muitas vezes foge do entendimento de quem ainda não exerce o jornalismo em todas as etapas. Partindo daí, os alunos convidaram o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Antônio Oliveira, um representante do Clube dos Repórteres Políticos, Jandira César, e o diretor da sucursal gaúcha da Folha de São Paulo, Josué Guimarães.

Na hora marcada, os estudantes e convidados encontraram as salas de aulas do curso de jornalismo fechadas e quando quiseram encontrar uma saída — realizar o debate no saguão —, a própria faculdade foi definitivamente fechada naquela noite. De parte da faculdade, foi alegado que os alunos não tinham pedido prévia licença.

O que talvez seja uma simples desculpa, porque fato semelhante já havia acontecido duas semanas antes, quando uma mesa redonda com dois caciques que participavam do Seminário do Índio também foi proibida. Nesta ocasião, os alunos conseguiram realizar o debate porque conseguiram ocupar rapidamente uma sala. A única lição do episódio foi aproveitada pela direção da faculdade, que na programação seguinte resolveu fechar o prédio.

Defesa radical do meio ambiente

Circulou em São Paulo, o número zero de *Raízes*, "um jornal de resistência ecológica", conforme definição de seu redator-chefe, Carlos Eduardo Lins da Silva, professor da USP e da Faculdade de Comunicação de Santos. O novo veículo, em tamanho tablóide, 16 páginas e uma tiragem inicial de 15 mil exemplares, estará circulando, até junho, nas bancas das 120 maiores cidades do país. "Faremos uma imprensa radical, mas não sectária, disposta a discutir os problemas da crise ambiental, com uma posição definida a respeito destes assuntos, mas aberta ao livre debate de idéias, dependente em todos os sentidos do leitor e a fim de engajá-lo numa participação ativa para a resolução dos dramas que ameaçam a sobrevivência".

Raízes tem comentários sobre livros e publicações ligadas à ecologia, mais reportagens, humor, críticas quanto à atuação de outros jornais nesta área, editoriais, entrevistas, cartas, pesquisas sobre o assunto, educação e medicina e defesa do consumidor. No seu conselho editorial está Marcos Faerman, Luís Carlos Lisboa, Gaudêncio Torquato, Rui Veiga, Manoel Chaparro e Álvaro de Farias. Eles estão unidos para derrubar "A teoria da neutralidade da informação", pois ela — segundo o editorial do número zero — "não existe, a não ser a que é processada por computadores".

A ilha não é aquele paraíso

Diariamente, a partir das seis da manhã, a mesma cena. Nos supermercados, aramazéns e bares da cidade formam-se filas de donas-de-casa para comprar leite. É vendido um saquinho por pessoa e uma hora depois não há mais filas. Nem leite. Quem não saiu de casa neste horário, tem que se contentar com leite em pó — mas as marcas Ninho e Glória, as mais populares, estão em falta.

Até o início de maio, 30% da população de Florianópolis — cerca de 180 mil habitantes — conseguia beber leite. Este percentual deverá diminuir nos meses de inverno, quando há uma queda natural da produção. Em abril, uma lata de leite em pó, nos supermercados, chegava a custar Cr$ 85,55, quando em Itajaí — a 100 quilômetros de distância — o mesmo produto custava Cr$ 55,00.

Mas não é só no leite em pó que estão concentrados os problemas de abastecimento de Florianópolis. Não há carne de ovelha, filé mignon e feijão preto, estes dois últimos só localizados em restaurantes. As verduras e frutas são escassas e caríssimas. O pêssego, por exemplo, atingiu o preço de Cr$ 6,00 a unidade no verão que passou, exatamente o dobro de um quilo em Pelotas, no vizinho Rio Grande do Sul. É comum se encontrar nas bancas produtos do oeste de Santa Catarina, que foram vendidos a intermediários de São Paulo e de lá voltaram a Florianópolis.

A falta de gêneros alimentícios é acompanhada da falta de água — embora a Casan, que abastece a cidade, tenha mais de 80 engenheiros —, da falta de luz — este ano houve um black-out recorde de três horas e meia na cidade sede da Eletrosul — e até de aspirina numa farmácia central. Há quem pense que esses problemas todos são compensados pela oferta abundande de pescado e a alegria de viver numa ilha paradisíaca com 42 praias.

Mas nem tanto. O pescado não custa menos que em outras cidades não litorâneas e também não é tão farto assim. Por exemplo: na Semana Santa, o comércio estocou peixe de Rio Grande (município gaúcho) e filé de linguado não existe. Nos restaurantes os pratos com peixe e camarão não são mais baratos que em outras cidades. Pelo contrário, podem ser até mais caros.

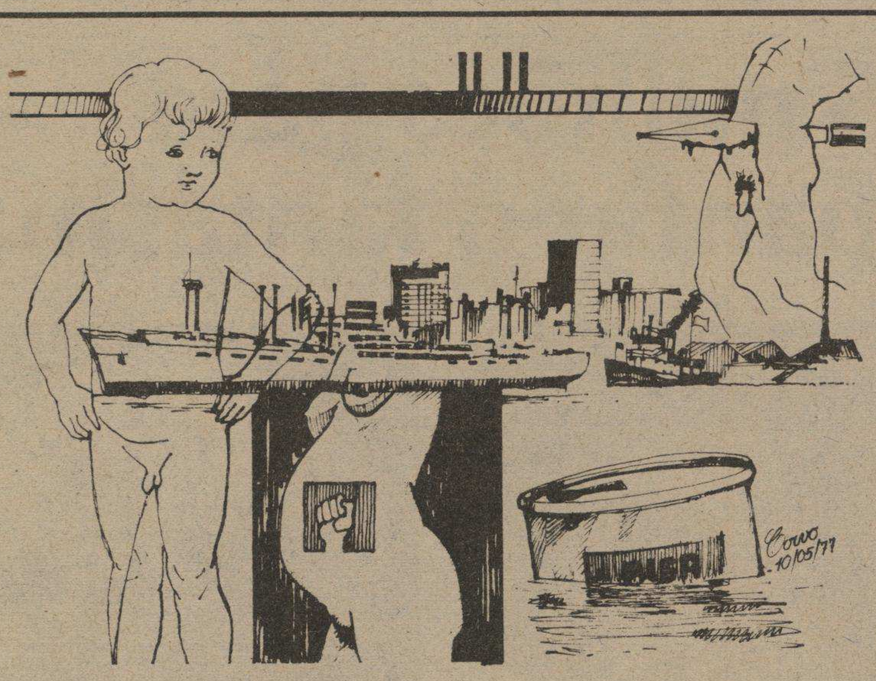
E quem já paga caro pela comida tem que enfrentar o escandaloso preço dos aluguéis, que podem atingir até Cr$ 12 mil por um apartamento. Para fugir destes preços, muitos preferem morar nas praias, onde encontram preços mais acessíveis fora da temporada, mas se defrontam com um transporte coletivo deficiente: os horários obdecem a estranhas normas, não atendendo às necessidades daqueles que cumprem horário comercial e os ônibus, em grande parte, já completaram a maioridade.

Restam as belezas naturais. Estas, porém, estão a perigo. Em abril, começou o prolongamento da Avenida Rubens Ramos, a chamada Beira Mar Norte. O mar será aterrado, num trecho de vários quilômetros. Provavelmente com a terra de um morro das proximidades. O astalto contribuira para o desaparecimento de um mangue, abrigo de animais nativos — como a lontra — e viveiro natural de peixes e camarões que ali desovam.

A exemplo das praias continentais da cidade — Coqueiro, Bom Abrigo e Itaguaçu — as da ilha estão ameaçadas de poluição. Canaveiras, Jurerê, Sambaqui e Cacupé foram consideradas poluídas este ano. Mas o aviso foi dado somente no final de fevereiro, coincidindo com a retirada natural dos turistas

Junto com a água do mar — que fica cada vez mais suja —, com o aumento dos hotéis e casas — sem que haja infraestrutura para o crescimento da população flutuante nos meses de verão —, os morros estão sendo gradativamente destruídos pelas pedreiras e empreiteiras. Os moradores da Lagoa da Conceição, que ainda cultivam as tradições açorianas, já notaram que a paisagem do local está mudando e reclamaram à prefeitura. Mas em recente entrevista o prefeito Esperidião Amin confessou-se impotente para conter o avassalador aumento da devastação do meio-ambiente, da poluição e da especulação imobiliária. Para atenuar um pouco esta situação, ele contratou o paisagista Burle Marx para o ajardinamento do aterro da baía sul, próximo a nova ponte Colombo Sales, que liga a ilha ao continente.

Luís Lanzetta



Na areia de Porto Alegre

Domingos Pellegrini Jr.*

Aqui compareço, rio Guaíba, com
a mulher mais generosa que Evita Perón
e meu filho que urina em tua boca
inocente igual pato selvagem.
Três brasileiros tontos da viagem,
quatro corações pulando e dando socos
(a mulher está grávida — e o porto
triste e sujo como sua areia).

Coração, velha máquina de guerra.
Quando existiam só cem mil gaúchos,
trinta mil se mataram, pica-paus e maragatos,
num tempo em que nem existiam cartuchos,
arma se carregava pela boca. Somos quatro
e um teria que morrer naquele tempo
espetado em facão, trespassado de lança
ou de ferro cuspido de garrucha.

Mas a tradição, meu filho, ensina
que o Brasil é um país de História alegre
onde ninguém lutou, ninguém fez greve,
tudo saiu da tinta das canetas,
a Independência, a Abolição, tudo
— e aqui no Guaíba afogaram em silêncio
os trinta mil mortos que ninguém estuda.

— Olha a cabeça espetada num pau!
— Olha a barba cortada a facão!
— Olha a porcada comendo a plantação!
— Olha o cadáver boiando abocanhado.
— Olha um balaço como faz um rombo,
um chuço de lança como quebra osso.
— Olha como um facão arreganha um pescoço.
— Olha nesse rio, filho, como sucata
trinta mil corações enferrujados.
Urina aí, meu filho, com respeito.

Na água bóia, vergonhosamente, uma lata.

*Domingos Pellegrini Jr., paranaense de Londrina, é jornalista e contista. Seu último livro publicado foi "O homem vermelho", e participa do recém lançado "Histórias de um novo tempo", da Editora Codecri, que reúne seis contistas. "Na areia de Porto Alegre" é um poema inédito.

Solidariedade de escritor

A composição foi feita num fundo de quintal em Florianópolis. A capa com uma modesta agência de publicidade de Curitiba. E a impressão numa gráfica de um cursinho pré-vestibular, também de Curitiba. Assim nasceu *Vento Novo* o último livro lançado pela Cooperativa de Escritores, fundada em maio do ano passado em Curitiba. O custo total deste livro, de 150 páginas, mil exemplares, com poemas de oito poetas escolhidos num concurso nacional promovido pela Cooperativa, não passou de 7 mil cruzeiros. Se todo esse trabalho fosse feito numa gráfica comum, custaria entre 17 e 22 mil cruzeiros.

"Este custo é facilmente reembolsável, quando estamos dispostos a um trabalho braçal", diz Raimundo Caruso, poeta e jornalista de Florianópolis e um dos fundadores da Cooperativa. "Quando lançamos um livro, não somente o autor, mas também cada associado, sai a vender um certo número de exemplares. Desta forma promovemos também uma união entre escritores, um debate entre autores e com a comunidade".

No momento a Cooperativa conta com 17 escritores associados de vários Estados (1) e já lançou três livros: *4 Poetas*, com textos dos quatro primeiros associados, *Poema para Certa Canção*, de Raimundo Caruso, e por último *Vento Novo*.

Continua na página 8

Raimundo Caruso não esconde a simpatia com que os lançamentos da Cooperativa estão sendo vistos pela imprensa e o público em geral.

— *Vento Novo* quando foi lançado no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo só perdeu em número de presentes para o livro *O Circo do Desespero* do Audálio Dantas. Houve de tudo: recitais, distribuição de poemas mimeografados e inclusive participaram três canais de televisão.

Com toda essa simpatia e vontade de trabalhar, como se explica o fato da Cooperativa ainda não ter 20 associados (o mínimo necessário, conforme a Lei cooperativista) para efetivar o registro no INCRA?

A explicação do Raimundo Caruso: "Cada novo associado é indicado por um já associado. Nesta indicação levamos em conta, principalmente, a disposição do novo associado em trabalhar na rua, em contato direto com o povo. Ainda não é fácil encontrarmos escritores com esta disposição".

A Cooperativa vai lançar ainda este ano uma antologia com contos premiados no seu 1º Concurso Nacional de Contos, que já conta com mais de 100 escritores inscritos. Também está previsto o lançamento de dois livros — poemas e ficção — de todos os associados.

Acari Amorim

1) Nilto Maciel (do Ceará); Jeferson Ribeiro de Andrade, Antonio Barreto, Luiz Fernando Emediato e José Maria (de Minas Gerais); Júlio César Martins, Mário de Oliveira, José Carlos Castello Branco (do Rio); Paulo Nassar, Arnaldo Xavier(de São Paulo); Reinoldo Atem, Domingos Pellegrini Jr., Nilson Monteiro e Hamilton Faria (do Paraná); Emanuel Medeiros Vieira e Raimundo Caruso (de Santa Catarina) e Dionísio Silva (do Rio Grande do Sul).

O que restou do Cogumelo Atômico

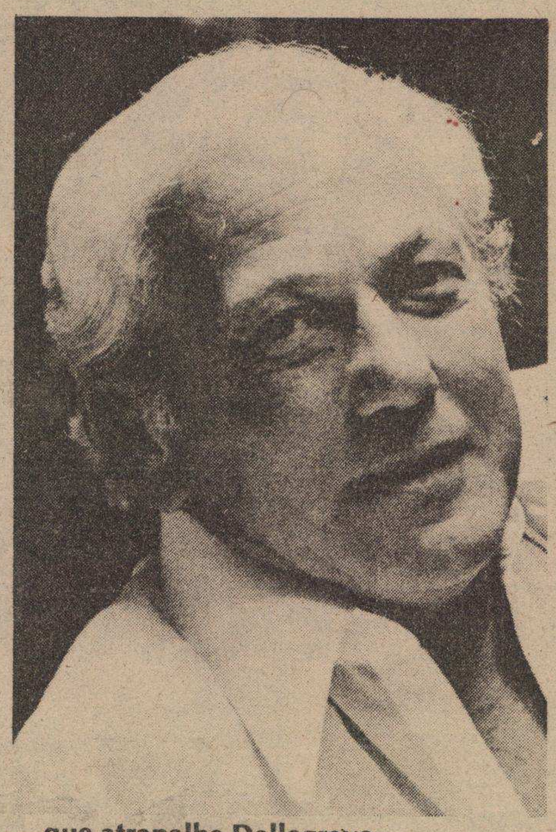
Três anos e 14 números depois, suspendeu sua circulação no mês passado o Cogumelo Atômico — um jornal nanico feito por dois estudantes de Brusque, Santa Catarina, que circulava entre os jovens da provinciana cidade (40 mil habitantes) colonizada por alemães. "Já fomos fracos mais vezes, já experimentamos o "sucesso" como órgão da imprensa nanica. Agora o ciclo segue sua existência e voltamos a ser pequenos. Mas, vivos e conscientes disso", diz um trecho do pequeno editorial de 15 linhas em que os editores — Celso Luís Teixeira, Aluísio Buss e Samuel Cardeal, todos estudantes — tentam explicar a desistência.

O sucesso entre aspas a que se referem os editores foi o curto período de seis meses quando, com o apoio da prefeitura, eles conseguiram imprimir várias edições — de mil exemplares cada uma — em off-set.Para quem surgira mimeografado, numa edição de 30 folhas tamanho ofício, era a glória. Ao suspender a circulação — os editores prometem voltar "assim que pintar a grana" —, o *Cogu* — assim é que era conhecido — estava numa folha tamanho standard, impressa dos dois lados, dedicada a assuntos ecológicos, com dois mil exemplares.

Nascido apenas para divertir os colegas de aula dos editores, o *Cogu* depois teve a pretensão de "quebrar alguns tabus para a juventude" de uma cidade habitada principalmente por operários, a 120 quilômetros de Florianópolis. Na tipografia da Tribuna de Brusque, onde foi impressa a última edição, ficou pendurada uma conta de Cr$ 500,00, que os editores não puderam pagar. "Eles entendem e estão esperando que a gente consiga juntar uns trocos", diz Celso Teixeira.

7,5 milhões para espantar o fantasma

Figueroa: a vaga...



...que atrapalha Dallegrave

O Inter imita o Palmeiras, que depois de grande fraquejou?

O medo da decadência é um fantasma que atormenta os times brasileiros quando eles estão por cima. Pensando na queda, os dirigentes dos grandes campeões têm as reações de uma quarentona diante do espelho. E quando isso acontece, pode-se ter certeza que o dinheiro será gasto sem limites.

Nos últimos anos alguns clubes têm-se submetido à cirurgia plástica para manter-se no alto, mas quase sempre com resultados precários. Um dos exemplos mais evidentes foi o Palmeiras. Em 1974, seus dirigentes cederam à irresistível proposta de um milhão de dólares por Luís Pereira e Leivinha, feita pelo Atlético de Madrid.

A venda coincidiu com o temor pelo desgaste do time e os dirigentes gastaram mais da metade do dinheiro em meia dúzia de jogadores para as mais variadas posições. Tratavam-se, no entanto, de jogadores de mediana qualidade e, de todos, apenas Jorge Mendonça chegou a titular. O Palmeiras, é verdade, chegou ao título de campeão paulista dois anos depois, mas isso apenas confirmou o declínio do futebol paulista. Em campeonatos brasileiros suas participações, não passaram de medíocres — ele que fora bicampeão em 72 e 73.

Talvez a principal causa do fracasso tenha sido o fato de que o Palmeiras investiu em jogadores jovens para quase todas as posições, mas deixou descoberta a posição do espetacular Luís Pereira.

O futebol, porém, é apaixonante demais para que suas lições sejam aprendidas. Ainda este ano, o Cruzeiro vendeu o seu maior craque, o centroavante Palhinha, ao Corintians por seis milhões. Seu presidente preferiu gastar o dinheiro em vários jogadores desconhecidos — entre um **Joãozinho Figueroa** e um **Dadá Jacaré**.

Pensou em substituir os mais veteranos em futuro próximo e esqueceu de resolver o único problema imediato: comprar um bom substituto para Palhinha.

Caberia, no entanto, ao Internacional, bicampeão brasileiro e octacampeão gaúcho, superar a todos. Vendido o zagueiro Figueroa e acertada a transferência do meio campo Paulo César, duas de suas principais estrelas, o clube invadiu o mercado com 7,5 milhões de cruzeiros. E, em tempos recordes arrematou quatro jogadores, todos com idade entre 21 e 24 anos. O argumento é o de sempre: o time precisa pensar no futuro.

No caso do Inter, onde já se identificam pelo menos dois fracassos, (Marião e Joãozinho), a fúria consumista causada pelo medo da queda concentra-se na figura do diretor de futebol, Artur Dallegrave, proprietário de uma loja de moda masculina. É tal a generosidade com que ele faz contratações que qualquer ameaça de crise observada no clube provoca entre os repórteres a brincadeira: "Atenção que o Dallegrave deve sair para contratar alguém". E contam-se histórias de antigas manobras desse especialista em contratações rompantes, entre as quais se destaca uma particularmente desastrosa. No ano passado ele foi ao Rio e apenas com a indicação de cariocas, trouxe Lula II, do Olaria, para a posição de centroavante. O Inter precisava mesmo de um centroavante, só que Lula II ao chegar afirmou que nunca havia jogado naquela posição. No dia seguinte foi devolvido.

É possível que o Internacional consiga provar que as semelhanças com o Palmeiras (também bicampeão e que vendeu um beque central e um meia-cancha craques para comprar vários jogadores medianos) são simples coincidências. Afinal, como dizem os seus dirigentes, os contratados são para o futuro.

Mas pelo menos num ponto a torcida colorada parece ter razão de andar apreensiva: Dallegrave já consumiu 7,5 milhões e não resolveu o único problema do presente, a zaga central. (*R.F.*)

O luxo consumista de braços com a dependência

"A sociedade brasileira, que durante muito tempo copiou o hemisfério norte, ainda continua ligada aos padrões de consumo dos países ricos. Ela passou, há pouco tempo, pelo "incrível dilema" de discriminar entre Coca-Cola e Pepsi-Cola, pelo sabor, como se esse fosse o maior dilema nacional. Dessa forma somos submetidos a esse bombardeio de marketing, que faz com que se consumam, digamos, guaraná e cerveja em lata. Só que para consumir isso precisamos importar a tampa da lata com aquele fecho que abre mediante pequena pressão. Na realidade, podemos nos gabar de que, pelo menos em matéria de poluição, estamos em igualdade com o hemisfério norte, ou seja, nosso lixo já está equiparado ao lixo do hemisfério norte. É o tipo da coisa que eu vivo me perguntando: será preciso que a televisão brasileira tenha controle digital à distância? Acho que o brasileiro ainda pode se levantar, em prol da poupança nacional, para girar um botão no aparelho televisor em vez de apertar o botão, já que há uma diferença tremenda de sofisticação tecnológica entre os dois tipos. O consumidor é levado assim a optar por luxo. E nós não melhoramos a posição do Brasil em matéria de independência tecnológica. Pelo contrário, nós agravamos a dependência. Nós já dominávamos a televisão em branco e preto, já começávamos a dominar a televisão em cores. E, em lugar de continuar a desenvolver a tecnologia cabocla, por complexo de inferioridade, sei lá, por indução do esforço mercadológico, somos levados a consumir como os países ricos. Acho isso insensato".

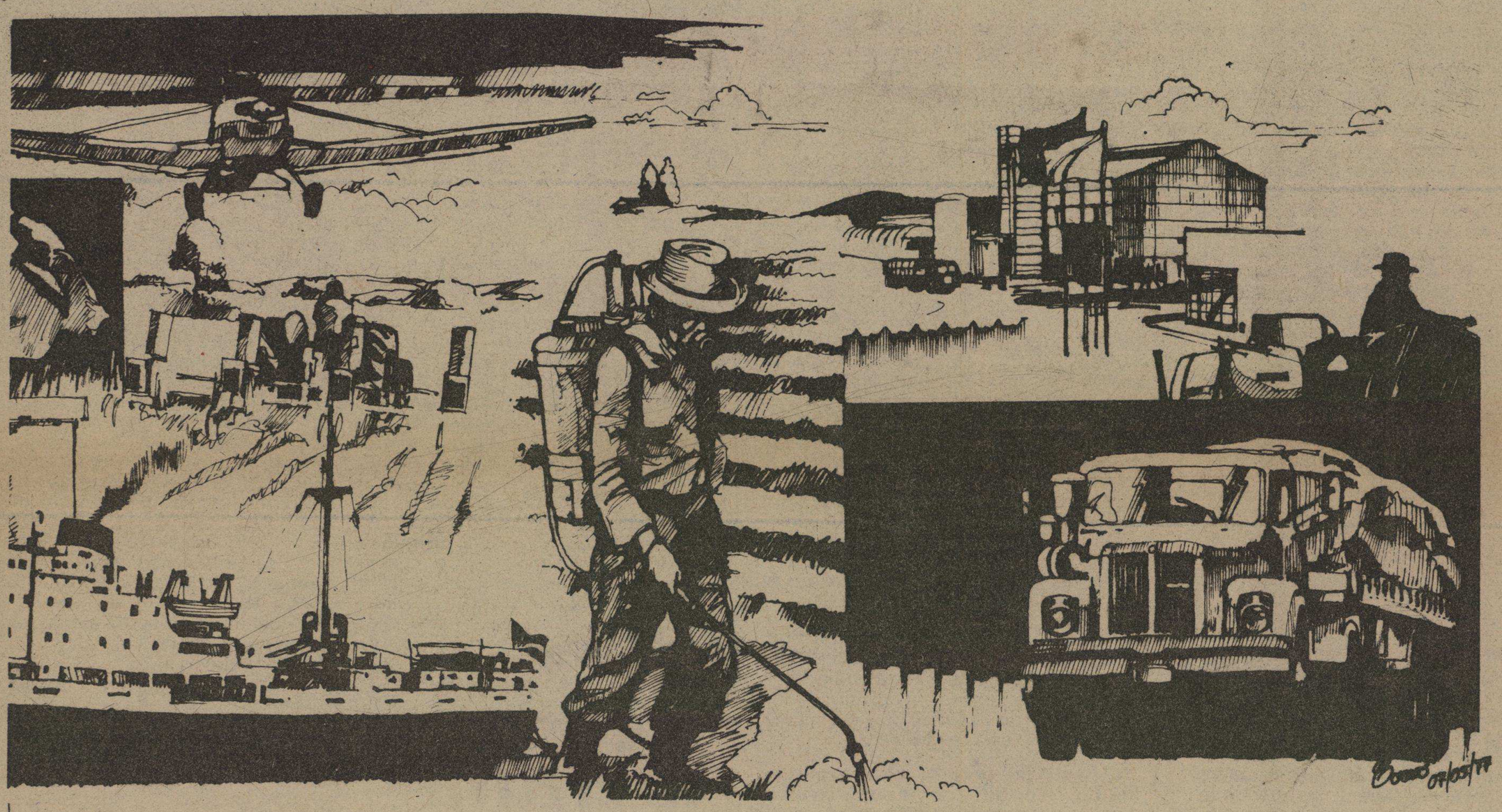
(*José Dion de Melo Teles, engenheiro-eletrônico, presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em entrevista à revista Veja*)

Coojornal *em Santa Catarina*

Em Florianópolis:
ILHABEL — Distribuidora de Livros e Revistas
Rua Anita Garibaldi, 37 — Centro

Em Lajes:
Banca de jornais na
Praça João Costa — Centro

75 ANOS DE COOPERATIVISMO É UM BOM COMEÇO



A história do cooperativismo no Brasil está com 75 anos. Para quem não é cooperativista e nos vê resumindo assim estas sete décadas e meia de história, parece que não há nada para contar. Parece que os pioneiros alemães não vieram com a idéia na cabeça e uma calejada experiência nas mãos; parece que não houve anos e anos de divulgação por onde houvesse uma nesga de terra para plantar ou criar, e gente com fé na união; parece que a implantação foi fácil e que trouxe logo e que trouxe logo os frutos naturais de uma filosofia em favor do bem comum; parece que o cooperativismo foi crescendo e crescendo sem nenhuma falha; parece que não faltou apoio ou compreensão, aos primeiros idealistas e ao seu trabalho de estruturar as bases do sistema em nosso País; parece que não aconteceram as crises e que não nos serviram de lição; parece que o cooperativismo não evoluiu e que não trouxe contribuição alguma ao povo e à Nação; parece também que o passado foi esquecido, que o presente não nos entusiasma e que o futuro não nos preocupa; parece ainda que já está tudo feito e que já conseguimos o desejado: melhores condições de vida para todos os que dependem do cooperativismo; parece, enfim, que estes 75 anos de história só dizem respeito exclusivamente aos associados de entidades cooperativistas e a mais ninguém; mas só parece. Porque, para nós que somos e vivemos o cooperativismo, a sua história, com todas as suas conquistas e todos os seus problemas, está recém começando. E a Cotrijuí se orgulha de fazer parte dela. Nas safras e nas entressafras da nossa realidade.

COTRIJUI

COOPERATIVA TRITÍCOLA REGIONAL SERRANA LTDA. — IJUÍ — RS

Tudo como antes, até a próxima crise

Não foi preciso esperar para que fossem esclarecidos os acontecimentos políticos que tomaram conta do noticiário brasileiro em março e abril passados. Cada vez mais precisa-se de menos tempo para se chegar ao âmago das coisas ou, pelo menos, aproximar-se dele.

Desde o manifesto do empresário paulista José Papa Jr., e sua conseqüente divulgação e repercussão, pareceu que estava deflagrada uma nova etapa da luta pela redemocratização da vida brasileira, em todos os seus níveis. Isso, pelo menos, a imprensa tentava mostrar. Mas, parelalemtente a esse *movimento reivindicatório* (que ganhou adeptos e novos pronunciamentos), desenvolvia-se, há mais tempo, outra luta, a dos políticos. E esta nada tinha a ver com aquela. Ou melhor, aquela nada tinha ver com esta.

Por ingenuidade ou exagerado otimismo, chegou-se a pensar que esses empresários — ou uma parcela significativa do que se pode chamar empresariado nacional — estavam realmente empenhados em colaborar na reconquista de liberdades, suprimidas em nome da segurança e do desenvolvimento do país. E também pelos *mesmos sentimentos*, a imprensa chegou a colocar, de certa forma e dentro de suas possibilidades, políticos e empresários, lado a lado, numa luta comum.

Fechado o Congresso, atendidas algumas reivindicações dos empresários (e o governo poderá atender a outras) e baixados alguns decretos, parece, então, que as dúvidas se dissiparam e o quadro ficou mais nítido. Na verdade, os políticos realmente interessados em redemocratização queriam uma coisa: a volta da vida política normal e legal, com eleições diretas, um Congresso digno, extinção do AI-5, 477 etc. Os empresários estavam interessados em outra coisa, abertura da política econômica, maior influência nas decisões sobre esta política, através da participação de seus representantes nos órgãos governamentais.

Aí temos dois caminhos paralelos. Se eles se aproximaram, em determinado momento, foi mais por obra do *calor* do noticiário ou por posição assumida por alguns empresários, que não representavam um consenso da classe. Além do mais, os dois grupos *brigavam*, mais diretamente, com dois *adversários* diferentes: os empresários com os tecnocratas (que legislam decretam, na política econômica); e os políticos contra os militares duros (e alguns civis com as mesmas idéias desses).

Como que equidistantes, há outros dois setores significativos, não totalmente envolvidos nessa *briga*, mas só aparentemente. Os banqueiros brasileiros e as multinacionais. Os primeiros, não interessados em nenhuma abertura, seja econômica ou política. Porque no sistema monetarista, adotado pelo governo — e com grande influência sobre este sitema — os banqueiros são considerados os privilegiados, sempre *lucrando* com as medidas do governo. As multinacionais, por seu lado, observam a evolução dos acontecimentos, mas sem uma posição muito definida. Diz-se que entre elas há as defensoras da democracia — mais sensíveis às pressões de governos como o dos Estados Unidos, Alemanha, França — e que fazem suas previsões mais a longo prazo. E nelas, não há lugar para um regime autoritário de longa permanência.

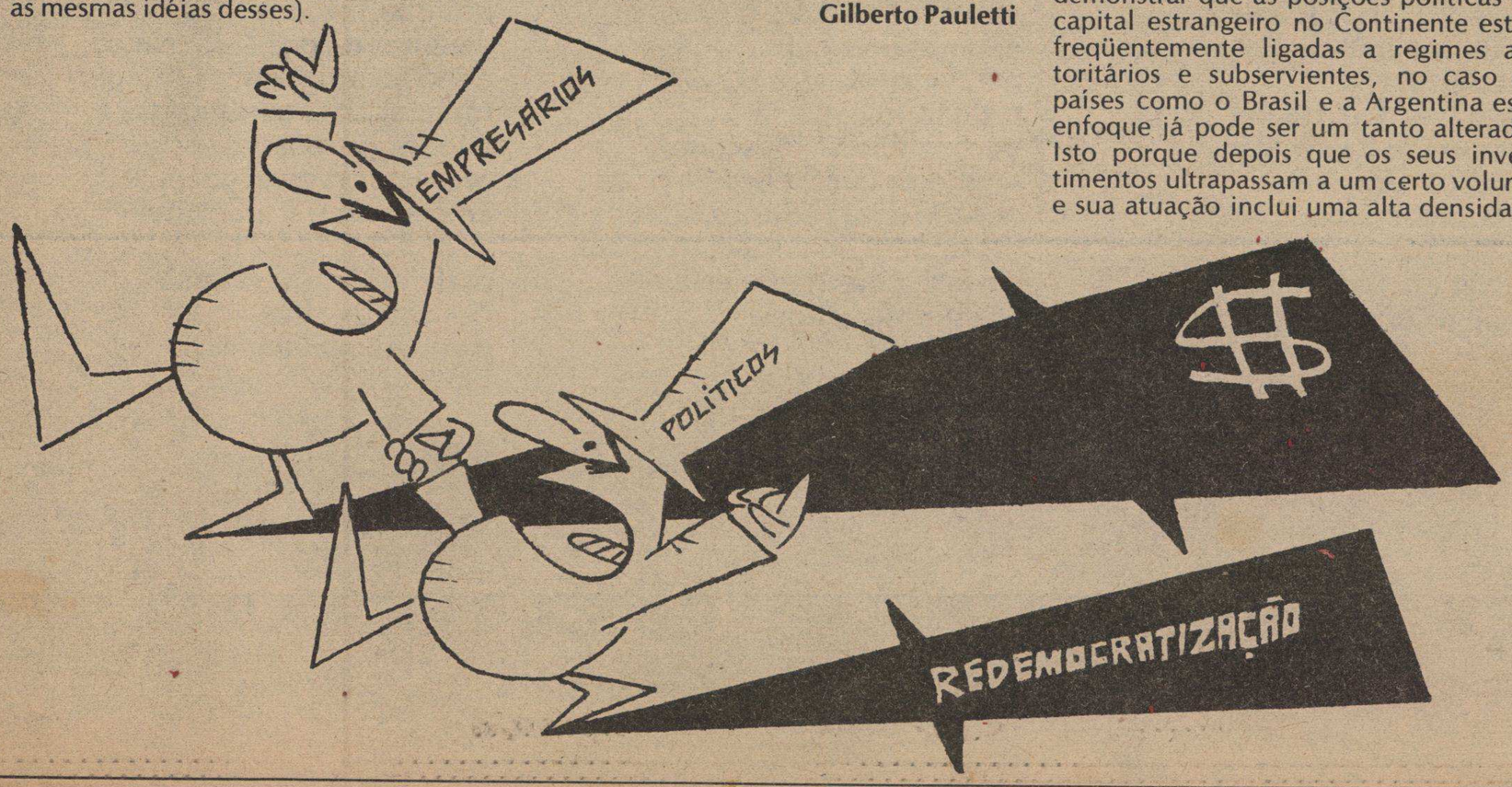
Quanto à imprensa, bem, esta fica espremida entre todos estes setores, procurando desempenhar o seu papel, tentando informar, analisar e até concluir sob um fogo cerrado, que vem de todas as direções.

É preciso também que se note as relações entre esses vários grupos. A tecnocracia tem força para determinar a política econômica, enquanto conta com o apoio dos militares. Essa frente é *engrossada*, ainda, pelo setor financeiro. É, portanto, uma frente muito forte. No lado de baixo, estão os políticos e os empresários, desunidos. Pois a redemocratização pregada pelos políticos implica, entre outras coisas, em liberdade sindical, o que nem sempre é do interesse dos empresários. Assim, a possibilidade de uma aliança entre essas duas clases é bastante remota.

Mais remota ainda está a possibilidade do empresariado continuar pressionando o governo. Este já começou a atender suas reivindicações (no setor siderúrgico, de exportação, de bens de capital) e isto basta a eles.

Usando dos poderes que a Revolução institucionalizou, atendendo reivindicações básicas do empresariado (não se conta aqui o comércio, setor politicamente fraco, mas que também poderá receber algum *incentivo* por parte do governo), resta apenas um último confronto: as multinacionais, que também parecem divididas. Com isso, pode-se chegar à conclusão de que tudo vai continuar como antes. Até que nova crise surja.

Gilberto Pauletti



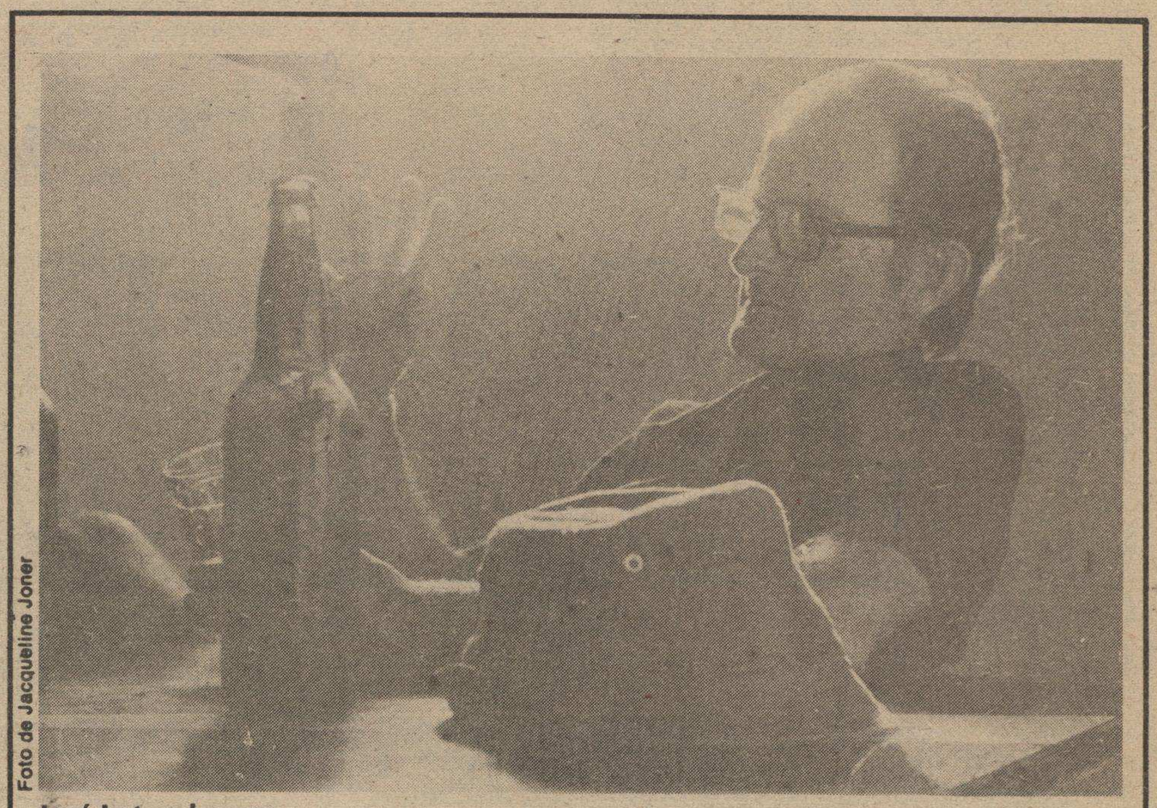


Foto de Jacqueline Joner

José Lutzenberger

Castigo para Lutz

A Secretaria de Educação e Cultura vai promover este ano no Estado sete cursos de Iniciação à Educação Ecológica, mas entre os conferencistas convidados foi deixado de lado o técnico mais importante para palestras deste tipo, o agrônomo José Lutzenberger, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural e ardoroso defensor do meio ambiente.

Lutzenberger está numa espécie de **lista negra** da SEC (e provavelmente de todas as secretarias de Estado gaúchas) por ter xingado a mãe do secretário da Saúde Jair Soares, que por isto o está processando. O incidente ocorreu em setembro do ano passado, quando o agrônomo se indignou ao ver funcionários da Secretaria da Saúde pulverizarem os arbustos de um bairro residencial de Porto Alegre para matar mosquitos com o perigoso veneno BHC.

A coordenadora de Cursos do Departamento de Assuntos Culturais da SEC, Maria Bonumá, justifica a interdição de Lutzenberger dizendo que legalmente pessoas que estejam sendo processadas pelo Estado não podem ser contratadas por órgãos públicos. Na verdade, não existe uma lei específica para o caso de Lutzenberger, e a mesma professora admite: "É, foi uma decisão pessoal. Além disso, não queríamos criar atritos com outras Secretarias".

O advogado de Lutzenberger no processo movido pelo secretário da Saúde diz que não são os mil cruzeiros que o ecólogo recebia até o ano passado por palestra que o preocupam. Ruy Barbosa Gerhard lembra que o fato ainda nem foi examinado pelo Judiciário e, portanto, não há culpa formada. "Seria o mesmo que o Estado não pagar um funcionário afastado por inquérito administrativo. É o cúmulo".

Jorge Freitas

Abertura serve às multi?

Apesar de a história latino-americana demonstrar que as posições políticas do capital estrangeiro no Continente estão freqüentemente ligadas a regimes autoritários e subservientes, no caso de países como o Brasil e a Argentina esse enfoque já pode ser um tanto alterado. Isto porque depois que os seus investimentos ultrapassam a um certo volume e sua atuação inclui uma alta densidade de tecnologia, as grandes empresas, hoje multinacionais, preferem menos regalias e lucros imediatos, desde que tenham estabilidade a longo prazo e sistemas duradouros que justifiquem as inversões de longa maturação.

Assim, as multinacionais com investimentos no Brasil estariam propensas a apoiar uma redemocratização que trouxesse, como resultado, um regime aberto e estável, capaz de resistir aos naturais embates da vida das nações. É por isso, aliás, que uma multinacional aceita ter menores lucros no Japão, Alemanha, França ou qualquer país estável, que numa república sem sólidas instituições.

Pode-se dizer que hoje uma multinacional está melhor equipada para operar em regimes abertos, com sindicalismo atuante (como na Europa e Japão) do que nas tradicionais republiquetas. Seus departamentos de relações trabalhistas dispõem de *know how* e capacidade para enfrentar as mais duras liças sindicais, como ocorre atualmente na Itália, por exemplo, achando preferível tais situações do que outras aparentemente mais tranqüilas, mas sujeitas a sobressaltos políticos que não aconselhem o planejamento de longo prazo. Além disso, pela formação política de seus dirigentes (invariavelmente originários de países democráticos), a convivência com regimes fortes é pessoalmente indigesta a esses executivos, o que também contribui para as novas posições.

José Antônio Severo

Te cuida, Kojak!

Heróis nacionais no lugar dos enlatados na tevê. Quem acredita nessa?

Depois de vencer os mais diferentes inimigos nos capítulos semanais da tevê, o detetive careca, a mulher polícia, o homem biônico e todos os outros policiais da televisão deverão ser derrotados no último episódio pelos bandidos subdesenvolvidos da Baixada Fluminense. Essa luta, porém, não se travará diante dos nossos vídeos, mas nas ante-salas e gabinetes acarpetados das emissoras, que deverão ser assaltadas ainda este ano pelos cineastas brasileiros, todos armados com seriados tupiniquins para enfrentar os enlatados estrangeiros.

Apesar de ser uma idéia da Embrafilme, que ultimamente dedica-se mais à valorização da cultura nacional através do financiamento às pornochanchadas — 99 delas em 1975 —, alguns cineastas já se ouriçaram e um deles, o piauiense Miguel Borges — *Pecado na Sacristia, Barão Otelo,* etc —, acaba de encaminhar um extenso enredo à empresa do governo, onde pombos lutam contra gaviões para, no final de 24 capítulos, tudo terminar num autêntico *love story* no pombal. Claro, é uma história infantil, mas o orçamento não faz por menos: custará Cr$ 10 milhões, cinco vezes mais caros que o custo de 60 episódios do Kojak.

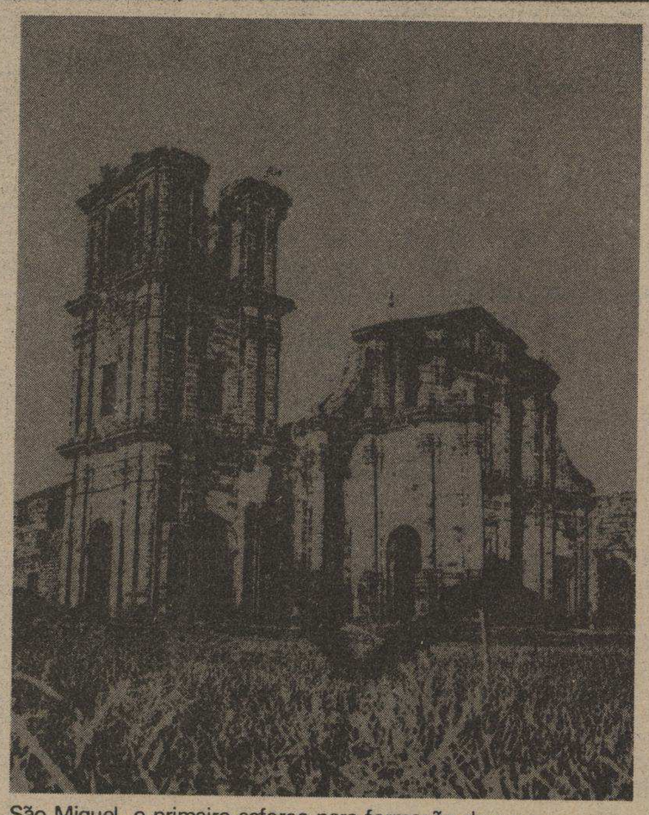
Como a diferença de custos é enorme, fui procurar Gustavo Dahl, diretor da Embrafilme, para ver como ele pretende resolver o problema. Para quem não conhece, Dahl é um cineasta de idéias e linguagem muito *acessíveis,* cujo filme — *Um Índio à Procura de Deus* — foi visto por 4.788 pessoas em todo o país, durante 1975, arrecadando menos de Cr$ 6 mil. Como executivo, ele se comunica melhor: fala através de sua secretária.

É ela quem fala toda sorridente: "Estamos oferecendo Cr$ 30 milhões para financiar o filme-piloto — espécie de síntese do filme — para cineastas que queiram produzir seriados para televisão. Depois, para os que forem viáveis, conseguiremos financiamento de instituições públicas e privadas e vamos negociá-los a preços competitivos". Isso será possível? Nem todos acreditam, pois nossas emissoras são consideradas mercado de segunda classe pelos produtores norte-americanos; que vendem a preço de banana as cópias já usadas em seu país. Ao mesmo tempo, as distribuidoras costumam doar gratuitamente os filmes mais antigos para as estações menores.

Por isso, cineastas como Luís Carlos Barreto, presidente do sindicato nacional da classe e produtor de *Dona Flor e seus dois Maridos,* está com um pé atrás. Ele diz que a idéia é muito boa, uma iniciativa interessante, mas que está envolvido com produções em 35 milímetros, pede desculpas mas não tem condições de fazer nenhum projeto na área.

Mas existem os corajosos — até agora, um só — como Miguel Borges. Ele acha muito fácil fazer filmes policiais como Kojak, "que é só no primeiro plano, não usa multidões e as histórias quase sempre se passam em ambiente fechado. Tudo é questão de orçamento". O mais difícil, para ele, é a competição de preços, mas tem uma solução: "É só o governo aumentar os impostos dos enlatados e obrigar as emissoras a imitarem os donos de cinema. Ou seja, têm de reservar um número de horas de todos os dias para o cinema nacional". Se as sugestões foram aceitas, ficará faltando apenas a inclusão do Esquadrão da Morte na vala comum dos bandidos de cinema — única oportunidade, pelo menos na fantasia, de serem derrotados pela justiça.

Durval Guimarães



São Miguel, o primeiro esforço para formação de uma comunidade cristã no sul do Brasil.
O passado que o tempo não apagou.

Chame as coisas pelo nome: no sul, Caderneta Apesul de Poupança.

Há dez anos que o nome Apesul está ligado às tradições e aos costumes do Rio Grande do Sul.

E durante todo este tempo, ela se tornou parte da vida de mais de 300 mil famílias gaúchas.

Recebendo poupança e concedendo financiamentos para casa própria.

Sempre com muito carinho, simpatia e atendimento personalizado.

Conte com a Apesul. A Caderneta da terra.

Gaúcha de nascimento, gaúcha de coração.

No sul, Caderneta Apesul.

ANO DA POUPANÇA 77

Caderneta APESUL de Poupança

marca

Em São Paulo, procure o Coojornal*na*

Praça D. José Gaspar, 106 1º andar Loja 19

Imprensa renasce com a abertura

Na Espanha já não se lê apenas sobre touradas e futebol

Por Guillermo Piernes

Desde o final da Guerra Civil até seis anos atrás, a imprensa espanhola trabalhou adormecida pelas notas oficiais do franquismo. A imprensa "rebelde" era dobrada sistematicamente pela censura, que levava os editores à irremediável quebra pela apreensão de edições inteiras ou sucessivos retardamentos de impressão. A frustração, o êxodo ou a auto-censura eram os caminhos restritos dos jornalistas espanhóis.

"Aqui ninguém lê nada, exceto futebol e touradas", era a frase corriqueira das redações de jornais e fora delas. Mas em 1971, enquanto a saúde de Francisco Franco começava a declinar, um grupo de 16 jornalistas, encabeçado por Juan Tomás de Salas, colocava a pedra fundamental da nova imprensa espanhola, convertida hoje na vedete do jornalismo europeu pela fantástica evolução — tanto em quantidade como em qualidade.

Juan Salas e seus companheiros quiseram lançar uma revista econômica, que deveria se preocupar com a realidade social. Mas as dificuldades começaram pelo nome. Por lei, não se podiam usar palavras genéricas como nome ou seja, o nome proposto — *Câmbio* — deveria conter algo mais. Então, foi acrescido o número 16, correspondente ao número de jornalistas envolvidos na aventura.

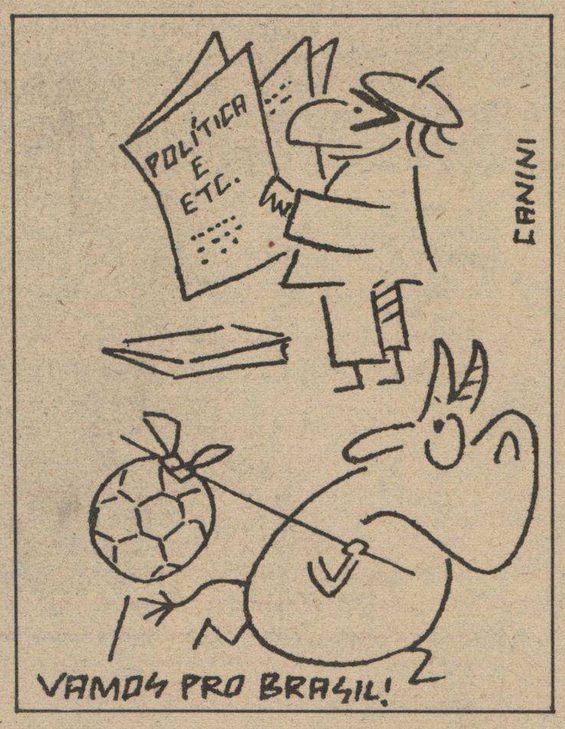
Câmbio 16 foi para as bancas apenas com o objetivo de se manter circulando no meio do asfixiante clima político. Vender cinco mil exemplares era bastante e assim a revista ia sobrevivendo, com quatro redatores fixos e alguns colaboradores. As perdas, apesar disso, foram enormes no começo. Muitas vezes os editores estiveram a ponto de desistir diante da força do regime, que pressionava permanentemente forçando modificações de textos na última hora.

No final de 1974, Câmbio 16 chegava a vender 150 mil exemplares por semana. Em 1975, Franco agoniza, a Espanha vive seu ano crítico e Câmbio 16 duplica sua tiragem. Mas a luta financeira é tão dura como antes. As despesas com modificações exigidas pela censura em 1975 somaram o equivalente a Cr$ 3 milhões. Em março daquele ano, a revista foi fechada durante três semanas e, ao reabrir, teve toda uma edição apreendida. Em 1976 Franco está morto e toda a Espanha aplaude a abertura política. Câmbio 16 alcança a marca dos 500 mil exemplares por semana.

E em 1977 o semanário já não está sozinho — dezenas de jornais e revistas inundam as bancas. Agora circulam publicações em catalão e basco, idiomas virtualmente proibidos durante o franquismo. A frase "aqui ninguém lê nada, exceto futebol e touro" soa simplesmente absurda em Madrid. A contida sede de informação reprimida por mais de 35 anos ultrapassou todas as estimativas.

Quando o governo de Adolfo Suarez acelerou a abertura, alguns ficaram com medo que a nova imprensa espanhola não recebesse o apoio publicitário das grandes empresas e das companhias multinacionais. É que várias dessas publicações combatiam o franquismo e eram críticos impiedosos da conduta dessas empresas no campo social e desrespeito ao meio-ambiente. Mas se a abertura política representa um "bom negócio", o editorial também é para as campanhas publicitárias que agora têm mais leitores que antes.

Das 100 páginas da Câmbio 16 de hoje, cerca de 50 por cento são ocupadas com publicidade. Enquanto os monumentos da imprensa espanhola durante o franquismo — os jornais Alcazar e ABC — mantêm mais ou menos o mesmo número de anúncios de antes da abertura, as novas publicações estão sendo cortejadas pelas agências de publicidade. E a alegada falta de hábito de ler jornais diários está agora praticamente desmentida pelas tiragens do matutino El País e do vespertino Diário 16, ambos bem acima dos 100 mil exemplares.



Diga-se, porém, que ainda falta muito caminho para percorrer. Faltam as eleições e várias leis franquistas, no campo da imprensa, continuam vigentes. O acesso às páginas dos jornais corre o perigo de ser restringido à exigência do registro profissional de jornalista. A nova imprensa espanhola se opõe energicamente a que apenas os registrados possam escrever. A tese é que não se deve confundir a preparação profissional com o monopólio burocrático que significa a mera posse de um registro para exercer a atividade. O jornalismo é uma "profissão que só pode viver da competência e da liberdade", reclamava o editorial de um periódico de Madrid no mês passado.

No entanto, ainda se sucedem as ameaças de morte aos responsáveis por publicações da nova imprensa. Em duas oportunidades a abertura política esteve seriamente ameaçada: quando um grupo de advogados progressistas foi assassinado para forçar a repressão policial e quando setores franquistas tentaram criar ambiente para um golpe de estado em função da legalização do partido comunista. Nas duas ocasiões, todos os jornais de Madrid publicaram o mesmo editorial — redigido em conjunto —, na primeira página, repudiando os atos.

A nova imprensa espanhola também discute muito a história. Nas suas páginas são analisados assuntos considerados tabus durante o franquismo, como o bombardeio de Guernica pela aviação nazista, a construção de monumento ao franquismo feita pelos derrotados prisioneiros republicanos.

A revista mensal História 16 vendeu 1 milhão e 500 mil exemplares no seu primeiro ano de existência. Para surpresa de alguns, que temiam que fossem reabertas as feridas da Guerra Civil, a aplastante maioria dos leitores espanhóis não saiu a queimar edifícios nem a matar antigos adversários. Na Espanha existe o consenso de criar um novo modus vivendi. O rótulo ideológico a esse novo modus vivendi é secundário e só será conhecido com as próximas eleições de 15 de junho. Mas ninguém tem dúvidas que nessa nova etapa da Espanha deve escassear o ódio, deve sobrar a liberdade, tal como se insinuou no florescimento da imprensa espanhola.

Quem faz e quem lê o COOJORNAL tem um interesse em comum: a verdade.

Quem faz o COOJORNAL é uma equipe da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Quem lê o COOJORNAL são pessoas críticas e exigentes. Que buscam no nosso jornalismo o meio melhor de acompanhar os fatos do nosso tempo.

Para essas pessoas é que nós fazemos o COOJORNAL. Com a responsabilidade de quem sabe que fazer jornal é fazer leitores.

Sempre tendo coisas importantes em comum com eles. Como a verdade.

Preenchendo o cupom ao lado, você preenche a sua necessidade mensal de informação selecionada e tratada como você merece.

coojornal

CUPOM DE ASSINATURA

Nome: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Forma de pagamento:

Cheque em nome da COOJORNAL

Banco: _____ Valor: _____ Data: _____

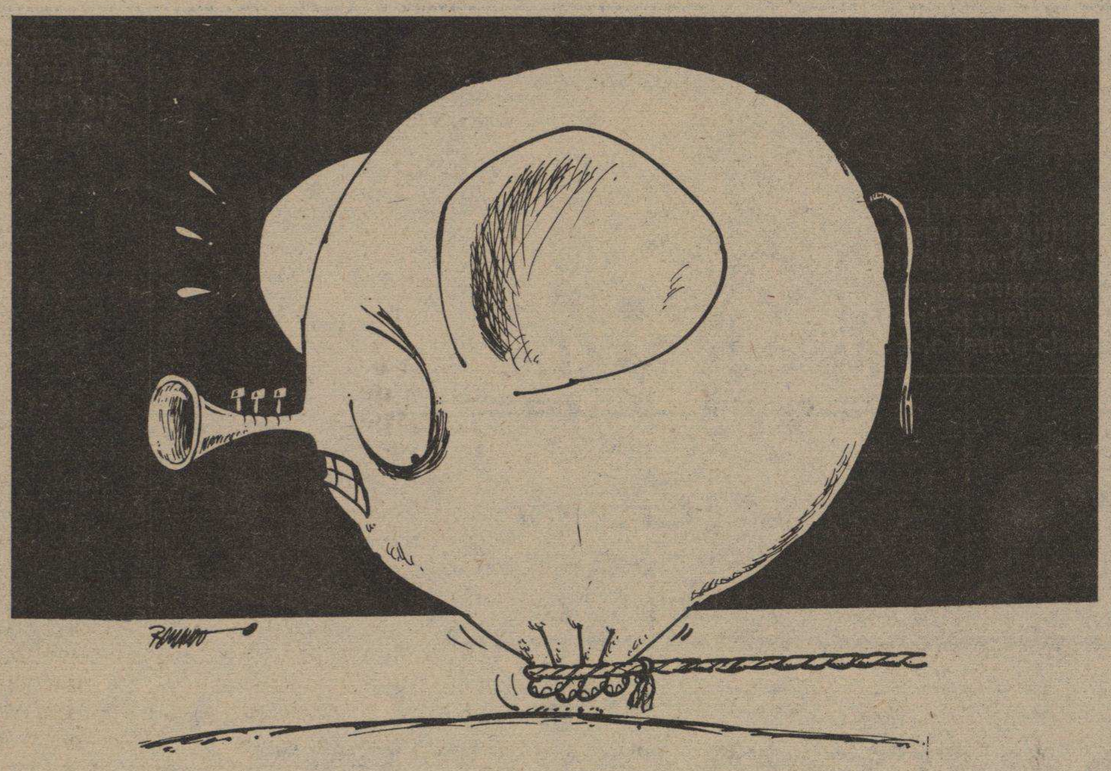
Ordem de pagto. nº: _____ Valor: _____ Data: _____

Banco: _____

Vale postal nº: _____ Valor: _____ Data: _____

ASSINATURA POR 12 EDIÇÕES: Cr$ 80,00

Rua Comendador Coruja, 372 Fones: Redação — 24.0951 — Administração e Comercial — 21.8984
Porto Alegre — RS - Brasil



Era peso demais para um elefante

Depois de uma farra paulista o elefante branco de Santa Catarina começou a desabar

O **elefante branco,** como era conhecida a Companhia de Comunicação e Divulgação do Estado de Santa Catarina (DICESC), vinha fraquejando desde o início deste ano. No final do último mês (abril), caiu de uma vez, por terra. O que não foi para menos. Pois não há animal que resista ao peso de 132 funcionários (jornalistas e profissionais liberais na sua maioria); seis diretores com a média salarial de 30 mil cruzeiros; farta distribuição de verbas para todos os meios de comunicação; e o aluguel de quatro andares no Edifício CEISA, na Felipe Schmidt, que é a Rua da Praia dos catarinenses.

Os primeiros sintomas da doença que se abateu sobre a DICESC começaram quando o colunista social do jornal *Estado de Santa Catarina,* Beto Stodieck, colocou esta nota de rodapé na sua coluna diária: "Cinco altas personalidades do governo catarinense, acompanhados de mulheres que não eram as suas, gastaram 700 mil cruzeiros, numa noite, na Boate *Regine's* de São Paulo".

A partir desta nota, ficou-se sabendo na capital do sol e mar, que a *noitada paulista* custeada pelos cofres do governo tinha sido saldada com um cheque assinado pelo presidente da DICESC, Flávio de Almeida Coelho. Mas a nota de Beto Stodieck serviu apenas para diagnosticar o mal da DICESC — corrupção: e o colunista, pela segunda vez, foi demitido do jornal de maior circulação em Florianópolis.

Ao governador Antonio Carlos Konder Reis, criador da DICESC, mesmo apavorado com os relatórios dos seus assessores, coube a tarefa de dar a receita para o caso. Decidiu "diminuir as despesas de custeio, reduzindo-as ao estritamente necessário". Com esta ordem, a DICESC e a Empresa de Turismo e Empreendimentos do Estado de Santa Catarina (TURESC) chegaram ao fim de suas existências, pelo menos em nome.

Os objetivos da DICESC eram bem claros: monopolizar a opinião pública sobre os atos do governo, através de todos os meios de comunicação estaduais e as vezes até nacionais. Assim, "governar pela imprensa" passou a ser um slogan atribuído no meio jornalístico ao governador Carlos Konder Reis, que talvez não imaginasse que teria de pagar, por isso, um alto preço.

O fato da extinção da DICESC teve grande repercussão, principalmente na imprensa catarinense que, de repente, viu obstruído um largo canal de "informações" e verbas. A Revista do Sul, que é distribuída em todo o Estado, disse num artigo de última página, com destaque, que "a medida atinge diretamente a imprensa, notadamente alguns órgãos, como o nosso, que recebem, nestas ocasiões, colaboração justa pelo trabalho de difusão cultural que prestam ao Estado em longos anos de existência". (Veja a Seção de Cartas, na página 3).

Mas em Florianópolis, já se pensa em dar uma nova vida à estrutura de divulgação das iniciativas do governo catarinense, com o mesmo número de funcionários, objetivos e quantias financeiras. Apenas uma diferença: em vez de empresa de comunicação, um discreto *Serviço de Imprensa da Casa Civil*. Ainda não se sabe o nome do próximo animal. Mas está provado que precisa ser mais forte e de costas mais largas que um elefante.

Acari Amorim

Nota — O governador Antonio Carlos Konder Reis, extinguiu além da DICESC e da TURESC, através da Lei número 5.295 (a chamada compactação), quatro secretarias de Estado: Governo, Imprensa, Trabalho e Promoção Social e Tecnologia e Meio Ambiente. Também extinguiu cinco órgãos autônomos: Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina, Departamento Estadual de Geografia e Departamento Estadual de Caça e Pesca, Superintendência da Ação Comunitária e Superintendência de Desenvolvimento Urbano. Konder Reis ainda ficou autorizado a transferir para a iniciativa privada o controle de outras sociedades de economia mista.

...E os holandeses vivem bem!

Os jornais defendem até o direito de ver filmes pornográficos

No início de março, o ministro da Justiça da Holanda, Van Agt, resolveu tomar uma atitude inesperada na sólida e bem estabelecida democracia liberal do país: ordenou o fechamento dos sex-chop (butiques do sexo) e dos cinemas clandestinos que exibem exclusivamente filmes pornográficos, com a alegação de que "tudo isso é imoral".

Van Agt não calculava a repercussão da sua medida moralista. Os principais jornais do país — Algemene Dagblad, de Rotterdam, e Telegraaf, de Amsterdam — não admitiram a ordem e iniciaram uma campanha gigantesca contra a decisão, afirmando que "todo holandês ou turista que visite o país tem o direito de fazer e de ver o que bem entende , a liberdade de ir e vir é uma garantia assegurada pela Constituição".

A campanha deu resultado: Van Agt, além de não conseguir impor o fechamento, foi praticamente obrigado a renunciar ao cargo alguns dias depois.

No mês de abril, a questão da distribuição de terras no país — a Holanda é pequena e tem o maior índice demográfico do mundo — também ocupou muitos espaços nos jornais do país. A segunda câmara do Congresso discutia a questão, mas alguns detalhes do novo acordo prejudicavam os pequenos proprietários. Os jornais iniciaram uma nova campanha, o acordo não foi aprovado e, além disso, o gabinete comandado pelo primeiro ministro Den Uyl foi obrigado a renunciar por divergências na questão das terras e também por problemas políticos denunciados pela imprensa (o país tem 71 partidos políticos, o gabinete é formado por uma coligação dos principais).

A imprensa holandesa, forte nos seus princípios básicos, desempenha assim papel muito importante na condução dos problemas políticos, econômicos e sociais. Não existe censura, corte ou repressão. A liberdade de criticar é um direito que todo jornalista tem, mesmo que o alvo seja alguém da (quase) sempre intocável família real. No ano passado, por exemplo, depois das primeiras denúncias do envolvimento do príncipe Bernardo (marido da Rainha Juliana) no escândalo da Lockheed, o Algemene Dagblad e o Telegraaf começaram a vasculhar sua vida privada, denunciando inúmeras irregularidades e casos de corrupção nos seus negócios. Bernardo não pôde contestar e renunciou ao cargo de presidente de mais de cem empresas que dirigia.

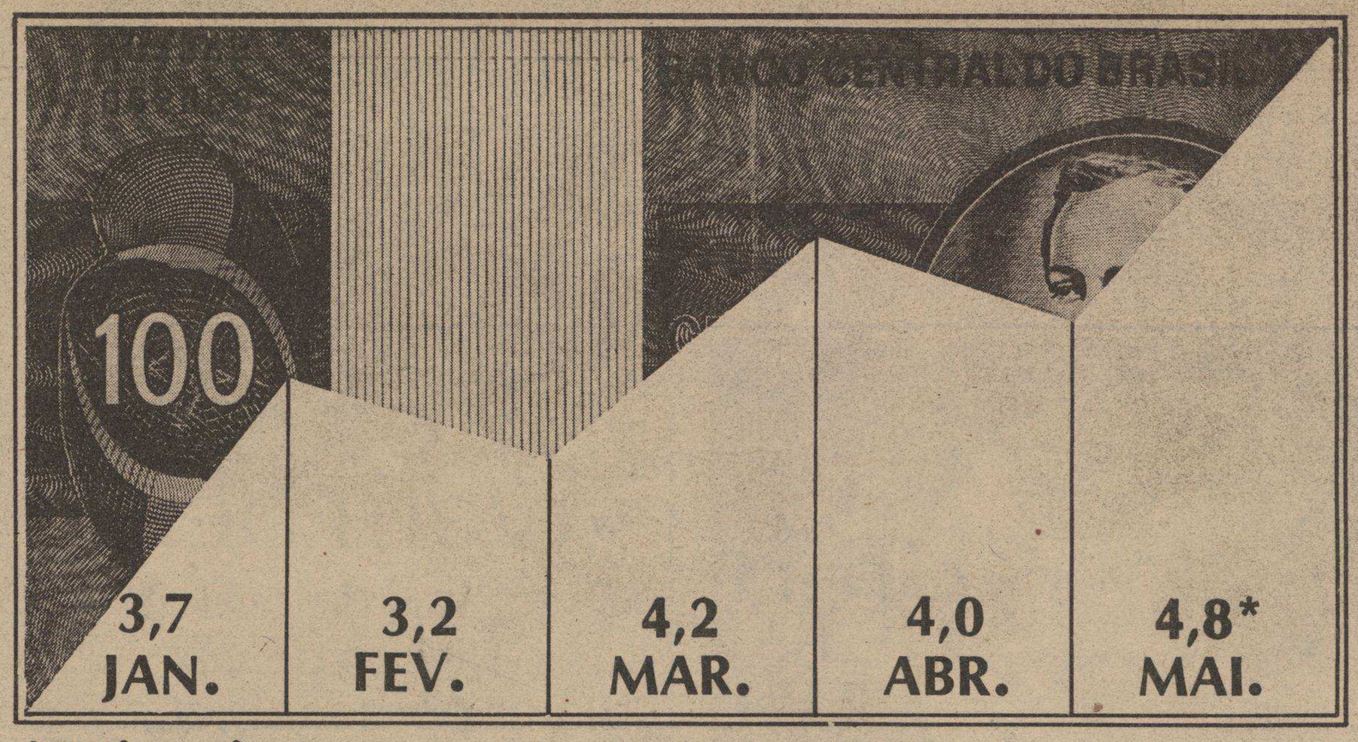
A força da imprensa holandesa, portanto, atinge todos os níveis, desde os políticos, econômicos e sociais até os mais intrincados casos de corrupção e atua em escalas diferentes. Existem os jornais nacionais, os provinciais e os locais. Os jornais nacionais tratam dos problemas do país e noticiam os fatos internacionais. Os maiores são o Algemene Dagblad, de Rotterdam, e o Telegraaf, de Amsterdam, com tiragem de 500 mil exemplares cada um. São mal diagramados pelo volume excessivo de publicidade (chegando até 70 por cento do total de páginas em alguns dias) e possuem tendências diversas: o Telegraaf é sensacionalista, festivo mas liberal, enquanto o Algemene Dagblad é mais sóbrio, democrata e defensor de algumas idéias que chegam a irritar os capitalistas e as multinacionais holandesas.

Os jornais provinciais atuam especificamente nas suas áreas, não procuram dar noticiário nacional de outras regiões nem os acontecimentos internacionais. Suas preocupações básicas são informar sobre os fatos — em todos os níveis — da província. Cada província possui dois ou três jornais deste tipo — geralmente em modelo standard — com tiragem em torno de cem mil exemplares, bom volume de anúncios, sobrevivência própria e liberdade total para tratar de qualquer questão. Assim também funcionam os jornais locais, que algumas cidades possuem. Dos 817 municípios, aproximadamente 300 possuem jornais locais, com independência econômica e política e com profissionais contratados. São jornais que se preocupam só com a vida da cidade — política, econômica, social e esportiva.

Eugênio Bortolon

Continental. Som de uma orelha a outra.

Nos 1120 ,rádio à moda da casa.



***Estimativa**

O novo salário mínimo está sofrendo um desgaste de 11 cruzeiros por semana. E se continuar no mesmo ritmo, seu poder de compra estará reduzido em dez por cento até o final do mês de junho.

"Cada vez sobra mais mês no fim do meu salário"

(Millor Fernandes)

(Ou porque estamos perdendo a guerra contra a inflação)

Por Hélio Gama

É possível que em março de 1979, quando o novo governo estiver sendo empossado, a atual administração tenha muitos motivos para se orgulhar do período em que comandou o país. É certo, porém, que pelo menos três itens não estarão relacionados entre as vitórias oficiais: 1) a taxa de crescimento da economia — que promete ser maior que a desejada pelo governo; 2) o endividamento do país — que em nenhum período anterior subiu tão rapidamente; 3) e a inflação — a taxa média anual do atual período governamental não será inferior a algo entre 35 e 40%, a maior do após guerra, excetuando-se apenas o curto governo João Goulart.

Destas três derrotas, as duas primeiras podem ser eventualmente graves. Mas é com a inflação que as autoridades enfrentam a sua maior dor de cabeça política.

Nos primeiros quatro meses deste ano a taxa de inflação foi de quase 16%, ou seja, superior à de igual período do ano passado e praticamente o dobro dos 8% registrados entre janeiro e abril de 1975. E em maio as coisas não estão melhores. Os reajustes do salário mínimo — mais de 44% —, leite, transportes, óleo diesel, café, óleos comestíveis e de uma longa série de produtos industriais estarão novamente empurrando para cima os índices de preços.

Embora a Fundação Getúlio Vargas tenha sido habilmente convencida a introduzir algumas modificações nas fórmulas e métodos de cálculos — o que evitou que a inflação de março fosse superior a 5% e a de abril fosse maior ainda —, mesmo os técnicos mais otimistas do governo não contam com nada abaixo de 3,5%. Os economistas sem compromissos oficiais arriscam cifras de até 4,5%. Na média, concordam com 4%.

Isto é muito ruim, é claro. Os trabalhadores que ganharam aumento do salário mínimo no dia primeiro de maio estão perdendo poder aquisitivo a uma média de 1% por semana. Uma média, aliás, que não é difícil de manter. Se em junho, por um desastre completo, os indicadores inflacionários continuarem estacionados na casa dos 4% ao mês, a inflação do primeiro semestre será de aproximadamente 25%.

E até lá, o pessoal que ganhou aumento em maio, já terá perdido quase 10% do poder aquisitivo que apenas em parte havia recuperado 60 dias antes.

DESCONFIANÇA

Mas não são apenas os trabalhadores em empresas particulares ou regidos pela CLT que não gostam da inflação. Os funcionários públicos devem apreciá-la ainda menos. Tanto os que trabalham para a União, como para os estados e municípios, em março-abril deste ano receberam 30% de aumento nos seus vencimentos. O generoso aumento, no entanto, foi como pouca água lançada em muita terra seca. A inflação entre março e junho impiedosamente devorará quase a metade deste aumento.

A ninguém é benéfica esta alta de preços tão veloz. Nem mesmo ao capitalista. Nos primeiros tempos, é certo, os empresários ganham muito dinheiro. Isto porque sua posição privilegiada nos mercados lhes permite passar adiante os seus custos que se elevam, às vezes até com vantagem.

Mas, como dizia o velho lorde John Maynard Keynes, um dos pais da moderna teoria econômica, a inflação é uma doença que pode destruir o capitalismo. Com ela é impossível deixar de especular, com mercadorias, títulos ou o que seja. Na corrida para preservar o valor de seu dinheiro todos se atiram na mais desenfreada batalha.

E a especulação, que normalmente é uma função reservada a uns poucos, passa a ser uma atividade normal. Neste momento, segundo Keynes, o empresário, que é considerado o herói deste sistema porque é *o condutor do progresso*, passa a ser olhado com desconfiança pela população.

É O MORDOMO?

Além disso, os empresários também não gostam que os preços subam muito porque com o tempo apenas os maiores deles conseguem repassar os custos, tão rapidamente quanto seria necessário para manter seus lucros. Nesse processo, torna-se cada vez mais inevitável que a roda diminua a velocidade do giro. E quando isto acontece muitos não podem parar de correr. Quem pegou dinheiro emprestado a 60% ao ano, comprou matéria prima 70% mais cara e precisa aumentar os preços em 30 ou 40% até o próximo mês no máximo, não pode enfrentar um banco fechado ou uma repentina queda nas encomendas.

Para a inflação, portanto, é importante para todos, porque ela vicia a estrutura econômica. Mas por que ela é tão alta no Brasil? Dizem os manuais de economia que não é difícil encontrar o culpado pela alta dos preços.

Segundo os melhores professores, e dentre eles o professor de economia Mário Henrique Simonsen o culpado é o mordomo, ou, no caso, o governo. "Quando você enfrenta uma inflação elevada" — explicou pacientemente um empresário paulista que já foi secretário da Fazenda em seu estado — "uma parte dela você já pode atribuir a um elemento importante chamado 'confiança', ou, se preferir, 'crença".

Segundo ele, se as pessoas não acreditam nas promessas dos técnicos que ocupam os principais postos na área da política econômica, elas se mostram menos dispostas a se sacrificar evitando transferir os custos, na certeza (ou na "crença") de que nos meses seguintes tais custos serão menores.

"O comportamento político do governo"—disse o empresário —"é um elemento essencial na composição do quadro. Quando os líderes começam a errar muito as suas previsões, ou se habituam a dar guinadas alterando violentamente as regras do jogo, ou insistem em manter objetivos que são evidentemente contraditórios no curto prazo, o grau de desconfiança aumenta. E pode atingir níveis insuportáveis se tais acontecimentos se sucedem durante muito tempo". Por isto, um líder empresarial tão respeitado quanto Roberto Simonsen, (não confundir com o ministro) não hesitou em afirmar, no distante ano de 1925, segundo um trabalho colhido pelo historiador Edgard Carone, que sem uma política clara e definida não há progresso.

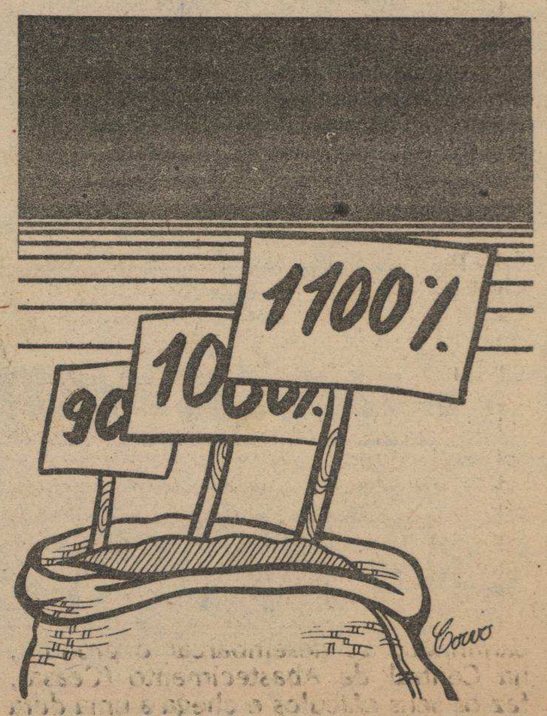
INSANO DESEJO

A condescendência, e até mesmo uma certa cumplicidade, com que os governos tratam a inflação, nos países em desenvolvimento, decorre de muitos fatores, que vão desde a mais pura incompetência até o insano desejo de manter um certo grau de popularidade (insano porque neste caso não se contém a inflação e sequer se mantém a popularidade), passando pela ausência de bases de sustentação política suficientes para impor uma verdadeira política de austeridade.

Mas se há uma inflação de caráter político ou psicológico, também existem fatores menos subjetivos a influir no comportamento dos preços. E novamente às autoridades é debitada a maior parte da culpa. As elevadas taxas de inflação, por um determinado período, correspondem também a uma espécie de tributo que é cobrado da nação e transferido aos cofres da união com a finalidade de equilibrar o orçamento, mantendo certas metas de investimentos ou transferir recursos para setores favorecidos.

A complexidade da explicação é deslindada por um outro industrial, que — como costumam fazer os industriais — preferiu manter-se no anonimato. "O que está acontecendo é isto: o governo tenta, de um lado, equilibrar seu orçamento com aumentos consideráveis dos impostos, e de outro manter ambiciosas metas em alguns grandes projetos enquanto que aperta o torniquete em alguns setores industriais que estão condenados a não crescer.

Acontece, porém, que isto só conduz a uma desorganização aguda da economia: alguns setores são beneficiados por créditos favorecidos e se desenvolvem como se não existisse inflação. É o



caso da política de substituição de importações. Como se pode manter tal política num momento em que o país precisa de austeridade? E enquanto estes setores poderão crescer 15 ou até 20% este ano, outros vão crescer zero. Mas todos são pressionados por custos violentos, com a diferença que alguns poderão repassá-los e outros não".

Além disso, os industriais não escondem o seu espanto com as tentativas oficiais de conter o crescimento da área da construção civil exatamente onde poderiam ser empregadas as pessoas liberadas de outros ramos, sem envolver problemas com a balança comercial.

INFLAÇÃO DO CHUCHU

Mas existem outras explicações para a elevada inflação. "Como se pode culpar industriais e assalariados pelas atuais altas dos preços?", pergunta um empresário. "Afinal, o problema é que boa parte das indústrias tem seus preços controlados pelo Conselho Interministerial de Preços. E os trabalhadores recebem aumentos controlados pelo governo". Se isto é verdade, é muito possível que a inflação do chuchu, como o ministro Simonsen definiu, não passe de uma figura.

Os agricultores e os intermediários agrícolas alegam que a política oficial determinou certos desajustes no mercado. O incrível estímulo à produção de soja, cana de açúcar e outros produtos, que encontram mercado no exterior, provocou dois tipos de distorções: o mercado interno passou a receber diretamente a influência das cotações nas principais bolsas de mercadorias.

Os preços da soja, por exemplo, saltaram de pouco menos de Cr$ 100,00 por saca em 1976, para 200, 220,240 e até Cr$ 250,00 nesta safra. Com a soja os industriais fabricam óleos comestíveis, tortas para o gado e rações para as aves. Se o preço do grão subiu, é de se esperar que o mesmo aconteça com os produtos daí derivados.

O segundo reflexo da expansão das culturas de exportação foi o abandono de culturas consideradas como de susbsistência: o feijão preto não encontrou financiadores tão gentis ou preços adequados. E o mesmo poderá acontecer com a batata inglesa daqui a alguns meses, além de outros produtos.

Se o Brasil produzisse mais amendoim e outros produtos que fornecem óleos comestíveis, poderia manter os preços dos óleos comestíveis em níveis mais adequados. Mas a soja e a cana expulsaram o amendoim. E por isto a produção caiu. E foi assim que subiram não apenas os preços dos produtos derivados da soja mas também aqueles que dependem do amendoim.

DESCONTROLE

Mas há outros problemas graves a influir nos preços dos produtos agrícolas. É certo que existem fatores meteorológicos que influem decisivamente no comportamento dos preços. Mas tais fatores nunca atuam durante longos períodos. E, como se sabe, os preços dos alimentos vêm liderando a lista de alta de há muito tempo. Um agricultor paulista reclamava, há dias, contra as acusações contra o chuchu e outros produtos comprados em feiras. Ele produz e outros hortigranjeiros numa terra localizada a cerca de 80 quilômetros de São Paulo. "Nesta distância, amigos, se o chuchu estivesse a dois cruzeiros o quilo nas feiras, ninguém ia encontrar. Você acha que vale a pena, a este preço, transportar dois mil quilos de chuchu por 80 quilômetros, vindo com o caminhão vazio? Você sabe quanto foi que o governo aumentou o preço da gasolina, do óleo e dos caminhões? Apenas este ano a gasolina aumentou 40%. E o diesel mais de 20%. Então o que vou plantar uma coisa que vale dois cruzeiros o quilo numa terra que está custando um preço absurdo?" Enfim, para compensar seus custos, o agricultor vende seu chuchu a mais de dois cruzeiros o quilo, quando vendia a um cruzeiro há poucos meses. O dono do caminhão, ao desembarcar o produto, na Central de Abastecimento (Ceasa), faz os seus cálculos e chega a uma dura conclusão: para garantir um lucro apreciável precisaria vender por três cruzeiros — mas pode vender por quatro, já que o descontrole está tão grande que ninguém mais percebe.

O pessoal da Ceasa acrescenta mais o que for possível e o consumidor termina comprando o chuchu nas feiras por seis ou sete cruzeiros o quilo. E o pior é, que se tabelar, o chuchu não vai mais ser colhido.

DESCONTENTAMENTO

A incapacidade do governo de conter a inflação e corrigir rapidamente seus erros parece ter chegado a um consenso que alcança níveis surpreendentemente elevados na administração. Desprezando os efeitos que algumas medidas governamentais têm sobre os preços, algumas áreas oficiais adotaram a nefasta prática de alterar os indicadores que servem para calcular os aumentos. E isto poderá se revelar uma doença ainda mais difícil de curar. A falsificação dos dados estatísticos tem um péssimo efeito: desorienta a economia. E aumenta a irritação dos setores mais influentes da nação. É o que tem acontecido nas relações entre empresários e governo. Depois de ter baixado a níveis quase insuportáveis, em janeiro e fevereiro, exatamente nos meses em que as pessoas são mais cordatas, melhorou alguma coisa com a substituição do ministro Severo Gomes e os ingentes esforços de entendimento conduzido pelo próprio presidente da República e seus ministros da área econômica.

Apesar disso, nas últimas semanas este clima de entendimento parece ter novamente sofrido um violento desgaste. Embora os empresários estejam mais comedidos em suas críticas públicas, atendendo a diversos tipos de apelos feitos por autoridades, não escondem sua preocupação com o futuro.

Mas se os empresários estão silenciosos, a voracidade com que estão sendo lidos e discutidos os editoriais de alguns órgãos de imprensa, revelam que tais jornais representam boa parte do pensamento empresarial. Na edição de 3 de maio. um editorial do jornal paulista **O Estado de S. Paulo** não hesitou em fazer severas críticas ao pronunciamento do presidente Geisel aos trabalhadores, em Belo Horizonte.

Segundo o influente matutino paulista, o presidente anunciou um diagnóstico já conhecido pelos trabalhadores, como ao afirmar que "a elevação do custo de vida deteriora os salários".

"A nosso ver" — disse o jornal — "o presidente não somente escolheu mal o auditório como também falhou ao limitar-se a diagnosticar a doença, deixando os ouvintes na maior perplexidade. Com efeito, exibiu uma atitude puramente passiva diante da alta dos preços. Os assalariados não precisam que se lhes diga que a inflação é o mal. As donas-de-casa vivem, no dia-a-dia, essa experiência dramática. Mas o povo merecia, pelo menos, ser inteirado daquilo que o governo está fazendo no sentido de sanar esta enfermidade. O presidente da República expendeu seu diagnóstico, aliás um tanto simplista, sobre o mal que assola o país (...). Assegurou, sem fornecer comprovação, que o governo se acha empenhado em debelar a moléstia, mas logo acrescentou: 'Não é tarefa fácil, porque não há processo que indique qual o remédio adequado e, sobretudo, qual a verdadeira dosagem em que esse remédio deve ser aplicado'. Ora, não será certamente com essa declaração de impotência que o primeiro magistrado da nação terá convencido a classe operária de que os preços ficarão doravante sob controle".

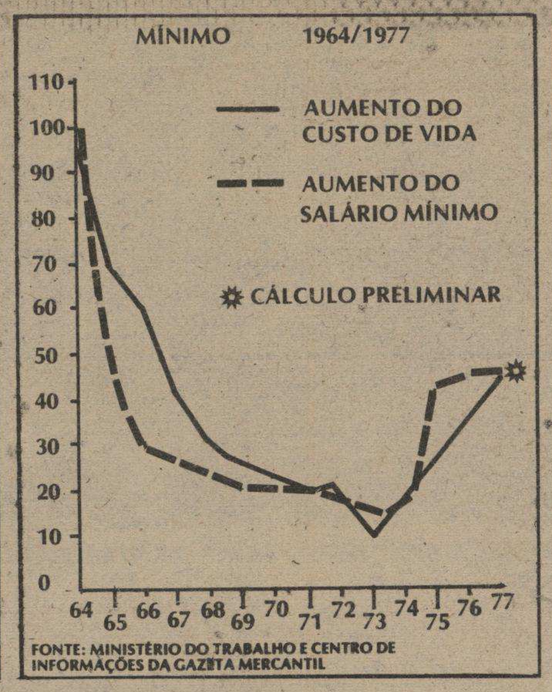
CONSEQÜÊNCIAS GRAVES

E no mesmo dia, apenas que à noite e no Rio de Janeiro, uma admirada platéia constituída de empresários foi testemunha de críticas ainda mais duras contra a política do governo, porque feita por um dos economistas mais respeitados do país. O professor Octávio Gouveia de Bulhões, ex-ministro da Fazenda, condenou as indecisões do governo. E depois de afirmar que "o governo ainda não levou a sério este problema", Bulhões alertou: "A continuar com os atuais níveis de inflação, superiores a 40% ao ano, não somente deixará de haver progresso, como surgirá, fatalmente, uma onda de descontentamento generalizada de conseqüências graves".

De qualquer forma, um outro fantasma agora parece estar começando a preocupar a nação. Em alguns setores industriais, condenados a conter drasticamente seu crescimento, começam a aparecer fortes sinais de desativação dos negócios. Com sua situação financeira comprometida, as empresas tentam solucionar seus problemas mediante a dispensa maciça de trabalhadores. Se as taxas inflacionárias estiverem elevadas, ou cedendo muito lentamente, e a rapidez do esfriamento aumentar, então as autoridades estarão às voltas com uma situação verdadeiramente grave.

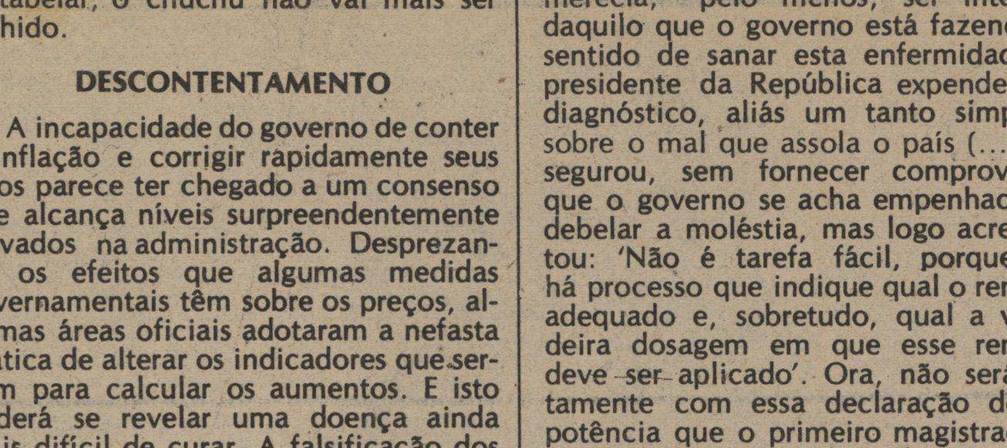
ELEVAÇÃO DO CUSTO DE VIDA EM PORTO ALEGRE %

	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	TOT
ALIMENTAÇÃO	4,11	2,82	6,22	5,16	18,31
SERV. PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA	6,87	8,68	3,85	0,85	20,25
PRODUTOS NÃO ALIMENTARES	4,51	3,89	1,66	3,89	13,95
OUTROS SERVIÇOS	3,62	1,29	7,44	6,76	19,11
INDICE GERAL	4,39	3,57	4,67	4,65	17,28



FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E CENTRO DE INFORMAÇÕES DA GAZETA MERCANTIL

A INFLAÇÃO EM CADA GOVERNO DESDE 46



• No governo de Castelo Branco a média é injusta porque ele herdou uma inflação de 90% e entregou próxima aos 30%.

ESTUDANTES
PROFESSORES
JORNALISTAS
ECONOMISTAS
ARTISTAS
ADVOGADOS
ADMINISTRADORES
PUBLICITÁRIOS
REDATORES
POETAS
ESCRITORES
ENSAÍSTAS
FOTÓGRAFOS
CENÓGRAFOS
DESENHISTAS
TEATRÓLOGOS
RADIALISTAS
CINEASTAS
COMPOSITORES
MANEQUINS
DIRETORES
ILUMINADORES
ATORES
ATRIZES
FREE-LANCERS
ARQUITETOS
DESIGNERS

REFLEXUS

Só não compra na Cepal! quem não faz nada e, dizem os filósofos que nada é tudo, portanto, todos compram na Cepal, à vista com descontos de até 15% ou pelo crediário sem igual.

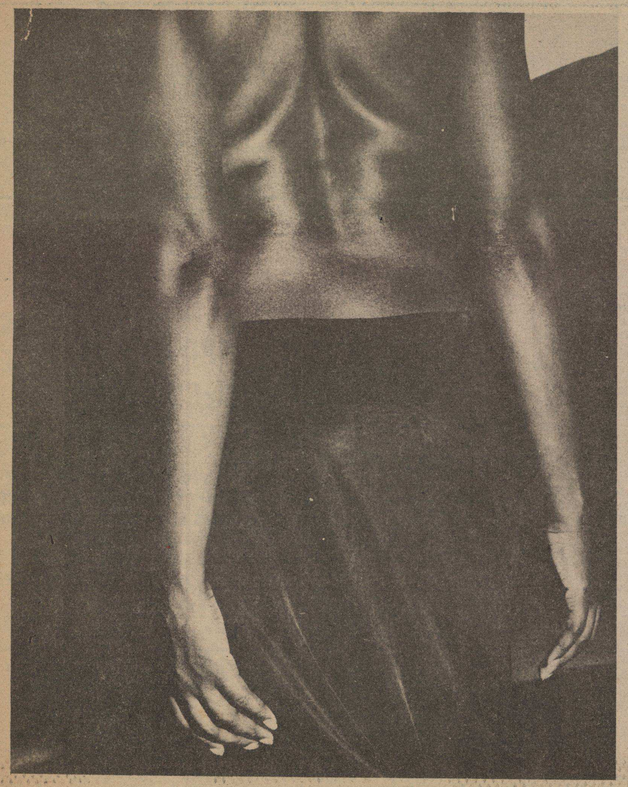
Cepal

André da Rocha, 216
Pres. Roosevelt, 1344
Assis Brasil, 2642

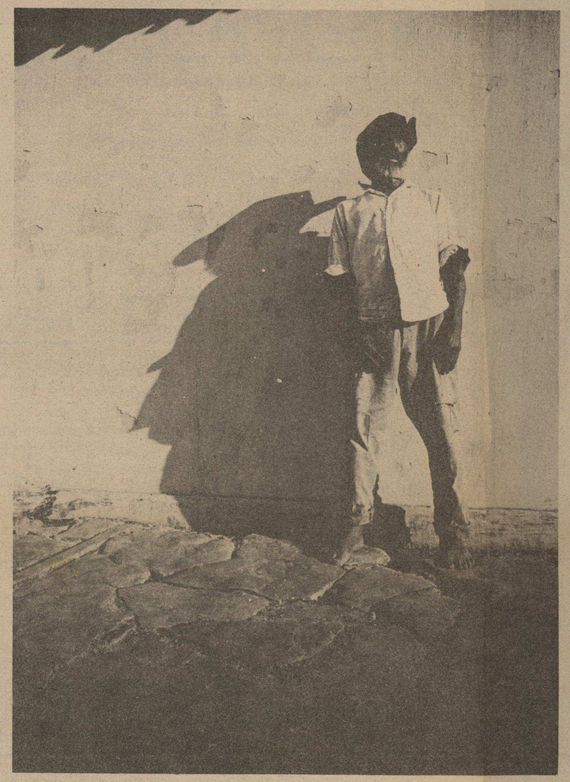
MAUREEN

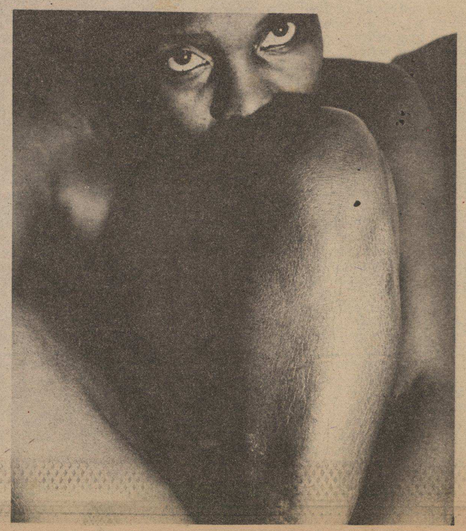
Maureen: a preocupação com culturas em extinção

Há 25 anos Maureen Bisilliat fotografa o Interior do Brasil. Seus estudos preocupam-se em mostrar culturas puras — sertanejos, negros e índios — numa forma de preservá-las, pelo menos em fotografias, da inevitável invasão da cidade.
Inglesa de nascimento, morou em diversos países até fixar-se no Brasil. E foi aqui, aos 27 anos, que decidiu trocar a pintura que iniciara na Argentina aos 18, pela fotografia. A escolha veio com a leitura de Grande Sertão: Veredas **e uma conversa com seu autor, Guimarães Rosa. Ilustrou o livro com fotografias dos personagens do livro: o sertão e o sertanejo.**
A influência da pintura em sua obra é grande. Ela mesma reconhece que mais importante que um equipamento sofisticado, são condições ideais de luz e sombra. Perfeccionista, pode passar três meses fotografando os índios no Parque Nacional do Xingu e aprovar apenas duas fotografias. Ou, então, esperar um dia inteiro para conseguir as condições ideais de luz para uma foto.
As fotos que publicamos nestas páginas foram selecionadas por Maureen e pertencem a três estudos: Ilustrações do livro Grande Sertão: Veredas, **uma série sobre pele preta e as pescadoras de caranguejos da Paraíba, reportagem feita para a extinta revista Realidade onde teve sua única experiência jornalística. Os textos que acompanham as fotos são depoimentos de Maureen sobre seu trabalho.**



Quando comecei a pintar, tinha 18 anos e estava um pouco desesperada, por não saber o que fazer da minha vida. Mas quando ia para frente da tela me dava uma angústia porque tinha de preencher um espaço em branco.
Quando comecei o trabalho de fotografia tinha 27 anos, já estava no Brasil. Não tinha nacionalidade, não tinha país, não tinha raízes. Então um amigo nosso me deu de presente o Grande Sertão: Veredas. *Aí me veio a idéia de buscar a relação de imagem e texto com a fotografia e comecei a me encontrar. Falei com Guimarães Rosa e fizemos o livro.*
Sei que quase não mostro nenhuma infiltração de outras culturas nos temas que escolho para os meus trabalhos. Até mesmo no sertão que já foi atingido pela cidade. Vou lá e preciso fazer um esforço imenso para eliminar tudo aquilo que eu vejo e não quero incorporar na fotografia. A pessoa vê o trabalho e tem a imagem do sertão eterno de 10, 100 ou 200 anos atrás. Isto talvez seja até um saudosismo, mas tenho necessidade de mostrar a dignidade de uma cultura, o físico, o belo, o forte, quando eles ainda existem. Tenho medo de que estas coisas mudem e desejo, ao mesmo tempo, que elas perdurem através da imagem.





Eu tive uma formação caótica. Nasci na Inglaterra, minha mãe era irlandesa e o meu pai italiano da Calábria, mais ou menos radicado na Argentina. Morei na Dinamarca, Suíça, Estados Unidos. O Brasil, onde estou há 25 anos, é o país onde eu mais morei. Mas, São Paulo, onde eu moro, nunca me atraiu para um estudo fotográfico. Nem ando com a máquina quando estou na cidade. Acho que o Interior me atrai tanto por causa de suas raízes e quando volto para a cidade venho com uma certa alegria revitalizada.
Tenho muito medo da máquina fotográfica e, até hoje, ainda não consigo dominá-la. No meu trabalho é importante a formação de luz, forma, cor, volume que eu trago da pintura. Me considero a anti-documentarista. Posso fazer uma viagem de milhares de quilômetros, que dure alguns meses e na volta, quando olho o material, fico com duas fotos e o resto vai para o lixo.

O momento mais importante geralmente se perde na fotografia. Posso dizer que uma vez na vida consegui registrar este momento. Foi no trabalho que fiz para a revista Realidade sobre as caranguejeiras, as mulheres que pescam caranguejos na lama no Nordeste. Estas fotos eu fiz dentro de uma espécie de estuário do rio, onde tinha esta lama espessa. E elas estavam completamente dentro da lama. E diante dos meus olhos aquilo que eu procurei durante anos. Porque estas mulheres têm a vitalidade que só o povo tem. Eram verdadeiras estátuas, se convertiam em deusas gregas.

DARCY RIBEIRO

Educar não é ensinar um cachorro a latir

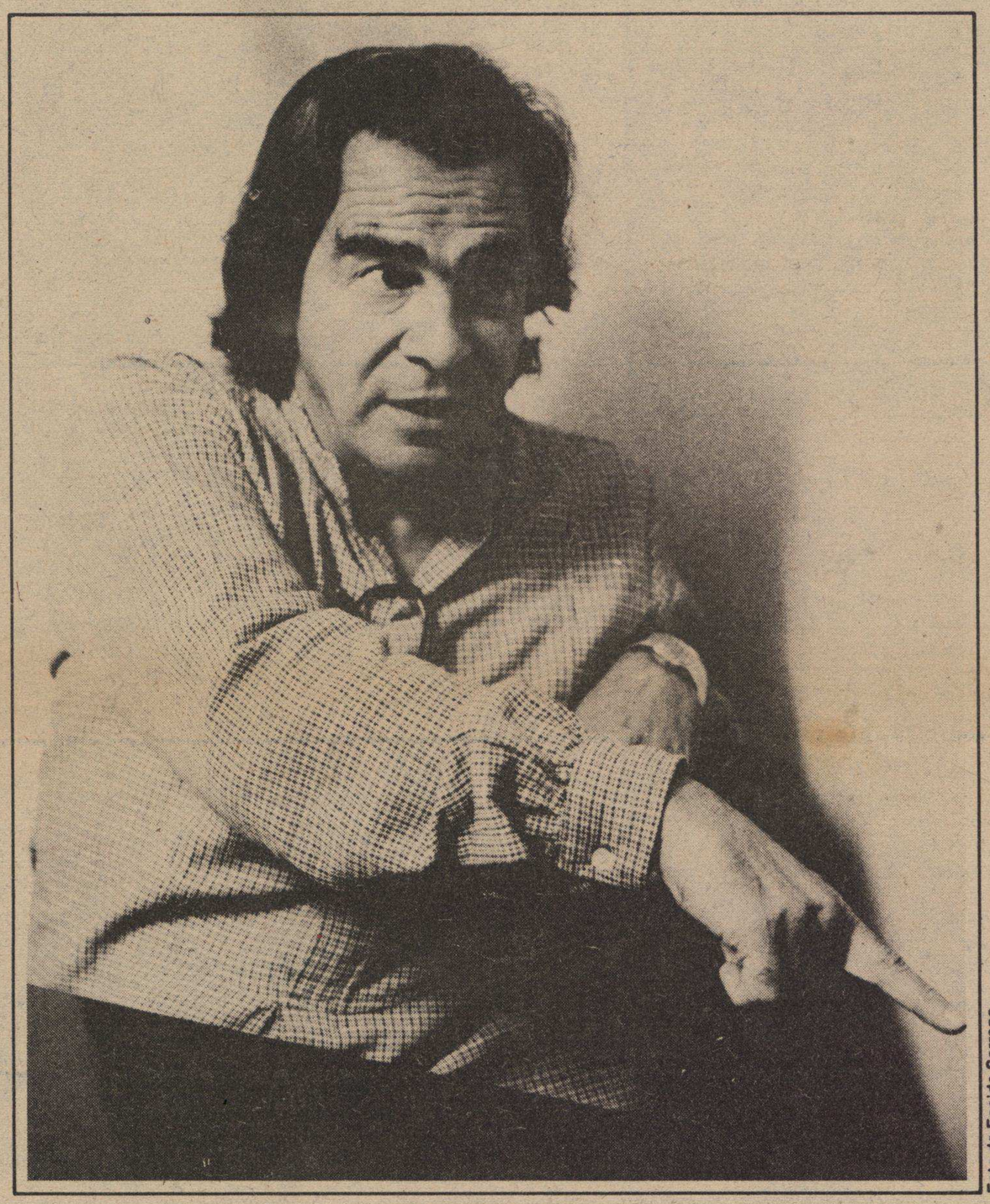


Foto de Eneida Serrano

"A educação se destina fundamentalmente a comunicar uma linguagem que permita que milhões de crianças, de jovens, sejam herdeiros da cultura humana. Sejam capazes de obter uma informação e de se comunicar. Essas coisas são mais importantes do que a idéia de um adestramento, como se adestra um cachorro para latir em determinadas horas, que é o que a educação tende a fazer em certos momentos".

Os riscos de um ensino inteiramente voltado para o trabalho, o crescimento explosivo da universidade e a necessidade dos povos americanos de repensarem a sua história livre dos padrões europeus, são alguns assuntos desta primeira entrevista de Darcy Ribeiro na sua volta ao Brasil.

Criador da Universidade de Brasília, no governo de Juscelino, seu primeiro reitor e depois ministro da Educação e chefe da Casa Civil no governo de Jango, viveu desde 1964 no exterior — em 68, tentou voltar, foi preso e julgado inocente mas preferiu sair novamente. Retornou em outubro do ano passado, entre outras coisas para escrever o terceiro volume de uma obra intitulada *Os Brasileiros*, "um livro que só conseguiria escrever no Brasil".

Sociólogo, antropólogo e um dos mais conceituados pensadores brasileiros —, nos seus anos de exílio deu conferências em dezenas de países — Darcy trabalhou na reestruturação de universidades do Uruguai, Venezuela, Chile, Peru, México, Portugal e projetou duas universidades na Argélia. "Meu ofício foi o de sapateiro remendão", diz ele. "Onde uma universidade precisasse de uma meia-sola, lá ia eu fazer a meia-sola ou até um salto se fosse necessário".

Apesar da sua intensa atividade, Darcy Ribeiro, hoje com 54 anos, diz que os anos em que viveu no exterior "foram anos da angústia de voltar para o Brasil", embora considere que para ele o exílio tenha pesado menos, pois uma semana depois de ter deixado o país já estava contratado pela universidade de Montevidéu.

— Como o senhor achou o país nesta sua volta, professor?

— Bem, descobri duas coisas. A primeira foi quando saí andando no calçadão de Copacabana e vendo aquela gente, crianças, cachorro, aquele vozerio, me deu uma enorme alegria, uma alegria idiota, parecia que havia bebido. Depois eu descobri que era aquele burburinho de tanta gente falando português. No estrangeiro eu falava português, mas com uma, duas pessoas é diferente. Quando tem 100 falando português dá um burburinho que é uma maravilha. A outra coisa que eu descobri no Brasil é que carro mata gente, é perigoso. No Rio, o trânsito me assusta".

A seguir, os trechos principais da entrevista dada ao *Coojornal* quando ele participou de um seminário sobre as condições de sobrevivência do índio brasileiro, realizado no início de maio em Porto Alegre.

"A universidade é a maior agência matrimonial do país"

Eu diria que a universidade brasileira está experimentando uma tremenda crise de crescimento, e isto é positivo. Mas é preciso dar uma atenção maior à universidade que está crescendo para que não se dissolvam seus valores que já não eram muitos altos. É muito arriscado continuar a multiplicação dos cursos de pós-graduação sem uma garantia de qualidade. Por outro lado, os cursos de graduação caíram muito de nível. Eu acredito que é mais importante que a universidade se amplie do que ela defenda padrões elitistas, mas a queda de qualidade foi maior do que deveria ser. O sistema de mestrado e doutorado foi mal implantado e continua havendo professores improvisados em números enormes e, o que é mais grave , não se constituíram aqueles núcleos capacitados a dar mestrado e doutorado com uma transmissão do saber.

Durante séculos e milênios o saber artesanal se transmitiu do mestre ao aprendiz. O mestre sapateiro explorava seu aprendiz durante quatro, cinco anos, mas afinal fazia dele um mestre de aprendiz capaz de fazer um sapato inteiro. A transmissão de habilidades, de saber, se fazia nesta relação mestre-discípulo. Pois bem, uma das coisas que desapareceram na ciência moderna foi este vínculo. O Rio Grande do Sul produz milhões de pares de sapato e isto não depende mais de habilidade nenhuma, as habilidades estão nas máquinas. Mas se a habilidade artesanal se tornou dispensável com a máquina, não é verdade que se possa formar cientistas sem a relação mestre-discípulo. A experiência científica num campo pressupõe alguém que tenha feito pesquisas e que treine outro para fazer pesquisas. Tem que ser uma pessoa realmente capaz, que esteja numa linha de vinculação com pontos do saber. Na Espanha, os multiplicadores, as pessoas mais capazes de manter e multiplicar a cultura espanhola, tiveram que sair do país depois da Revolução espanhola. E a conseqüência disto foi uma tremenda queda na cultura.

MULHERES

Um dos problemas curiosos é este: a universidade foi invadida pelas mulheres, porque é inimaginável para uma menina de classe média que quando ela termina o secundário, não dê uma chegada na universidade. E elas vão ali por que? A maior parte delas porque a universidade é uma agência matrimonial. É a maior agência matrimonial do país. Onde é que ela vai buscar o namoradinho da mesma classe social que ela, inteligente e bonzinho? Na universidade.

Então está havendo uma invasão e esta invasão é uma bela coisa. Significa que a mulher brasileira está se inserindo no mundo de seu tempo, está tomando informação, mas o que faz a universidade? em vez de considerar que uma parte delas está ali para passar o tempo e para casar, ou fazer um trabalho secretarial, obrigam a pobre menina a declarar que vai ser dentista, ainda que ela não tenha experiência nenhuma para ser dentista. Não sou contra a mulher. Mas a realidade é que todos estes cursos são montados com espírito profissionalista.

A universidade precisa inventar pontos de saída, para não obrigar as pessoas a ficar cinco ou sete anos lá dentro. Precisa ampliar as facilidades de entrada mas tem que se estruturar em bases diferentes. Abandonar a idéia dos currículos obrigatórios, de ter que fazer tais e tais matérias em tal seqüência. Deve permitir que as pessoas combinem cursos diferentes. É um absurdo que sejam ministradas duas mil matérias na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, das quais pelo menos 500 são muito interessantes como Sânscrito, Geografia do Amazonas, Literatura Românica, Ioga, etc., mas servem a uma alunozinho interessado em seu crédito. No lugar dele poderia estar um bancário fazendo um curso de contabilidade mecânica e a universidade respiraria com mais gente.

Isto é uma possibilidade perfeitamente possível e não custaria muito. E todas estas coisas seriam mais coerentes com a sociedade que aprendeu a usar a universidade. A universidade é que não aprendeu a abrir-se para ser melhor usada pela sua clientela. Aqui existe esta loucura enciclopédica de dividir tudo em materinhas que o estudante tem que fazer. Normalmente num sistema educacional você pode formar-se se tiver três créditos por semestre.

"Não é preciso esperar as reformas"

Nós estamos experimentando um momento de ampliação do ensino superior e esse momento está ocorrendo no mundo inteiro. As pressões da classe média vão ser cada vez maiores para que as universidades se abram. Na Inglaterra metade dos estudantes do curso superior estão fazendo o curso por correspondência ou cursos por períodos. É uma nova clientela que exige tratamento de massa.

A idéia antiga era uma idéia jesuítica. A de que se você tem poucas pessoas e dá uma enorme atenção a elas, você os torna gênios. Mas depois os próprios jesuítas viram que estavam errados. Gênios e gente de alta qualidade só se formam quando você tem um grande número de pessoas de onde salta um multiplicador. Não se deve ter medo de ampliar. A universidade não deve ser concebida como uma universidade curricular, do tipo napoleônico.

Mas a educação no Brasil é tão atrasada que já o que nós somos como estrutura, como economia, como produção poderia permitir muito mais. No Brasil houve resistência, e ainda há a generalização da educação popular. Você pode perguntar porque, no Brasil o conceito de povo e tão difícil de difundir-se. Povo no sentido da Revolução Francesa, como um conjunto de pessoas capazes de se auto-dirigir. Há muitos brasileiros capazes que pensam honestamente que este nosso povo é incapaz de se auto-governar e estão dispostos a atribuir ao povo o atraso nacional.

É o descaso com quem está por baixo. Um país que teve a experiência de escravidão ficou marcado pela incapacidade de ver o pobre como gente. Então há uma porção de coisas que representam problemas que exigem que nós meditemos sobre eles, reconhecendo que há atrasos aqui que têm que ser superados. Não é preciso que nós cheguemos a uma etapa superior e que experimentemos reformas sociais e políticas para enfrentar problemas que já agora devem ser enfrentados.

"Não ensinamos às crianças a ler"

Há muita confusão no Brasil com essa questão de técnicas humanísticas. Em primeiro lugar há uma idéia generalizada, populesca, de que se deve fazer uma educação voltada para o trabalho, uma educação de caráter técnico. É preciso saber sempre que a educação se destina fundamentalmente a comunicar uma linguagem que permita que milhões de crianças, que milhões de jovens, sejam herdeiros da cultura humana, sejam capazes de obter uma informação, sejam capazes de se comunicar.

Na França, por exemplo, a metade do tempo de uma criança é para aprender francês. A criança sai da escola pública sabendo ler e escrever francês muito bem. Nós aqui pusemos tantas matérias que praticamente não ensinamos a ler. A matemática também é muito importante, assim como o estudo de ciências humanas e ciências naturais. Agora, todas as outras ofertas são paralelas. Quando fui ministro da Educação praticamente liquidei com o ensino de grego e latim nas escolas. Acabei porque era uma enorme mentira: milhões de crianças que faziam de conta que aprendiam latim com milhares de professores que não sabiam latim. Então aquele humanismo era um absurdo, mas é absurdo pensar também que toda a educação deve ser voltada para o trabalho. As técnicas de trabalho e de produção estão tão incorporadas nas máquinas e nos sistemas produtivos, que o que determina a capacidade de um operário chegar na sua tarefa especializada e se elevar no próprio sistema de trabalho é sua capacidade de leitura, de fazer contas, e de seu conhecimento geral.

O importante é que se tenha uma possibilidade concreta de que o aluno que saia da escola em momentos diferentes, no primário, no meio da educação média ou no início da educação superior, seja capaz de se inserir na força de trabalho.

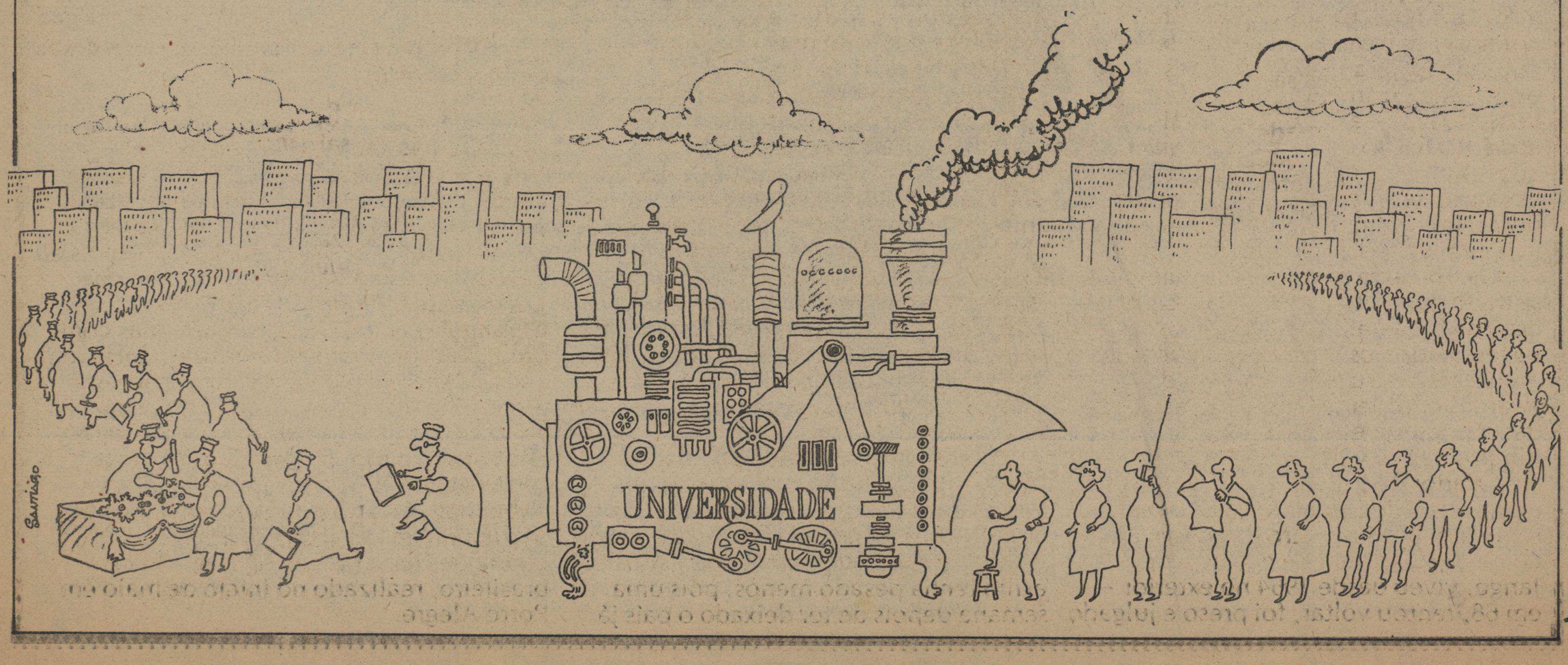
"Brasília, a chance de criar algo novo"

Brasília era uma coisa totalmente nova. Como se decidiu criar uma capital que seria totalmente construída, se tomou a decisão também de dar a esta capital um espírito. E eu fui encarregado pelo Juscelino — mineiro como eu e para quem eu já redigia mensagens presidenciais — de projetar a Universidade de Brasília. Naquele caso não se tratava de uma meia-sola em algo já existente. Era a oportunidade de repensar a universidade como instituição, esta velha e milenar instituição, em função de um país em desenvolvimento, em busca de si mesmo.

Brasília foi, num certo momento, um dos frutos mais maduros da cultura-Rio. Foram precisos séculos de acumulação cultural para que o Rio produzisse Oscar Niemeyer e Lúcio Costa por exemplo. E nós sabíamos que Brasília só produziria atividade cultural do mesmo nível se tivesse uma universidade. E esta estava pensada também para conviver com as outras universidades nacionais.

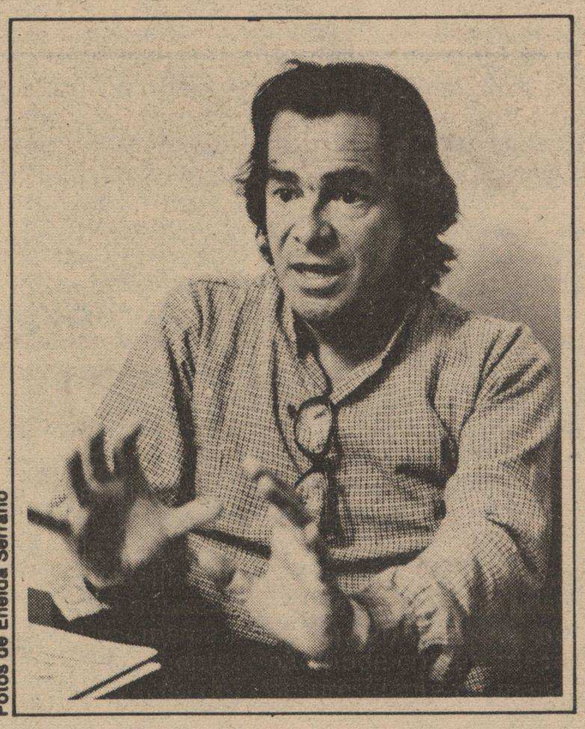
Algumas das idéias básicas que nós propusemos para Brasília foram, mais tarde, generalizadas para o Brasil pelo próprio Castello Branco. Uma delas foi a de acabar com as cátedras, com os professores catedráticos verdadeiros proprietários feudais do campo do saber. Outra foi a quebra da estrutura autárquica em que o estudante entrava para a faculdade e fazia o curso do primeiro ao último ano. Para acabar com isto criamos os departamentos com os institutos centrais onde os estudantes freqüentavam aulas por dois anos ao fim dos quais poderiam optar entre diversas carreiras. Assim ele faria uma opção quando já estivesse mais maduro. Estes são apenas dois dos vinte aspectos diferentes inovados pela Universidade de Brasília.

Mas, na prática, a generalização de certas propostas da Universidade de Brasília para todo o país com a reforma



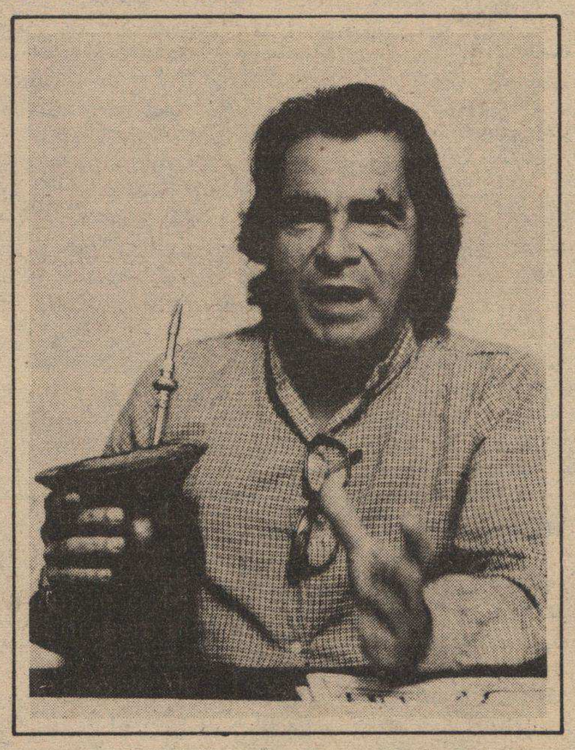
"Aprendemos a consumir sem dominar a civilização industrial"

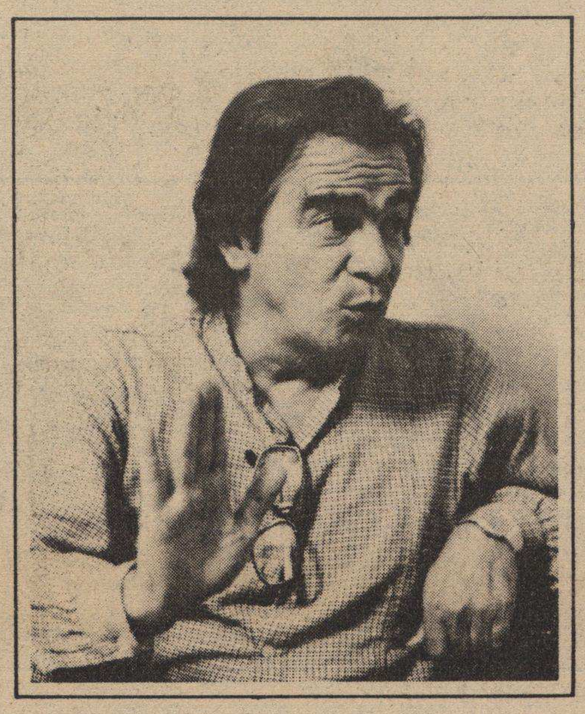
"O que o intelectual brasileiro costuma fazer, lamentavelmente, é colher material brasileiro para comprovar aqui alguma tese alheia. Ele acredita que só pode ser bom aqui o que corresponde à última palavra lá fora".



Fotos de Eneida Serrano

**"Ah, temos chimarrão! Vou querer um matezinho depois. O último que tomei foi em Montevidéu em 1973.
No Rio, os meus amigos gaúchos não tomam, ou então tomam escondido, não tenho chance".**





"Você chega com um caminhão no lugar mais isolado do Brasil, a gente que está lá quer ser chofer de caminhão, ele quer sair de lá, ele não está preso a nenhuma tradição".

de ensino do Castello Branco, não funcionaram. Porque a gente propunha a criação de institutos centrais que funcionassem a nível doutoral, trazendo gente do estrangeiro, dando um curso do mais alto nível possível e tendo, ao lado, uma alta Matemática, uma alta Física, uma alta Química e uma alta Biologia. Agora o que se faz, é tomar a prata da casa, tomar gente que já existia em Ciências Humanas, reunir num só lugar e apelidar aquilo de Instituto de Ciências Humanas, ou fazer a mesma coisa com a Matemática.

Nossa idéia era ter estes institutos funcionando a nível de graduação e pós-graduação. Brasília foi a primeira a instituir o grau de doutor. Mas se fazia isto com enorme dificuldade trazendo gente de todo o lugar, sabendo que nós levaríamos dez anos para que amadurecesse uma universidade irmã das melhores universidades do mundo.

"Precisamos refazer nossa história"

Sempre tive um desejo profundo de escrever um livro que representasse a minha visão do Brasil. Quando trabalhava no Ministério de Educação, eu realizei uma pesquisa muito ampla da qual saíram mais de 30 livros com trinta e tantos colaboradores. Muitos foram publicados e eu pretendia fazer um livro de síntese. Quando cheguei no Uruguai escrevi **Os Brasileiros,** com 500 páginas. Quando estava pronto verifiquei que não poderia publicar porque era um livro comparável a tantos outros que havia no mercado e porque não havia teoria para fazer um livro sobre o Brasil. Então engavetei e fui fazer uma teoria necessária para entender o Brasil. Foi publicado aqui e em outros países como **Estudos de Antropologia da Civilização.** São seis livros até agora com mais de trinta edições em diversos países. A série toda teve algum êxito mas o único volume que teve êxito real foi o primeiro deles, **O Processo Civilizatório.** As maiores edições foram argentinas com quase 50 mil exemplares, a edição norte-americana vendeu 60 mil. Aqui vendeu uns 20 mil, o que é relativamente pouco, na Itália vendeu mais do que isto.

O Processo Civilizatório é uma tentativa de refazer a história do mundo de um ponto-de-vista não europeu. Muito antes quando a Europa estava no escravismo, Egito e China eram civilizações de nível mais alto e de muito mais continuidade do que a própria Europa. Então para os povos extra-europeus é necessário refazer a história da Europa, a história do mundo para se situar.

"Por que somos mais atrasados que os EUA?"

No segundo livro da série, *A Civilização das Américas,* que saiu aqui também pela Civilização Brasileira, eu examino os fatos em escala muito menor, a formação dos povos americanos e quais são as causas de seu desenvolvimento desigual. Por que os Estados Unidos, que foram colonizados cem anos depois estão tão adiante do Brasil? Quais são as categorias de povos na América? As Américas são uma coisa só? Quais são as semelhanças e diferenças entre brasileiros, argentinos, colombianos, cubanos e canadenses? Para mim as classificações existentes não satisfazem e eu proponho outra classificação. Por exemplo a classificação tribativa básica em que eu falo de povos-testemunho das Américas que são os povos resultantes do choque dos europeus com altas civilizações, por exemplo com os astecas. Quem quer que visite o Peru ou o México encontra uma diferença profunda entre estes povos e nós. Eles são muito mais parecidos com os árabes por exemplo do que conosco. Eu chamo os povos que têm problemas específicos de desenvolvimento e uma fisionomia própria e bem diferenciada de povos-testemunho. Há outros que são os povos-novos, resultantes da implantação européia em áreas onde não havia grandes civilizações. Havia indígenas, alguns agricultores como no Brasil e também populações trazidas da África. Eu chamo de povos-novos porque é gente que foi deculturada de seus valores indígenas e de seus valores africanos e deculturado de seus valores europeus também. Isto formou uma espécie de povo tábua rasa, um povo que não tem passado que não está preso a uma tradição como estão os mexicanos, um povo que não tem passado só futuro. É um povo aberto e muito mais flexível. Quando você chega com um caminhão no lugar mais miserável, mais isolado do Brasil, a gente que está lá quer ser chofer de caminhão, ele quer sair de lá, ele não está preso a tradição nenhuma. Mas este povo marcado pela brutalidade de seu processo histórico foi terrivelmente despojado. A sua cerâmica, por exemplo, é inferior à cerâmica indígena. As técnicas populares de subsistência são inferiores às africanas e às portuguesas. Quem veio para cá produzir açúcar para exportar é um povo que não existe para si, é um povo que existe para os outros.

Há uma categoria de povos que eu chamo de povos transplantados, como os americanos, os canadenses. São povos europeus que se transplantaram para outras áreas do mundo, juntaram riquezas da população pré-existente e reconstruíram uma vida, um passo adiante do que estava a vida na Europa.

"Corremos o risco de um novo fracasso"

O terceiro livro desta série, que não está publicado no Brasil, chama-se o *Dilema da América Latina* e é uma tentativa de análise sócio-antropológica da estrutura das classes sociais na América Latina. Um estudo da estrutura de poder, dos tipos de regimes políticos que se registraram na América Latina.

O quarto volume da série é *Os Índios e a Civilização,* um livro que eu dedico inteiramente aos índios e em que eu tento mostrar o que sucedeu às populações índigenas no século vinte e eu mostro o efeito do impacto da civilização sobre as populações tribais existentes nas Américas.

O quinto que saiu chama-se *Os Brasileiros,* que é o livro que eu tinha terminado e que retomei agora na forma de uma trilogia. Desta eu publiquei o primeiro volume chamado *Os Brasileiros — Teoria do Brasil.* Há uma primeira versão que é muito ruim e que foi corrigida e ampliada na segunda edição. Chama-se *Teoria do Brasil* e é uma tentativa de resumir estas teorias de que eu falei e aplicá-las ao conhecimento do Brasil. O segundo volume de *Os Brasileiros* chama-se *O Brasil Rústico* e eu estou terminando agora. Deve ser publicado breve. É a reconstituição do processo de formação do Brasil, o Brasil como estrutura agrária. O terceiro volume deste conjunto chama-se *O Brasil Emergente* que é o estudo da integração e do fracasso do Brasil na civilização industrial. Eu mostro como nós só conseguimos ser consumidor desta situação industrial e não dominadores desta situação. Mostra como os Estados Unidos dominaram a situação industrial e puderam expressar através dela todas as potencialidades do povo norte-americano. Nós não conseguimos isto porque caímos na condição neo-colonial. Mas na outra parte do livro, eu trato sobre um projeto de Brasil possível e sobre a ameaça de sofrermos um novo fracasso se não dominarmos outra vez a civilização de nosso tempo. Eu só poderia escrever este livro estando no Brasil e esta é uma das razões porque eu não só sentimentalmente necessitava voltar ao Brasil, mas intelectualmente eu precisava estar aqui em sintonia com vocês e com a informação para que eu pudesse terminar esse livro.

EQUILÍBRIO

O País necessita não apenas reduzir deficit, mas também alcançar superavit. A preocupação converte-se em dever de todos. Das autoridades e dos cidadãos. Dos indivíduos e das empresas.

Mais que nunca é preciso exportar.

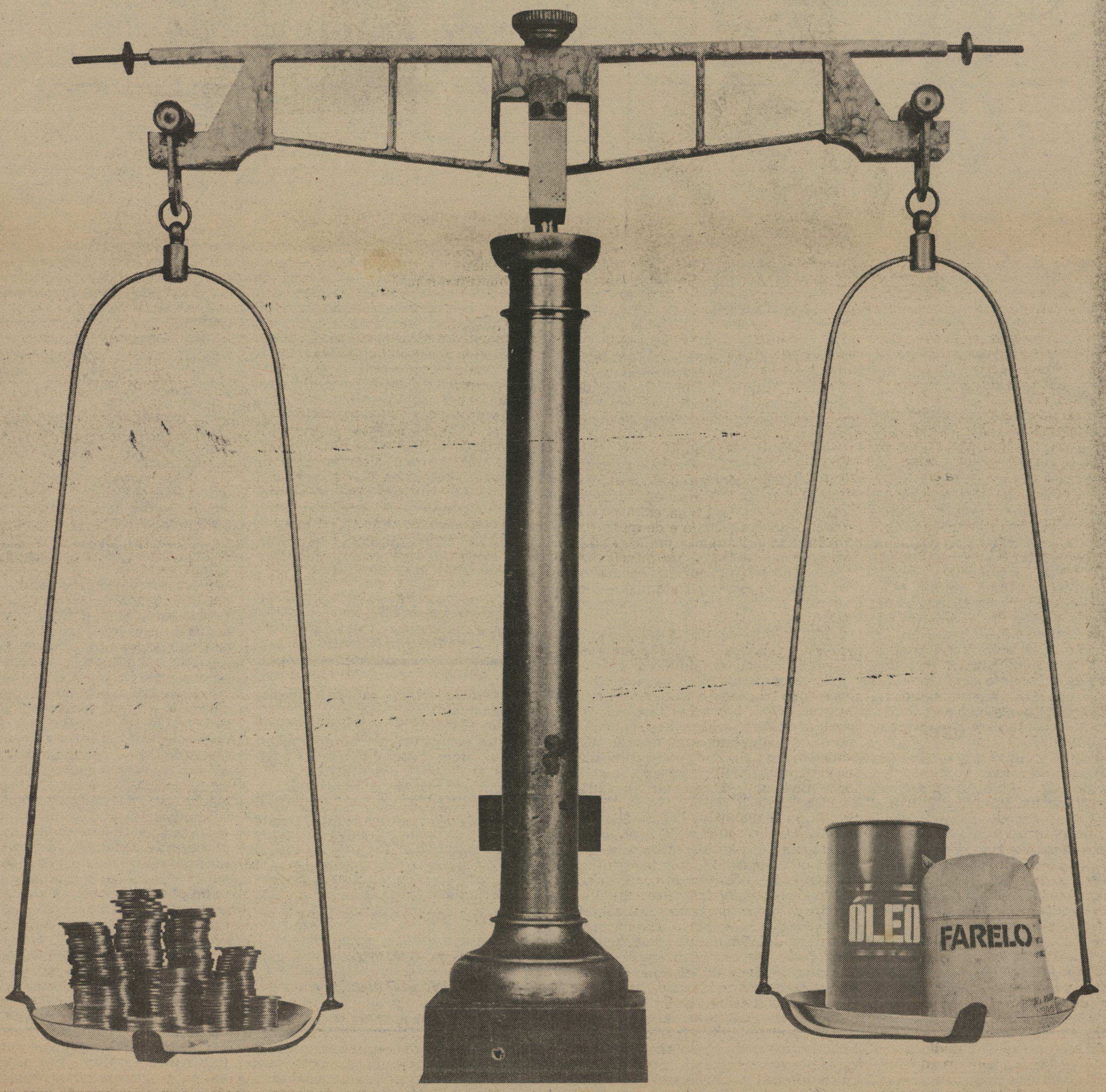
A SAMRIG, além de produzir farinhas, farelo, óleo comestível, margarinas, gordura vegetal, lecitina, sabões, proteína isolada de soja, para milhões de brasileiros, há muito que vem participando do mercado exterior, escoando seus excedentes para diferentes países do mundo.

De 1972 a 1976 a SAMRIG exportou 314.894.300 milhões de dólares, despendeu 7.763.360 milhões de dólares, gerando, portanto, 307.130.970 milhões de dólares em divisas líquidas.

Ajude o Brasil a produzir divisas e a economizá-las também.

Assim, vencendo os desafios do presente, construímos solidamente para o futuro.

SAMRIG
S.A. MOINHOS RIO GRANDENSES



A Revolução é o que está aí

O jornalismo e a situação política do país vistos por um dos seus mais categorizados cronistas: o jornalista Carlos Chagas, 39 anos, diretor da sucursal de O Estado de S. Paulo em Brasília, o C.C. da página de editoriais do Estadão.

Carlos Chagas começou como repórter policial de O Globo, do Rio, e passou a fazer cobertura parlamentar na campanha de Jânio Quadros. Foi editor de política de O Globo de onde saiu para ser o assessor de imprensa do presidente Costa e Silva. No ano passado, lançou o livro Resistir é Preciso, *uma série de artigos sobre a necessidade de um retorno à normalidade democrática. Tema principal, aliás, desta entrevista concedida a Luís Recena Grassi, em Brasília, especial para o* **Coojornal.**

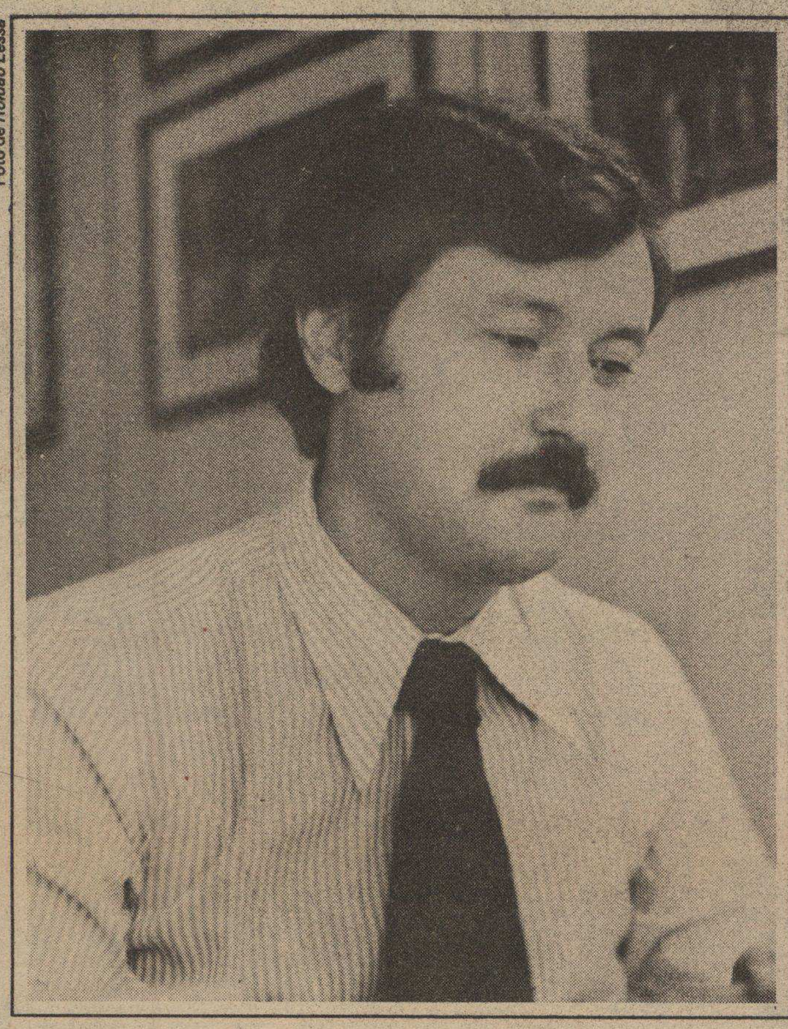


Foto de Roldão Lessa

COOJORNAL — Vamos começar falando de jornalismo político?

CARLOS CHAGAS — Nós tivemos, de 37 a 45, um período de ditadura, onde não havia jornalismo político, a não ser aquele jornalismo político engajado que, depois nós vamos ver, vai voltar muito tempo mais tarde. Mas de 37 a 45 havia, então, um jornalismo político apenas engajado, onde apenas se exaltava a figura do chefe de Estado, se exaltava a figura dos ministros. Não havia Congresso, não havia propriamente debate político. Então, quando veio a redemocratização do país em 45, havia uma ânsia muito grande de ler política, de participar daquela nova construção. Os jornais então começaram a abrir páginas e páginas de crônica política, de reportagem política. Durante algum tempo, a política foi quase tão importante quanto o futebol e quanto o crime na imprensa. Isso é fora do comum, mas houve realmente.

COOJORNAL — Foi aí que surgiram os grandes nomes da crônica política?

CARLOS CHAGAS — Você pode apontar uma porção deles: Odylo Costa, filho, o próprio Carlos Castelo Branco. Pedro Dantas, que é o dr. Prudente de Moraes, uma série de grandes jornalistas políticos. Alguns permanecem até hoje. De qualquer maneira, o jornalismo político passou a interessar, porque os políticos decidiam, faziam realmente a história do país naquele momento.

COOJORNAL — Como evoluiu este processo?

CARLOS CHAGAS — Bom, continuou durante o governo Dutra, o governo Getúlio, o governo Café Filho. Mas aquela ânsia de política foi decrescendo, porque a política, como tudo, quando é exagerada cansa. Veio o governo Juscelino e, por incrível que pareça, foi o presidente mais democrata que tivemos, o que mais preservou as instituições democráticas neste período moderno, mais preservou a liberdade de imprensa, o debate, tudo isso. É uma ironia da História, mas ele indiretamente foi o responsável pelo esmorecimento do jornalismo político.

COOJORNAL — Por que?

CARLOS CHAGAS — Ele criou e mostrou que o desenvolvimento poderia conviver com a democracia, era umbilicalmente ligado à democracia. E indiretamente ele criou também uma nova classe, ou melhor, ampliou demais um setor do jornalismo até então pequeno, que era o jornalismo econômico. E as colunas que o jornalismo econômico ganhou na imprensa foram tiradas do jornalismo político.

COOJORNAL — Aí veio a Revolução...

CARLOS CHAGAS — Pois o presidente Castello Branco fez questão de manter a política ainda em mãos de políticos. Só que não conseguiu. Obviamente começou um processo revolucionário militar que foi aos poucos tirando dos políticos os condutos de decisão. E, se tiravam dos políticos o poder de decisão, o jornalismo político começou a cair.

COOJORNAL — Surgia outro tipo de jornalismo...

CARLOS CHAGAS — O Castello Branco ainda resistiu contra a censura, mas obviamente já não se fazia jornalismo político apenas junto aos políticos, aos governadores, aos partidos, nada disso. Começou-se a ter que fazer jornalismo político também junto aos escalões militares, porque eles, àquela época, também decidiam, ainda que dividindo um pouco a responsabilidade com os políticos representativos. Depois vieram aqueles episódios trágicos, já com o governo Costa e Silva. O dia 13 de dezembro de 1968, data da assinatura do AI-5, também uma espécie de condenação, esperemos que temporária, do jornalismo político.

COOJORNAL — A convivência com a Censura...

CARLOS CHAGAS — Exato. Estabeleceu-se a censura rígida nos jornais, censura que até hoje, ou melhor, eu diria que até o dia 1.º de janeiro de 75, continuou bastante abrupta, bastante abjeta, bastante opressiva, isto durante o fim do período Costa e Silva, durante a Junta Militar e durante todo o período Médici e mais ainda, durante um ano do período Geisel, porque o primeiro ano do governo Geisel foi vivido no país sob uma censura completa. A grande vítima da censura é o jornalismo político. O econômico também e, aí vêm as aberrações, até o jornalismo que cuida de problemas internacionais é atingido pela censura. Até o jornalismo de abastecimento, porque uma vez se importou carne congelada do Uruguai, e a censura proibiu que se falasse disso. É um exemplo clássico de todo horror que aconteceu durante o governo Médici.

Novo gênero: o jornalismo militar

COOJORNAL — De 75 para cá houve um abrandamento?

CARLOS CHAGAS — Aí é que eu queria chegar e comparar o jornalismo militar, também. Bom, o jornalismo político então ficou capenga desde o AI-5. Foi o que sofreu as maiores investidas durante o governo Médici e durante o primeiro ano do governo Geisel. Não se podia falar nada de política, porque quando se dizia no país que existia o AI-5 e o AI-5 proibia sequer as perspectivas de uma democracia representativa, havia a censura que bloqueava. Quer dizer, essa massa de manobra institucional, de sistemas institucionais, que é o filé mignon do jornalismo político, era proibida.

COOJORNAL — Houve, então, uma retração de fato das fontes também?

CARLOS CHAGAS — Muitos parlamentares, por força do regime de força, isto é, com medo, nem ao menos admitiam fazer evoluções sobre esses problemas mais graves. Porque a gente sempre tenta publicar, se o censor corta, corta, mas a gente procura fazer a coisa como deve ser, ao menos em alguns jornais. Mas havia o esmorecimento dos próprios políticos em darem informações.

COOJORNAL — A marginalização dos políticos fez o jornalismo político voltar-se para os militares...

CARLOS CHAGAS — É, ocorreu um fenômeno paralelo: cresceu durante este período todo o chamado "jornalismo militar", porque se os políticos não faziam política, se eram os militares que faziam, passava a interessar, não vamos dizer globalmente, à opinião pública, mas passava a interessar principalmente aos meios intelectuais, o que acontecia dentro daqueles que resolviam. O chamado "jornalismo militar" é mais difícil, mais perigoso. Você nunca pode, jamais, tentar uma entrevista com um líder militar. Ele, pela própria essência de sua função, não dá entrevista. Quando fala, fala em *off*, e isso já é muito.

COOJORNAL — Até o Almanaque Militar cresceu de importância...

CARLOS CHAGAS — Hoje você vê uma série de jornalistas políticos, de cronistas políticos investirem tanto no noticiário parlamentar quanto, e talvez até mais, no noticiário militar. Então começam as especulações sobre sucessão, por exemplo, sobre isso ou aquilo. O Almanaque passou a ser uma leitura obrigatória e permanente, tanto quanto a lista de presença da Câmara ou do Senado.

COOJORNAL — Mas hoje o jornalismo político respira um pouco mais.

CARLOS CHAGAS — Claro. Até o mês de janeiro de 75 estávamos inteiramente cerceados. Há que se fazer justiça, o atual presidente levantou a censura em quase todos os jornais, não sei se foi no dia primeiro de janeiro ou a 15 de janeiro de 75. Levantou a censura em quase todos os grandes jornais que estavam sob censura.

COOJORNAL — Mas ela continua, não?

CARLOS CHAGAS — Ela continua apenas na Tribuna da Imprensa, do Rio, em alguns semanários como o Movimento e o falecido Opinião, que deixou de circular esses dias justamente por causa da censura, e mais uma centena de órgãos nos Estados, dos quais a gente não tem conhecimento preciso de como está agindo a censura, mas está agindo, porque aí há um processo em cascata.

COOJORNAL — Como é isso?

"Castello não queria Costa e Silva, mas quando abriu os olhos o seu ministro da Guerra já era candidato"

CARLOS CHAGAS — Não é o presidente da República que determina a censura num pequeno jornal de Santa Catarina, é o governador. Num pequeno jornal de município, é o prefeito, às vezes são autoridades locais, um secretário de Segurança ou algo assim. De modo que esse sistema em cascata persiste, é gravíssimo.

COOJORNAL — Em março tinha-se uma perspectiva de Brasil, quando abriu o Congresso, inclusive um fato novo na liderança do MDB. Aí se tinha uma certa imagem de modificação em termos de estrutura política no país. E hoje?

CARLOS CHAGAS — Olha, o Brasil, talvez por ser um país novo, é um país muito ingênuo. Então, a realidade é de todos nós. Quando o presidente Castello Branco prometeu que o Ato Institucional que não tinha número seria o único, e seria eventual, ele queria o país voltado para a democracia. Depois, acabaram batizando aquele ato de AI-1 porque veio o Ato 2, depois o AI-5 nas mesmas proporções, depois o Ato da Junta Militar, e vamos por aí até esse pacote agora. Então essa ingenuidade estava nos levando a acreditar que cada presidente revolucionário, fosse Castello, que conseguiu realmente democratizar o país com a Constituição de 67, fosse Costa e Silva, depois fosse Médici, fosse Geisel nós imaginávamos que cada um deles seria realmente o último presidente da exceção, isto é, seria o presidente capaz de tornar o país novamente numa democracia. No entanto, esses últimos acontecimentos agora de abril mostraram que a Revolução, tal como está posta, quer dizer, com a supremacia do processo revolucionário sobre as próprias aspirações iniciais da Revolução, esses acontecimentos de agora mostraram que está cada vez mais difícil, e eu diria até impossível, uma conciliação do regime atual com a democracia. São os detentores do poder que não querem realmente a democracia, e deram essa prova.

COOJORNAL — Mas, se diz que as intenções do presidente...

CARLOS CHAGAS — Não adianta a gente estar imaginando agora. "Não, o presidente Geisel ainda tem boas intenções quanto ao regime, ele ainda poderá transmitir ao sucessor o país dentro de uma nova estrutura, ele ainda poderá fazer aquelas verdadeiras reformas ansiadas por todos nós"... Quantos quilos de papel nós gastamos escrevendo sobre as verdadeiras reformas? Agora, esse anseio, essa expectativa, essa esperança, eu tenho a impressão que deixaram de existir. Apenas um ou outro otimista ainda crê que a Revolução como está posta poderá conduzir o país à democracia. Não, o sistema é o que está aí mesmo. Não estamos emitindo juízo de valor, analisando se estão certos ou estão errados, eu acho que estão errados, eles acham que estão certos, não é um tema para se debater agora. É um tema a exigir uma série de pesquisas, uma série de outros debates, mas de qualquer maneira eles acham que devem levar o país dentro desse regime de exceção, não porque eles gostem da exceção pela exceção, não, apenas eles acham que a exceção e o caminho único a conduzi-los no poder, quer dizer, a não deixá-los perder o poder. E eles entendem que devem permanecer no poder para transformar o país em grande potência, quer dizer, o desenvolvimento passou a ser penhor da exceção, ou a exceção penhor do desenvolvimento. Isto é, só se chegará ao Brasil grande potência dentro deste regime de exceção. Isso ficou mais que provado agora com o presidente Geisel, que era aquilo que se chamava a derradeira esperança da Revolução se acoplar com os princípios democráticos.

COOJORNAL — Teríamos então três elementos: o problema econômico; o problema político, de uma falta de entrosamento do grupo governante com o legislativo; e o problema econômico que até hoje não se definiu, ou simplesmente a manutenção do poder. Como se coloca numa escala de valores?

CARLOS CHAGAS — Eles se acoplam, porque a manutenção do poder, não vamos também cometer injustiça, os militares, hoje, não estão no poder apenas pelo gosto do poder. É claro que o poder é muito bom, mas eles estão no poder porque entendem que o poder é um meio para realizarem a missão sagrada histórica, da qual eles se ungiram, agora sem representatividade, sem mandato popular. Não vamos discutir o 31 de março de 64, também não é o caso, mas a situação é diferente. No 31 de março havia uma ebulição nacional, não se sabe o que a Nação queria. Não queria aquilo que estava lá anteriormente, na forma que estava, mas hoje a Nação também não quer esse sistema arbitrário, autoritário. No entanto, os detentores do poder fazem vista grossa do que a Nação pode querer ou pode não querer, quer dizer, eles são os mandatários da Nação.

COOJORNAL — Como se pode definir o regime atual?

CARLOS CHAGAS — Eles conseguiram estabelecer um regime que é muito interessante, é uma democracia sem eleições. É um regime que eles dizem aberto, mas sem liberdade. É capitalismo sem lucro, inclusive, como é um socialismo sem distribuição. Você encontraria aí milhares de paralelos com esse regime atual híbrido, porque não se pode dizer que esse regime atual é uma ditadura, como não é uma democracia. É um regime semiditatorial porque nós temos hoje liberdade de imprensa, nós temos o Congresso, mas é um regime ditatorial, por outro lado, porque quando o Congresso funciona contra ele é fechado.

COOJORNAL — Há muita instabilidade...

CARLOS CHAGAS — No caso da imprensa: hoje nós temos liberdade quase completa, mas poderemos não ter amanhã. Neste mesmo momento em que estamos falando sobre isso, o presidente pode, por um simples ato de vontade, ter restabelecido a censura à imprensa. Quer dizer, não há garantia constitucional, não há garantia legítima, não existem princípios básicos estabelecidos a garantir esses valores. Os instrumentos de arbítrio, como o AI-5, estão inseridos na Constituição, como se isso fosse possível, como se fosse possível a convivência da noite com o dia. Mas, de qualquer maneira, quando praticam um ato de arbítrio desses, o presidente tem sempre dito, "com base na Constituição em vigor". Ora, é com base na anti-Constituição que está incrustrada dentro da Constituição.

COOJORNAL — Então esta falta de garantias ficou ainda mais clara nestes últimos episódios?

CARLOS CHAGAS — Demonstrou que o regime, que os detentores do poder, realmente colocam seus objetivos, bons ou maus, acima dos princípios mais fundamentais, mais elementares de uma sociedade politicamente desenvolvida. Quer dizer, as regras do jogo valem enquanto funcionam a favor, mas não valem quando o jogo começa a ser perdido por eles. É mais ou menos como uma partida de futebol: tá o estádio lotado, os times jogando e tudo o mais. Agora, esta partida só vale pro campeonato quando um dos times está vencendo. Quando este time, que é o dono do estádio, da bola, dono do juiz, apesar disso tudo, quando ele começa a perder, ele simplesmente pega a bola, leva pra fora do campo e acaba o jogo. Vai jogar noutro estádio ou naquele mesmo, mas por outro campeonato. Esta falta de garantias institucionais resume tudo.

Os tecnocratas preenchem um vazio

COOJORNAL — Qual o papel dos chamados tecnocratas, nesse panorama?

CARLOS CHAGAS — Os técnicos são uma necessidade, mas eles perdem um pouco a visão da realidade quando se colocam a serviço de uma causa arrevesada, quer dizer, para os tecnocratas o desenvolvimento também é um objetivo, então eles aceitam que valha tudo, qualquer regra é regra, até a anti-regra, para se obter aquele objetivo. Os poucos políticos liberais que ainda existem dizem que os tecnocratas são necessários e imprescindíveis, porém mais ou menos como um livro que a gente tem na estante: a gente de vez em quando precisa do livro, pega o livro, consulta e joga na estante de novo. No Brasil, infelizmente, os tecnocratas não estão na estante, estão aí em cima de todos, atuando também como uma força paralela.

COOJORNAL — Correto, mas esta tecnocracia é uma decorrência de um enfoque político.

CARLOS CHAGAS — Mas olha, não tenho a menor dúvida de que, se por uma hipótese absurda, nós estivéssemos vivendo aqui não o atual regime revolucionário brasileiro, mas um regime de esquerda, um regime pseudo-socialista, ou sindicalista, ou peruano, qualquer coisa dessas, não tenha dúvidas que os mesmos tecnocratas que hoje fazem o que fazem, estariam trabalhando para o outro regime com a mesma tranqüilidade, com a mesma desfaçatez, e até com a mesma ingenuidade de intenções. Isto foi uma distorção dos últimos tempos, principalmente dos últimos 13 anos, que vai ser muito difícil a gente se livrar dela.

COOJORNAL — E um regime militar favorece mais à atuação dos tecnocratas?

CARLOS CHAGAS — Aí surge a grande distorção da realidade nacional. Enquanto nós temos um regime politicamente representado, mal ou bem representado, de qualquer maneira apenas um representante do povo tem condições de dizer o que o povo quer, o que o povo pensa. Quer dizer, apenas por eleições livres e diretas nós teríamos um conjunto de detentores do poder, renovável de quatro em quatro ou de cinco em cinco anos, não importa, que exprimisse realmente os anseios nacionais. Vamos ao raciocínio do absurdo: se os jogadores de futebol chegarem algum dia ao poder no país eles não estarão preparados para executar aquilo que o meio social efetivamente quer. Porque eles perderam aquela ligação umbilical, eles se tornaram ungidos, eles se tornam mandatários sem mandato, como já falamos. Então eles têm que se valer de alguma outra força que supra aquelas lacunas. Porque, os atuais detentores do poder aqui dizem: "Queremos transformar o Brasil em grande potência", e coisas do gênero. Agora, se eles não devem diuturnamente, rotineiramente à opinião pública a legitimação daquelas metas que eles querem, eles suprem este vazio pelos tecnocratas. Alguém tem que ocupar aquele espaço vazio para eles. Obviamente, não se vai pretender que um grupo militar seja expert em economia. Mas aí há uma grande diferença. Quando os detentores do poder originários do voto popular dão uma determinada tônica à economia, à política externa, e se essa tônica não corresponde aos anseios nacionais, eles perdem o mandato pelo voto. Uma outra idéia surge, de baixo para cima ou vice-versa, tanto faz, essa outra idéia é colocada em discussão nas eleições, e tudo muda — e obri-

"Depois vieram aqueles episódios trágicos, já com o governo de Costa e Silva e o ato 5, no dia 13 de dezembro de 1968"

gatoriamente tudo tem que mudar com a mudança dos detentores do poder. Com os grupos que não se submetem a eleições, sejam eles grupos militares, sejam hipoteticamente os grupos sindicalistas, que quase estiveram aí, esses grupos têm que se valer permanentemente dos tecnocratas. E a tecnocracia, que obviamente mantém não é submetida a voto, vai fazendo exatamente aquilo que ela entende que deva ser feito, sem dever nada à opinião pública, a não ser quando existem explosões sociais. Essa me parece ser a grande diferença, e que acaba explodindo se a coisa não der certo para eles.

COOJORNAL — O que você tem dito sobre esta tecnocracia, a nível de crônica, de jornalismo político?

CARLOS CHAGAS — A gente reflete principalmente esta imposição dos tecnocratas de não darem muita bola para aquilo que a opinião pública possa estar pensando. Reflete-se muito no jornalismo político, pelo menos aquele que eu faço, este caráter tutelar da tecnocracia, que está ligada a uma tutela maior dos detentores do poder, os militares hoje. A gente procura justamente demonstrar isto, que não adianta — às vezes até adianta —, mas que como regra não pode dar certo.

COOJORNAL — Vamos falar de sucessão presidencial?

CARLOS CHAGAS — A próxima sucessão presidencial está na rua. Ainda que o presidente Geisel só queira ver aberto o processo sucessório no começo de 78, infelizmente a natureza das coisas vai contra isto, não é? Enquanto tivermos liberdade para tratar disso, vamos tratar. Já no governo Médici não pudemos falar nada sobre a sucessão, embora todos soubessem que o general Geisel era candidato. Mas a *entourage* do presidente Médici não queria, houve o diabo naquela época. Quer dizer, tentaram mil armadilhas contra a candidatura Ernesto Geisel, tentou-se tudo, mais pela *entourage* até do que pelo próprio presidente Médici, que estava, como sempre, um pouco à margem das coisas. De qualquer forma, houve ali um material imenso para a crônica política. No entanto, nada pôde ser publicado.

COOJORNAL — Como assim?

CARLOS CHAGAS — Eu duvido que alguém saiba hoje, a não ser uns poucos iluminados, como aconteceu a sucessão do presidente Médici, isto é, como o general Ernesto Geisel tornou-se presidente da República. Os meandros, os detalhes, tudo foi proibido. Hoje há liberdade para nós evoluirmos em torno do assunto. Hoje nós já podemos dizer, e eu até tenho feito muitos artigos, mostrando os candidatos que estão aí: um é o general João Batista Figueiredo, chefe do SNI, outro é o general Silvio Frota. Não candidatos colocados por eles mesmos. Não, eles ficam retraídos pessoalmente, mas há grupos em torno de cada um deles querendo fazê-los presidente da República. Há gente entendendo que o general Reinaldo Almeida deve ser o candidato, há gente achando que deve ser o general Dilermando Monteiro, de São Paulo, há até o senador Magalhães Pinto dizendo que é ele. Fala-se do ministro Nei Braga como uma possibilidade também. Fala-se que não será nenhum desses, mas um outro, que vai aparecer mais tarde. Quer dizer, hoje a realidade revolucionária nos dá uma ampla margem de manobra, como dava no passado aos jornalistas políticos, só que hoje nós podemos publicar isto.

Médici não queria Geisel

COOJORNAL — .E o presidente Geisel, como tem visto isso?

CARLOS CHAGAS — O presidente Geisel, pelo menos até agora, faz questão, apesar dos conselhos que já recebeu, e conselhos até de gente diretamente ligada a ele, a nível ministerial, para que restabelecesse a censura à imprensa, ele tem resistido, não quer a volta da censura. É claro que isto não agrada aos militares, não agrada aos detentores do poder. Cada vez que o nome de um deles aparece no jornal como possível candidato, eles ficam uma fera, dão pulos, gritam "absolutamente", "não sou candidato". Mas, num regime fechado, onde a sucessão vai se resolver por obra e graça, ou de um homem, que é o presidente Geisel, ou de um grupo restrito de homens, que são os 13 ou 14 componentes do Alto Comando, é claro que quando a sucessão se fecha tanto assim, todos têm chance, todos pensam, ou podem pensar, que têm possibilidades de chegar à presidência da República. Então, isso se torna perigoso para quem escreve a respeito disso, porque às vezes uma notícia apresentada contando os fatos como eles estão ocorrendo na realidade, ela pode prejudicar determinado interesse, ou até determinada candidatura. Mas paciência, até que nos impeçam nós continuamos escrevendo sobre isso.

COOJORNAL — Como se desenvolve este processo de sucessão dentro do Planalto?

CARLOS CHAGAS — O presidente Geisel, obviamente, não quer a sucessão aberta. Ele vai pretender obter sucesso onde todos os seus antecessores da Revolução fracassaram, isto é, ele quer coordenar a própria sucessão. Não quer dizer com isso que ele vá impor um nome. Não. Ele quer ser o coordenador não apenas do processo mas da indicação. Em outras palavras: ele quer que só apareçam candidaturas quando ele definir o momento. E obviamente ele quer jogar isso para o ano que vem porque o aparecimento agora de um sucessor já definido faria com que o pêndulo do poder passasse para esse outro sucessor. Então, o presidente atual, quase dois anos antes meio presidente, não será um presidente integral. Por outro lado, Geisel quer controlar a indicação na medida de que vá impor o general A ou B como sucessor, mas na medida em que ele vá vetar o general C ou general D porque não é ligado aos objetivos que ele entende como objetivos nacionais permanentes. Em suma, se aparecer uma candidatura de contestação a ele, um general que diga "tudo que está se fazendo aí está errado", "vou acabar com a economia de mercado", ou "precisamos partir para um socialismo democrático", coisa assim, o presidente Geisel tentará vetar esse nome. Nessa medida. Geisel controla a sucessão.

COOJORNAL — Isso será possível ou não?

CARLOS CHAGAS — Falei que ele vai tentar obter sucesso onde seus antecessores fracassaram. Castello não queria Costa e Silva, fez misérias para impedir a candidatura dele, candidatura esta fixada no meio militar, quer dizer, uma imposição militar. Quando Castello abriu os olhos, ele viu o seu Ministro da Guerra já candidato, a ponto de, numa viagem à Europa, dizer: "Eu vou ministro e volto ministro". Foi e voltou ministro. Naquele dia — e são interessantes estas reminiscências — em que o Costa e Silva embarcou para a Europa, dizendo esta frase aí, era ministro da Justiça o Juraci Magalhães. Então o Juraci foi ao Palácio das Laranjeiras, onde estava o presidente, lá no Rio, e disse: "Presidente, ou o senhor demite agora o general Costa e Silva ou ele já é o presidente da República". Isso foi dois anos antes de Castello entregar o mandato. Castello não teve condições de demitir, ele nem queria. Disse: "Não, não é bem assim". Depois, com o acirramento do processo, Castello tentou uma série de armadilhas contra Costa e Silva. E o Costa e Silva, com inteligência, muito bem cercado — e aqui vai uma revelação: o staff político do candidato Costa e Silva não era constituído apenas pelos seus auxiliares militares, por mais competentes que pudessem ser. Não era só o coronel Mário Andreazza, não era só o general Portella. Não, ali, atrás do general Costa e Silva candidato, havia uma série de políticos, e políticos ressentidos com Castello, por uma coisa ou outra. Ou por motivos políticos, ou econômicos, etc. Então, o grande mentor da candidatura Costa e Silva chamou-se Antônio Balbino. Parece um absurdo... O Castello não queria o Costa e Silva, teve que engolir. Costa e Silva, logo nos primeiros dois anos de governo, antes da assinatura do AI-5 — quer dizer, até ali um governo plenamente constitucional — ele pretendia fazer sucessor não um militar, essa é a história.

Presidente civil? Conversa pra boi dormir

COOJORNAL — Pois é, quais as chances de um civil?

CARLOS CHAGAS — O senador Jarbas Passarinho, por exemplo, declarou há poucos dias que o próximo presidente será um militar, mas o outro será civil. Essa conversa nós estamos ouvindo desde o Castello Branco, quer dizer, isso é conversa pra boi dormir. Porque dentro do atual sistema, dentro do atual regime, sempre o outro é que será civil, mas o próximo é militar. O Costa e Silva queria fazer seu candidato o Andreazza, que já tinha passado para a reserva, era no caso um anfíbio, muito mais um elemento disposto pelas classes civis, pelas classes políticas, do que indicado pelos militares. Veio o AI-5, foi tudo abaixo. Costa e Silva tentou restabelecer um pouco a plenitude democrática, tentou passar o governo ao sucessor sem o AI-5, houve uma reação muito grande dentro dos meios militares e ele acabou acometido duma trombose, sem voz, sem movimentos, morreu — empenhou no caso a sua própria vida nesta tentativa. A Junta Militar que se auto-investiu do poder não tinha o respaldo do presidente Costa e Silva, como chegou a ser declarado. No momento em que a Junta Militar tomou o poder ele se encontrava paralítico, sem voz e em estado de coma. Não poderia ter autorizado nada à Junta Militar, e quem tinha que assumir era o vice-presidente Pedro Aleixo. Mas o chamado Sistema não permitiu. Os três militares da Junta Militar tentaram, de início, continuar no poder até o fim do mandato do presidente Costa e Silva. Equivaleria a um ano e meio de Junta Militar, imagine que horror: o país com um ano e meio de Junta Militar! Mas aí, dentro do próprio sistema, a reação foi muito grande. Aquele era um governo precário, um governo candidato a se desfazer, a se corroer inteiramente. A Junta Militar acabou cedendo às pressões militares para fazer logo eleições, mas eleições sui generis: foram as únicas eleições diretas da Revolução, só que puderam votar apenas os oficiais generais das três corporações. Escolheu-se o general Médici. Durante todo o seu governo o general Médici prometeu restabelecer a democracia, não restabeleceu; ao contrário, piorou muito, e isto é outra história.

COOJORNAL — E a sucessão de Médici?

CARLOS CHAGAS — Quando começaram as preliminares sucessórias, o presidente Médici não queria o general Geisel. A candidatura do general Geisel surgia paralela já desde o primeiro dia do governo Médici. Desde o começo se falava no Geisel, presidente da Petro-

"Então passou a interessar o que os militares faziam ou pensavam. E surgiu o jornalismo militar que é bem mais difícil e perigoso"

brás, como um dos ou o candidato mais forte. Atrás dele ele tinha o respaldo daquele grupo castellista — que ele serviu no governo Castello — aquele grupo mais liberal, que era formado por Cordeiro de Farias, Ademar de Queirós, estes generais que infelizmente estão ficando hoje muito velhos, já estão desaparecendo politicamente e não estão deixando muitos substitutos... Mas, de qualquer maneira, a candidatura Geisel começou a se criar dentro desta perspectiva de uma volta ao liberalismo castellista — quer dizer, era a última expectativa de o país voltar à democracia, voltar àquele regime um dia idealizado por Castello Branco. Mas houve uma reação muito grande dos auxiliares da *entourage* do presidente Médici. E vamos dar nomes aos bois porque já está na hora de dar: o general Carlos Alberto da Fontoura, chefe do SNI, e o ministro João Leitão de Abreu, aliados ao senador Filinto Müller, foram os principais opositores à candidatura Geisel. Fizeram o diabo para impedir que se fixasse a candidatura Geisel. Mandaram emissários a outros generais, tentando que outros generais admitissem ser candidatos.

A sucessão já está na rua

COOJORNAL — Quem, por exemplo?
CARLOS CHAGAS — Por exemplo: foi um emissário ao general Humberto Melo, de São Paulo, tentando trazê-lo para a própria candidatura ou para outra candidatura de contestação a Geisel; foi um emissário ao general Oscar Luiz da Silva, no Rio Grande do Sul — esta história não pode ser contada em todos os detalhes porque é muito perigosa — mas este emissário foi ao Rio Grande do Sul sondar o general Oscar Luiz da Silva. Esse emissário se disse emissário do Planalto, mas foi o emissário de uma das pessoas do Planalto. Ele, quando tentou jogar o canto de sereia no próprio general Oscar Luiz da Silva, o general disse: "Olha, tá bem, o senhor volte daqui a duas horas porque agora eu estou ocupado". E telefonou ao general Orlando Geisel, ministro do Exército, no Rio, dizendo: "Olha, o que eu faço, tem aqui um emissário dizendo que é emissário do Planalto, e me chamando para ser candidato. Eu não quero ser candidato, acho que a candidatura deve ser do Ernesto", essa coisa toda. Pois bem. O general Orlando, que já estava uma fera com aquilo, porque era irmão do candidato, então disse simplesmente ao general Oscar Luiz da Silva: "Prenda!". E o emissário ficou preso durante um fim de semana no Rio Grande do Sul. Obviamente que era bem tratado, não foi pra cela nenhuma, mas ficou detido. Isso foi numa quinta ou sexta-feira. Na segunda-feira o general Orlando Geisel veio a Brasília, muito bravo realmente, e por coincidência ele tinha um despacho com o presidente Médici sobre promoções. Então, um destes elementos que nós já citamos, que era contra a candidatura Ernesto Geisel, cruza com o general Orlando no próprio gabinete do Médici. Tinha acabado de despachar, e ia despachar o Orlando. Esse elemento se vira e diz: "Então, meu general, o senhor está com a lista dos premiados?". Eram os coronéis que seriam promovidos a general. O general Orlando, irritado realmente, disse: "Premiados não. São aqueles que por justiça e por merecimento merecem, vão passar agora de coronel a general. E por falar em justiça, merecimento e honestidade — se não me engano foram estes os três vocábulos usados pelo ministro do Exército — eu quero lhe dizer, senhor fulano de tal, que o emissário que o senhor mandou ao Sul está preso". Aí, dizem, são versões, o presidente Médici, que estava assistindo àquele diálogo, disse: Mas calma, calma, o que foi que houve? Senta aí, Orlando, vamos, vamos resolver isso". Aí, dizem, o general Orlando disse: "Olha, eu já estou amolado com isso, você sabe, porque se tratava de você, você sabe, Médici, que eu não quis ser presidente da república. Você ofereceu a minha candidatura há mais de um ano, eu não quis porque temos que acabar com esta história no Brasil de todo o ministro do Exército ser candidato ou ser presidente da República. Por outro lado, eu tenho problemas de saúde, não quero ser presidente da República. Mas o que está se fazendo com o Ernesto é inadmissível e está partindo do próprio palácio". Então o Medici disse: "Não. Espera aí. Sente e vamos resolver aqui quem será o candidato. Você acha que é o Ernesto?" E naquele momento se decidiu fazer a tal sondagem ao Alto Comando. Foi feita quase que imediatamente e o Alto Comando do Exército obviamente opinou pela candidatura Ernesto Geisel como a que mais se amoldava às suas concepções, ao seu pensamento e ao seu desejo. E aí, dizem as más línguas, o que pesou mesmo não foram as quatro estrelas do general Ernesto Geisel, que tinha as quatro estrelas, mas as oito — quer dizer, quatro dele e quatro do irmão.

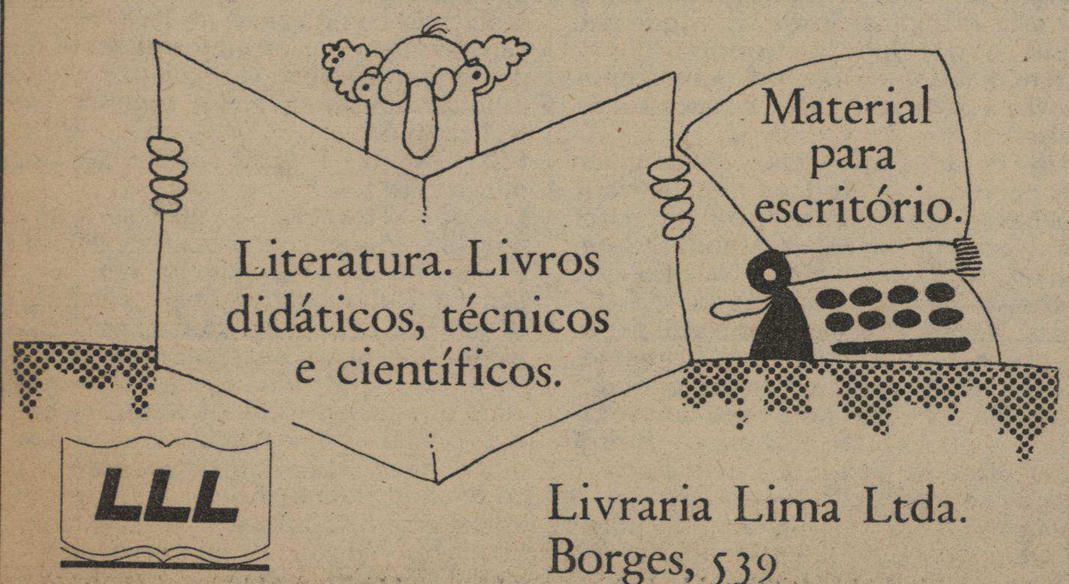
COOJORNAL — A partir daí...
CARLOS CHAGAS — Apesar disto, o presidente Médici continuou a tentar encontrar empecilhos. Dizem até que o senador Filinto Müller, infelizmente falecido num desastre de avião quando ia do Rio para Paris, estaria indo a Paris para mais uma vez oferecer, ou pelo menos tentar chamar para esta, eu não diria conspiração, mas para este grupo que não queria a candidatura Ernesto Geisel, tentar convencer o então embaixador do Brasil na França, general Lyra Tavares, para que aceitasse ser candidato. Dizem isto, mas infelizmente é impossível provar, porque o senador Filinto morreu. Tentou-se outra solução, não o presidente Médici, diga-se bem, porque ele naquele momento se integrou na candidatura. Mas alguns de seus auxiliares tentaram inclusive fazer a candidatura do general Adalberto Pereira dos Santos, que acabou sendo o vice-presidente. Dentro do governo Médici, um dos defensores da candidatura Ernesto Geisel foi o chefe do Gabinete Militar, general João Batista Figueiredo, hoje um candidato à sucessão de Geisel. Ele serviu como uma espécie de ponte entre Médici e Geisel.

COOJORNAL — E hoje?
CARLOS CHAGAS — Geisel foi escolhido e hoje a sucessão está mais ou menos nas ruas. O general Figueiredo é um dos candidatos, mas apesar de ser um candidato forte ele não está ungido nem está escolhido. Primeiro Geisel não admite especulações agora; segundo porque existem outras opções, outras perspectivas, outras candidaturas. O general João Batista de Figueiredo, atual chefe do SNI, é general de divisão e não tem a quarta estrela. Há uma espécie de consenso de que o presidente da República, além de ser militar saído do Alto Comando, tem que ter a quarta estrela. E este, entre outros, é um obstáculo à candidatura do Figueiredo. Ele não tem a quarta estrela e pelo Almanaque das promoções está em 12º lugar.

Então o general Orlando disse "Prenda"

COOJORNAL — Qual a saída, então?
CARLOS CHAGAS — Se a sucessão conseguir ser esticada até o começo do ano que vem, ela terá que se resolver então em março. E neste mês terá ou não o general Figueiredo a quarta estrela, pode ser que sim, pode ser que não. Isto depende do sistema de promoções que for desenvolvido pelo atual presidente. Figueiredo é o 12º da lista e até março do ano que vem, pelo que eu me recordo, vão estar abertas apenas mais quatro vagas. Então terá que haver aí um apressamento, se é que ele vai ganhar a quarta estrela. Isto não chega a ser um impedimento fundamental porque se ele não ganhar em março poderá ganhar em julho, ou novembro, antes de tomar posse. De qualquer maneira ele é um dos candidatos. Há poucos dias atrás, alguns jornais alguns jornalistas políticos evoluíram em torno do assunto. Inclusive o Villas Boas Correa, do *Estado de S. Paulo,* também disse que já estava caracterizada, concretizada, ungida e sacramentada a candidatura Figueiredo. Eu não acredito, ainda que ele tenha muita chance e suas chances tenham aumentado até com este novo pacote de retornas, pois nele o mandato presidencial foi estendido de cinco para seis anos. Ora, um presidente da república, na realidade atual, tem de ter não apenas uma capacidade intelectual, um

LIVRARIA LIMA, O SUPERMERCADO DA CULTURA.



Livraria Lima Ltda.
Borges, 539

"A candidatura Geisel era uma tentativa de volta ao liberalismo castellista. Houve uma reação muito grande contra ela em alguns círculos"

conhecimento dos problemas nacionais, experiência administrativa, não só isso; ele tem que ter também uma saúde de ferro, tem que ser um homem relativamente jovem. Se ele assume a presidência da república com 68 anos, por exemplo, e se ele ficar por seis anos ele vai terminar com 74, o que é um sacrifício duro de ser exigido de uma pessoa de mais idade ainda que Churchill, De Gaulle e vários outros exemplos de que tenham chegado à plenitude de sua capacidade política nesta idade. Mas como o general Figueiredo é mais moço, ele tem hoje 59 anos se não me engano, isto passou a ser um handicap para ele. Mas eu não acredito que o general Figueiredo, e nisto vamos fazer justiça a ele, não está aí se apresentando, fazendo visitas pré-eleitorais e articulando a sua candidatura e pedindo votos junto a seus pares. Ele está até numa situação muito fechada. Ele não quer de forma alguma aparecer como candidato. Ele sabe que um dos penhores para se ser candidato do presidente Geisel será o de ficar quieto, não aparecer como candidato.

COOJORNAL — Quais são as outras opções?

CARLOS CHAGAS — O general Sílvio Frota, como ministro do Exército, é uma opção Dentro da área política existem muitos deputados e senadores que entendem que a opção do general Frota, para eles políticos, principalmente da Arena, seria a melhor delas. Aí é que está: não sei se o presidente Geisel vai conter a sucessão presidencial até março do ano que vem.

O ideal seria eleger um novo congresso

COOJORNAL — E dentro disto ainda existem as correntes castellistas, moderadas, liberais, duras.

CARLOS CHAGAS — A corrente chamada liberal, pelos menos na forma como nós a entendemos, que era a corrente que queria mais uma vez a reunião da Revolução com a democracia, esta corrente, pelo menos em termos de lideranças maiores, está meio esmaecida. Houve uma espécie de despersonalização de lideranças no Exército e nas Forças Armadas e isto foi até bom, de uma certa forma. Hoje você não pode dizer "o general fulano de tal é um líder pelo seu pensamento, pela sua atuação". Ele é um líder, todos eles são líderes, senão não teriam chegado lá. Mas não há mais aquela liderança como havia até algum tempo atrás, quando se tinha o grupo do general Albuquerque Lima, o grupo do general Siseno Sarmento, o grupo do general Muricy. Não há mais estes grupos e felizmente é melhor que seja assim. As lideranças militares estão despersonalizadas, quer dizer, qualquer um deles poderá estar em condições de ser o candidato. De qualquer maneira, existem candidatos e candidatos.

COOJORNAL — E sempre generais...

CARLOS CHAGAS — Vamos fazer agora um pouco de justiça. Eu não tenho e jamais aceitei a tese de que os militares brasileiros estão no poder apenas pelo poder, apenas para mandar, influir. Nada disso. Os militares brasileiros não são casta como em outros países, inclusive da América Latina. Eles provêm do povo, sentem as mesmas dificuldades, têm aquela mesma ânsia de idealismo de resolver os problemas nacionais mais depressa do que eles podem ser resolvidos. Então, a partir daí é que eles começam a queimar etapas. A primeira etapa queimada é a etapa democrática. Eles acham que podem passar por cima ainda que nunca renunciem ao objetivo de um dia, no fundo, restabelecer a democracia. Esta história de "no fundo" é até engraçada porque depois deste pacote de reformas algumas figuras mais ligadas ao governo, talvez tentando acalmar um pouco o meio político e o meio jornalístico, disseram: "Não, estas reformas foram casuísticas, realmente foram reformas duras e difíceis, mas no fundo o Sistema, a Revolução, o presidente Geisel, o governo, no fundo continuam democráticos". O que nos leva à tentação de imaginá-los a todos dentro de um confortável submarino a dois mil metros de profundidade, porque só no fundo é que eles poderão ser...

COOJORNAL — Nesta questão sucessória, apenas na indicação do Costa e Silva aparece um grupo de políticos antigos. Hoje eles estariam completamente afastados. Eles ainda teriam alguma influência?

CARLOS CHAGAS — Não, os antigos e os novos estão completamente marginalizados. Não pesam absolutamente nada. Eles são um zero à esquerda. As pequenas lições da História servem para elucidar as coisas. Na eleição do presidente Castello Branco é claro que houve um sentimento revolucionário amplo, pela candidatura dele. Era um sentimento militar, um sentimento das classes empresariais; era um sentimento também da classe política. Castello Branco teve tantos escrúpulos quando seu nome apareceu que ele fez questão de dizer: "Eu só serei presidente se obtiver o apoio político". E ele fez questão de conversar com tudo quanto foi político, inclusive reuniu-se durante uma noite inteira com a cúpula do PSD lá no Rio de Janeiro, José Maria Alkmin, Juscelino Kubitschek, Amaral Peixoto e Joaquim Ramos, na casa de quem se realizou o encontro. O Castello chegou lá e disse: "Venho submeter-me a uma sabatina dos senhores".

Na eleição de Costa e Silva a coisa já mudou. O nome de Costa e Silva nasceu de uma reivindicação militar da linha dura. Veja a ironia da História: militares que achavam que Castello estava sendo mole demais, que não tinha cassado tantos quantos deveria cassar, que não tinha promovido tais ou quais reformas no campo social e econômico, levantaram a candidatura do Costa e Silva. Por ironia, na classe política imediatamente passaram a apoiar a candidatura Costa e Silva, não os duros da classe política, mas sim aqueles liberais que achavam que Castello tinha feito demais, que Castello era arbitrário demais, que Castello era excepcional demais. Você vê que a candidatura Costa e Silva nasceu de dois pólos opostos: a linha dura militar, que queria que ele fizesse mais, e a linha liberal civil. É por isto que o governo Costa e Silva acabou no que deu, no retrocesso do AI-5.

Os militares não formam uma casta

COOJORNAL — Aí veio Médici.

CARLOS CHAGAS — Já a eleição do Médici foi sui generis. Foi um colégio eleitoral constituído de 102 oficiais generais que votaram cada um em três candidatos e o candidato mais votado dentro de uma certa manipulação feita pelo então ministro do Exército Lyra Tavares foi o Médici, ainda que ele não tivesse o maior número de votos nas três corporações. Porque naquele tempo o candidato muito forte foi o general Afonso de Albuquerque Lima, que foi o mais votado na Marinha e na Aeronáutica. Então, se ele entrasse em terceiro lugar no Exército, ainda que fosse em terceiro lugar, engrossava o caldo. Então houve uma certa manipulação para que ele não entrasse nem em terceiro lugar na lista do Exército. Aí cabe ao general Lyra Tavares explicar como foi esta manipulação de votos, que deu muito o que falar na época.

COOJORNAL — Os políticos continuarão à parte na escolha do sucessor de Geisel?

CARLOS CHAGAS — Quem sabe quem vai participar? Todos os generais? Apenas o Alto Comando do Exército? Qual a participação da Marinha e Aeronáutica? Como será conduzido este processo de consultas? Tudo são dúvidas. Haverá uma pequena participação da classe política? Ainda que elementos liberais como Daniel Krieger e Magalhães Pinto fossem pela candidatura Ernesto Geisel, não tiveram a menor capacidade de influir. Há uma hipótese muito perigosa que é a seguinte: o colégio eleitoral se reunirá no dia 15 de outubro de 78. Os 359 deputados atuais — se nenhum for cassado até lá —, os 65 senadores e mais ou menos 100 deputados estaduais representando as Assembléias. De qualquer maneira, o Colégio não vai ultrapassar os 530 eleitores qualificados. Mas serão eleitores em fim de mandato, já desgastados, que já não representam mais a opinião pública como representavam na data de sua eleição em 74. O ideal seria se eleger um novo Congresso e este, um mês depois, elegeria o presidente da República. Mas isto poderia trazer problemas perigosos para os detentores do poder. Então, de propósito, é que o velho Congresso elege o novo presidente da República. A Arena, enfim.

COOJORNAL — Que, antes de votar, precisa homologar o ungido em sua Convenção Nacional.

CARLOS CHAGAS — Pois aí é que existe um problema. Vamos dizer que o sistema indique um general à Arena. No estatuto da Arena está escrito que um grupo de 25 convencionais pode apresentar uma candidatura na Convenção. Então a situação pode ser a seguinte: o governo apresentou o seu escolhido, mas 25 arenistas, desencantados, desiludidos, que vão perder a eleição parlamentar de 15 de novembro, que não querem mais saber da vida pública, ou ressentidos por mil motivos, eles têm condições legais de apresentar um outro general. E aí está o problema, porque a Convenção vai decidir pelo voto secreto. E quem dirá que a Arena não possa decidir que um candidato é melhor que outro? Mas isto é teoria porque se isto acontecer o Sistema tem seus rígidos controles sobre o meio político. Fará abortar qualquer veleidade neste sentido. A indicação do Médici é o melhor exemplo. Escolhido ele, pela Junta Militar, o ministro Rademaker, também membro da Junta, lembrou que se deveria reunir o Congresso, que estava em recesso há mais de um ano, para "legitimar" a escolha militar. Daí um dos participantes, não da Junta, mas lá da *entourage*, disse: "Mas, se nós abrimos o Congresso e depois o Congresso nos criar problemas como aquele de 1968?" Aí, eu não sei quem dos membros da Junta ou dos presentes disse o seguinte: "Muito simples, nós abrimos e, se precisar, nós fechamos de novo".

COOJORNAL — Qual seria uma saída para o país?

CARLOS CHAGAS — O ideal seria uma conciliação, uma composição geral, até à maneira daquela que foi feita pelo general Dutra quando chegou à presidência da República. Por incrível que pareça, o general Dutra, um militar, foi o presidente que uniu o país inteiro. É claro que as condições e a situação eram outras, mas estamos precisando de uma outra mentalidade Dutra. Mentalidade de um homem que quando lhe sugeriam qualquer arbitrariedade ele puxava um livrinho do bolso, que era a Constituição que ele portava, e dizia: "Tá no livrinho a gente faz, se não tá não fazemos". E ele conciliou o país.

Pense.

Pare para pensar.

Uma paradinha qualquer, um pensamentinho que seja.

Pense idéias ao alcance da realização, coisas práticas.

Num meio melhor de executar uma tarefa, de cumprir uma função.

Dê uma boa pensada na vida que você leva, no modo como reage e na sua postura em relação às mudanças do nosso tempo.

Reflita sobre problemas que lhe interessam ou lhe dizem respeito. Problemas seus, da sua comunidade — todos merecem maior reflexão.

Refletindo, você encontra soluções inesperadas, oportunas, construtivas e renovadoras.

Fazer do hábito de pensar uma forma de questionar fatos e atos é evoluir.

E todos nós, de um jeito ou outro, uns mais outros menos, estamos precisando de uma dose de evolução.

Não dessa evolução carregada de know-hows, tecnologias, avanços científicos e progressos. Não.

Estamos falando de idéias de ser humano para ser humano.

Se nós chegamos a este estágio cultural, foi porque há milhões e milhões de anos um ancestral nosso resolveu assumir o seu mais antigo e exclusivo privilégio biológico: o de pensar.

Não fosse isso, o Homem ainda seria um animal a mais na natureza.

Não teria acumulado conhecimentos nem sentido a necessidade de preservar e transmitir idéias.

Mas parece que todas essas conquistas estão nos custando muito caro. Estão impedindo da gente pensar.

Nós, da Pallotti, vivemos de imprimir idéias e não podemos conceber esse impedimento.

Porque achamos que ficar calado, engavetar criações ou desistir de imaginar, é ruim para você e para os que vivem ao seu redor.

A Pallotti, com este anúncio, não quer mudar o mundo. Só não queremos que pensem que por não opinarmos estamos satisfeitos com ele.

Vamos pensar. Com originalidade, com teimosia.

Pode ser que uma idéia sua contribua para aumentar a esperança ou otimismo em sua casa, no seu trabalho, na sua escola.

Pode ser que vire um conto, um livro. Uma peça de propaganda. Um manual de instruções. Um cartaz, um folheto ou um prospecto de utilidade pública. Pode ser que se torne um boletim de empresa ou mesmo um catálogo comercial.

Não importa. O que mais interessa é que pensando você pode participar intensamente de qualquer processo funcional que estiver envolvido e assim se realizar melhor.

Demos esses exemplos de idéias porque essa é a parte que nos toca no contexto geral. E porque nós da Pallotti acreditamos muito no que fazemos.

Mas se a sua felicidade depender de uma idéia que não precise de papel, tinta e impressora, não faz mal.

Nem só de idéias impressas vive o Homem.

LIVRARIA EDITORA PALLOTTI

Rua Tupi, 200 — Passo D'Areia (Volta do Guerino)
Fone 41.3976 — Cx. Postal 6010
90.000 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

COMPOSIÇÃO/FOTOLITAGEM/IMPRESSÃO

Livros • Catálogos • Boletins • Folhetos • Revistas • Cartazes • Anais • Prospectos • House-organs • Malas-diretas

"Saudações democráticas"

Por Marcelo Oscar Lopes

De Sinval Guazzelli, governador do Rio Grande do Sul, a Alencar Furtado, o combativo líder do MDB na Câmara Federal, erguem-se vozes em favor de convocação de uma assembléia constituinte, para votar uma nova Constituição e dar o primeiro passo para a normalização da vida política do país.

É uma solução a que o Brasil já lançou mão em vários momentos difíceis da sua história, nem sempre com os resultados esperados. Dom Pedro I dissolveu a Constituinte que ele mesmo convocara para dar à nação a Carta de 1824. Getúlio Vargas revogou a Carta de 1934 votada por uma constituinte e instituiu o Estado Novo. Promoveu o fechamento completo e passou a governar o país através de decretos-leis.

Mas, existe o exemplo de 1946 — o que logo salta quando se fala em Constituinte. Getúlio foi derrubado, houve eleições gerais, amplas e livres e os eleitos legaram uma nova Constituição ao país. A de 46, que os liberais consideram a melhor de todas, a chamada "Constituição da Liberdade".

Aproximava-se o fim da guerra e a vitória dos aliados, evidente desde 1943, criava uma nova atmosfera política em todo o mundo. Democracia era a palavra da moda. No Brasil, até o ditador Getúlio Vargas fazia promessas de abertura, para depois da guerra: "Em ambiente próprio de paz e ordem, com as garantias máximas de liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política do país, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro".

Vargas nunca achava que o país estava pronto para as mudanças, mas agora quinze anos de governo autoritário haviam desgastado o seu poder. No final de 1944 o ditador recebeu relatórios de críticas ao Estado Novo, correntes entre oficiais brasileiros que lutavam na Itália.

"Os brasileiros tinham se dado conta da anomalia de lutar pela democracia no exterior, enquanto persistia uma ditadura em seu próprio país", diz o historiador americano Thomas Skidmore. Dois anos depois, como resultado de um movimento popular, seria promulgada a constituição mais liberal que o Brasil conheceu. Onze meses antes o ditador tinha sido deposto.

Embora hoje a constituinte tenha voltado a ser uma reivindicação cada vez mais concreta em alguns setores da população, ninguém poderá dizer que o clima é o mesmo de 45, quando **democracia** era tema até de colunistas sociais e escolas de samba. A importância da constituição de 46 se deve ao fato de que foi a única elaborada com independência por um corpo legislativo que representava todas as facções políticas significativas do país na época.

SAUDAÇÕES DEMOCRÁTICAS

Certamente o período que antecedeu a promulgação da constituição de 1946 foi um dos mais agitados da história política do Brasil. Trezentos deputados e senadores, eleitos em dezembro do ano anterior com a incumbência de elaborar uma nova carta para o país, discutiram em detalhes os problemas da legislação nacional durante oito meses, desde a posse a 2 de fevereiro de 46. Somente no dia 18 de setembro seria aprovado o documento que iniciava com este preâmbulo: "Nós os representantes do povo brasileiro, sob a proteção de Deus em Assembléia Constituinte para organizar um regime democrático..."

Nem mesmo a conquista do hexacampeonato pelo Internacional, um título então inédito no futebol gaúcho, obteve tanta repercussão popular no Rio Grande do Sul como a discussão dos constituintes. No Rio a Escola de Samba **Vai se Quiser**, apresentou o enredo **Saudações Democráticas**, tema mais ou menos comum a todas as outras escolas. Parecia haver uma confiança ilimitada no poder criador da lei. Era como se as situações sociais e econômicas pudessem ser transformadas por um documento, uma esperança semelhante a dos constituintes de hoje.

DAMAS DA SOCIEDADE

Apenas dois dias depois da posse do Marechal Eurico Gaspar Dutra os deputados e senadores reuniam-se para a sessão inaugural da constituinte no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro.

As galerias estavam lotadas e, segundo o historiador Hélio Silva. "podiam ser vistas damas da sociedade vestidas como quem vai a uma ópera". A temperatura era de quarenta graus e a maioria dos constituintes não atendeu a exigêndo Itamaraty para que comparecessem de casaca e colete. O primeiro conflito ocorreu entre o presidente da Assembléia, senador Fernando de Melo Viana (PSD), e o público, que aplaudia ou vaiava os legisladores de acordo com suas simpatias políticas. Os mais barulhentos eram os udenistas (80 deputados e dez senadores) e os comunistas (14 deputados e um senador, Luis Carlos Prestes). Mas o partido majoritário era o PSD (151 deputados e 26 senadores). Nem mesmo uma pesquisa do Ibope, publicada nos principais jornais do país, indicando que 60% de seiscentas pessoas entrevistadas vetavam as vaias foi capaz de alterar o comportamento dos assistentes, para extrema e constante irritação de Melo Viana.

O Globo

Getúlio Vargas discursando na Constituinte

"GORDINHO INEXPRESSIVO"

Nos primeiros dias os debates se travaram em torno das realizações e desmandos do Estado Novo. O líder da UDN, senador Otávio Mangabeira, provocava os adeptos de Getúlio Vargas e o próprio ex-ditador, eleito senador por dois estados (São Paulo e Rio Grande do Sul) e deputado por outros nove, perguntando: "Que monstro pariu a carta de 1937?", conforme explicava o então repórter político Hélio Silva. Vargas iria ouvir muitos protestos contra o seu governo, o último deles do deputado baiano Aliomar Baleeiro (UDN) que o chamou de "gordinho inexpressivo e déspota medíocre". O ex-ditador não estava no plenário no momento, mas avisado entrou correndo no salão e subiu à tribuna gritando; "Quem tiver alguma coisa contra mim, eu espero lá fora para resolver de homem para homem". O convite foi aceito pelo deputado paulista Euclides de Figueiredo e somente a intervenção de outros constituintes impediu o conflito. No dia seguinte Getúlio Vargas voltava para Porto Alegre, de onde não voltaria nem para assistir a promulgação da carta, tendo-a assinado tempos depois.

Outro confronto significativo foi travado entre o udenista Juracy Magalhães e Luis Carlos Prestes. Dizendo que uma guerra entre a Rússia e o Brasil "só poderia ser imperialista. Seríamos contra ela e lutaríamos contra o governo que levasse o país a uma guerra desta natureza", o líder comunista deu os argumentos para que o PCB fosse declarado ilegal no ano seguinte e seus representantes no Congresso cassados, entre eles o escritor Jorge Amado e o futuro terrorista Carlos Marighella, que comandou o movimento de guerrilha urbana em 1968.

NOVE PARTIDOS

O trabalho de redação do projeto propriamente dito foi feito por um grupo mais discreto. Uma comissão que se reunia num andar superior do Palácio Tiradentes e era presidida pelo pessedista Nereu Ramos. Nela estavam representados, em proporções diversas, os nove partidos com assento na Constituinte: Partido Social Democrata, União Democrática Nacional, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Comunista Brasileiro, Partido Republicano, Partido Democrata Cristão, Partido Libertador, Partido Popular Sindicalista e Partido Republicano Progressista. Destacaram-se entre os 37 membros da comissão os trabalhos de Gustavo Capanema, Souza Costa, Agamemnon Magalhães, Benedito Valadares, Prado Kelly, Flores da Cunha, Aliomar Baleeiro, Raul Pilla e João Café Filho.

O resultado final foi uma carta de 218 artigos que unia as tradições liberais da constituição de 1891 com as conquistas sociais de 1934. Instituiu o direito de greve, devolveu a autonomia dos estados e municípios e manteve a interdependência dos três poderes. Na opinião da maioria dos juristas ela concedia exagerados poderes ao Legislativo, em detrimento do Executivo, o que certamente foi resultante dos quinze anos de ditadura que a antecederam. Ela descia a minúcias e ao mesmo tempo era muito ciosa dos direitos individuais, tendo se antecipado a alguns dos princípios básicos da Declaração dos Direitos Humanos, pela ONU, dois anos depois.

HISTÓRIA

Na verdade a constituição de 1946 é apenas uma das seis cartas que o Brasil independente conheceu, sendo cinco da era republicana. Isto significa que, em apenas 155 anos, o país já passou por seis transformações profundas em sua ordenação institucional e que o tempo de vida média de uma constituição brasileira é pouco inferior a 26 anos, o que, no mínimo, representa que o

Sessão plenária no Palácio Tiradentes

processo político nacional ainda não amadureceu.

A primeira constituição do Brasil foi outorgada pelo imperador Dom Pedro I, em 25 de março de 1824. Era inspirada no liberalismo do início do século XIX e limitou-se a organizar os poderes e a definir a liberdade pública de acordo com a doutrina jurídica da época. Preservava o absolutismo constitucional português, centralizando nas mãos do imperador os poderes Legislativo, Executivo e Moderador. Admitia uma representação popular através de um Senado vitalício e uma Assembléia eleita de quatro em quatro anos. Foi a que mais durou, 67 anos, tendo sofrido apenas duas alterações: um ato adicional em 1834, revogado seis anos depois, e a criação da presidência do Conselho de Ministros em 1847.

No dia 24 de fevereiro de 1891 a primeira constituinte republicana promulgaria uma nova carta, baseada na similar norte-americana, editada um século antes, e que concedia a mais absoluta autonomia aos estados e insistia na divisão dos poderes. Promoveu uma série de alterações importantes em relação ao documento imperial, eliminando o poder Moderador, o Senado vitalício e a união Igreja-Estado. Implantou um sistema presidencialista, o Senado temporário e a liberdade de culto. Sua vigência foi perturbada por inúmeras crises, que culminaram com a reforma de 1926, de caráter nacionalista e que centralizava o poder no centro do país. A constituição de 91 foi substituída pela Lei de Organização do Governo Provisório, logo após a tomada do poder por Getúlio Vargas, em 1930.

GOLPE DE 1937

Somente depois de três anos de governo é que Vargas resolveu instalar uma Assembléia Constituinte e no dia 16 de setembro de 1934 foi promulgada a terceira constituição brasileira. Era bastante liberal e baseada principalmente na carta da República de Weimar (Alemanha), aceitava todas as agremiações políticas, criava o salário-mínimo e a representação sindical no Congresso Federal. Seria derrubada pelo golpe de 1937, quando se instaurou o **Estado Novo**. Mantendo-se no poder, Vargas outorgou uma nova constituição em 10 de setembro de 1937, quebrando o princípio de harmonia e independência dos três poderes, pois o presidente controlava tanto o Executivo, como o Judiciário e o Legislativo. Além disso, extinguiu os partidos e instituiu o regime corporativista (fascista) sob a autoridade direta do presidente. Não chegou propriamente a vigorar, pois Vargas preferiu governar ditatorialmente até sua deposição em outubro de 1945.

REVOLUÇÃO

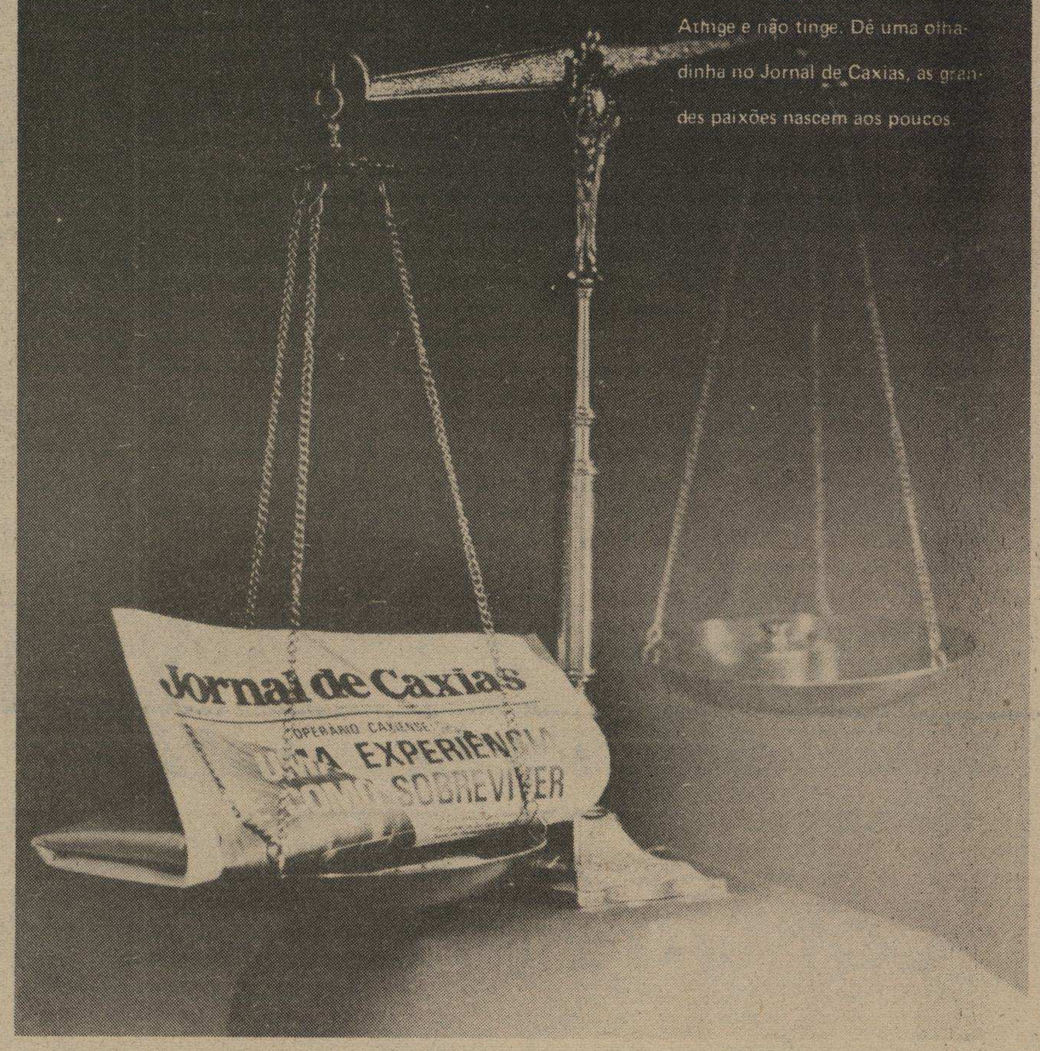
Com a queda do Estado Novo o país entrou numa era democrática que culminou com a promulgação da carta de 1946, considerada até hoje a mais liberal das constituições. Ela resistiu a várias crises antes de sucumbir. Em novembro de 1955 o Ministro da Guerra, Marechal Henrique Teixeira Lott, depôs o presidente da República em exercício, Carlos Luz, para assegurar a posse do novo presidente eleito, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Sobreviveu à implantação do parlamentarismo em 1961 e mesmo à revolução de 1964. Mas depois de mais de vinte emendas e cerca de quarenta atos complementares, foi revogada em 1967, durante o governo Castello Branco.

No dia 24 de janeiro de 1967 o Congresso Nacional promulgou a sexta constituição brasileira, um trabalho elaborado pelo jurista Carlos Medeiros Silva. Ela reconhecia uma nova realidade nacional, implantava as eleições indiretas e previa a possibilidade do presidente da República propor projetos de emenda à constituição. Entretanto estas alterações se mostraram insuficientes para a ação do processo revolucionário. Assim, a carta foi praticamente revogada pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), no dia 13 de dezembro de 1968, decretado pelo general Arthur da Costa e Silva. Este ato drástico previa a cassação de mandatos, suspensão de direitos políticos dos cidadãos e a possibilidade do presidente legislar em substituição ao Congresso, após decretar-lhe o recesso. O AI-5 foi sucedido por uma série de outros atos institucionais e complementares.

No dia 17 de outubro de 1969 foi outorgada uma emenda nº 1 à carta anterior que praticamente é uma nova constituição. Elaborada principalmente pelo vice-presidente da época, Pedro Aleixo, e revista por Carlos Medeiros Silva o texto vai mais longe que o anterior, quando diz que "ficam aprovados e excluídos de ação judicial os atos praticados pelo comando supremo da revolução de 31 de março de 1964", assim como todos os atos baseados em atos institucionais.

UM JORNAL DE PESO

Desde algum tempo o Jornal de Caxias está tendo outra impressão e quem sabe imprimir, sabe também exprimir. Está sendo lido por gente que interessa. E muito. Jornal de Caxias, um jornal de fato, sem farsas. Atinge e não tinge. Dê uma olhadinha no Jornal de Caxias, as grandes paixões nascem aos poucos.



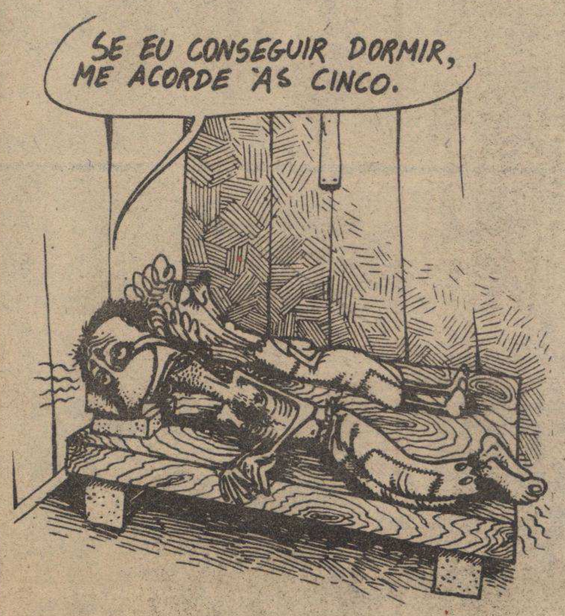
Um jornal como há muito não se tinha notícia

Jornal de Caxias

Rua Gal. Sampaio, 189 - Caixa Postal, 233 - Fone: 21.2555

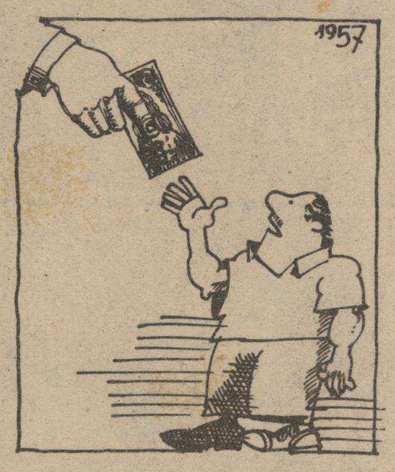
CANINI

JUSKA



VERÍSSIMO VÊ O MÍNIMO

O salário mínimo nasceu, provavelmente, quando o governo não pôde mais suportar a pressão social e os protestos de parte da população que se sentia espoliada e injustiçada com os salários pagos e cedeu à reclamação dos empresários: os empregados estavam ganhando demais, assim não dava para



trabalhar. Foi instituído um salário mínimo, calculado assim:

— Quanto é que uma família média precisa para sobreviver?

— Tanto.

— É muito. Pague-se um terço.

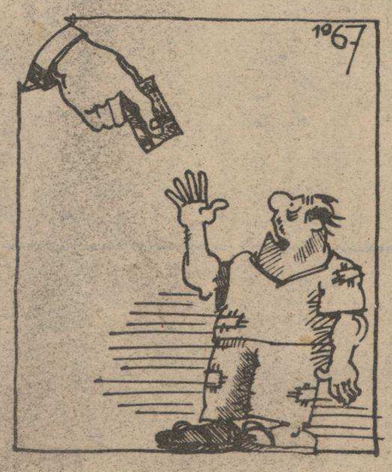
A família média brasileira não sobrevive, sobvive. É uma família média sem pão e manteiga. E este trocadilho só pode agravar a situação.

Hoje, claro, o método para calcular o salário mínimo é muito mais sofisticado. Um computador (computer) recebe um feed-in contendo todas as variáveis e projeções (variable index factor) econômicas para um determinado período de doze meses (one year) e o divide pelo preço médio do chuchu (chouchou) no mesmo (same) período, chegando assim, em dois minutos, ao salário recomendável (optimum wage thing). Em seguida o próprio computador revisa os seus cálculos e conclui:

— É muito (too much). Pague-se um terço e eles que se virem. Próxima pergunta.

A mulher do brasileiro médio, Amélia Médio, de prendas domésticas na casa dos outros, recebe o dinheiro do marido no fim do mês e vai correndo para o supermercado. Pega um carrinho e percorre os corredores do supermercado olhando, maravilhada, para todos os lados. Deixa o carrinho vazio na saída e volta para casa. Não compra nada mas o exercício lhe faz bem.

O filho do brasileiro médio, dono de grande curiosidade intelectual, quer saber:



— Mãe, o que é feijão?

— Pergunta ao seu pai, que é mais velho do que eu.

— O que é Deus?

— Deus é uma coisa que a gente não vê mas sabe que existe e que todo mundo espera encontrar um dia, neste mundo ou no outro.

— Deus é um bife?

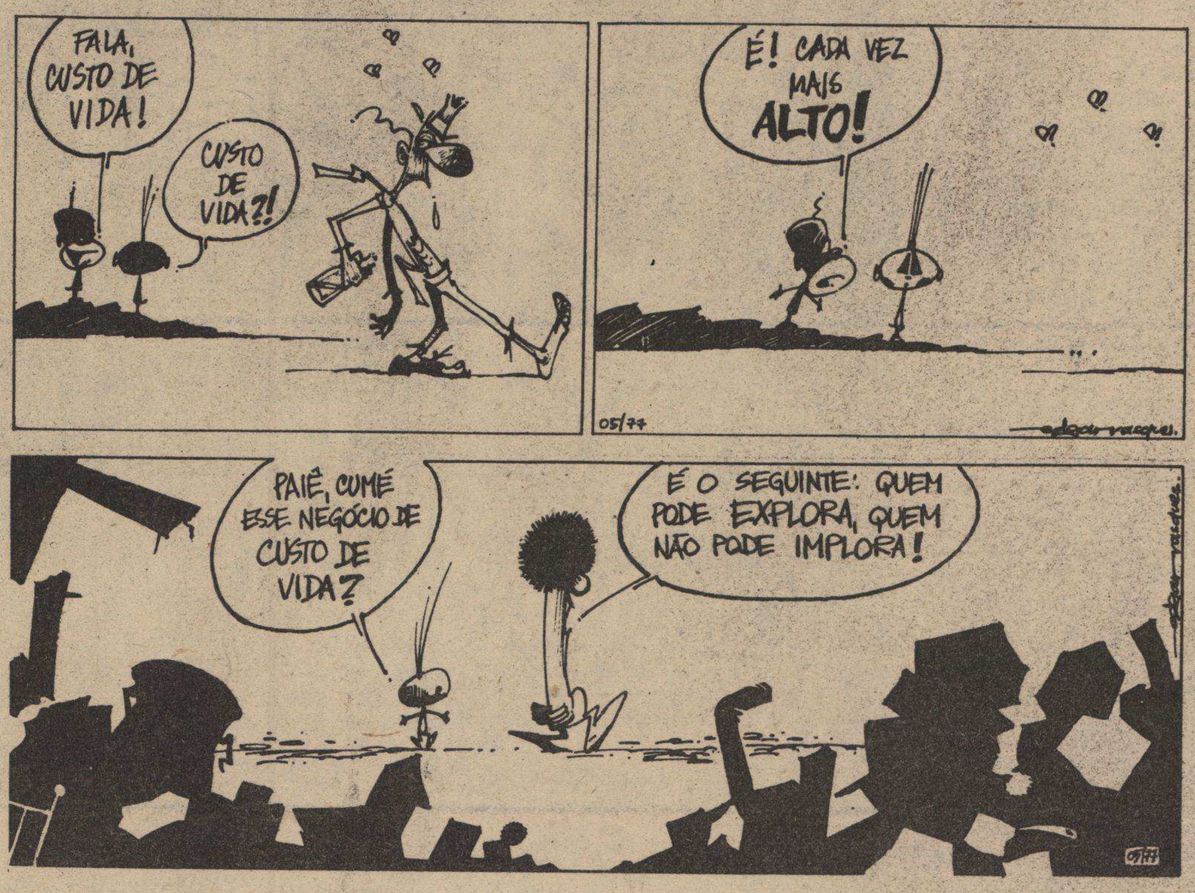
— Mais ou menos. E não coma seu almoço tão depressa. Você pensa que banana dá em árvore?

— Mãe, o que é salário mínimo?

— Não é nada, meu filho. Não é nada.

SOSA

RANGO/EDGAR VASQUES



FRAGA

• Às vezes eu fico imaginando o que eu não faria com um salário mínimo. Mas me basta ser um pouquinho realista para ver que eu não faria nada.

• Em se falando de roupas e de moda, o pobre é despido de qualquer preconceito. Aliás, é despido de qualquer outra coisa.

• Seguidamente eu penso o que seria de mim se vivesse num país com inflação pior do que a do Brasil no ano passado. Então, espantado, descubro que já vivo.

• O poder aquisitivo é algo realmente flutuante. Por exemplo: até o mês passado, uma bóia salva-vidas comum, de isopor, estava a Cr$ 85,00 e agora já está a Cr$ 122,00.

• De quando em quando eu me pergunto se vale a pena ganhar a vida honestamente. Aí reparo o quanto estão pagando pela honestidade e a pena aumenta. Um dia não haverá mais pobres sobre a face da Terra. Ascensão social para todos finalmente? Não. Milhões de pobres com sete palmos de terra por cima.

• Todos os dias indago de mim para mim como esquecer o custo de vida pelo menos na hora de dormir. E todas as noites pago mais caro pelo meu sonífero.

• Querem introduzir a justiça social no Brasil? Sou plenamente a favor!

• Em certos momentos, eu sonho com os administradores desta nação dando um jeito na miséria geral. Porque sei que é ilusão minha sonhar com o vice-versa.

Continental. Som de uma orelha a outra.

Nos 1120, rádio à moda da casa.

O crime, se não obedecer às leis capitalistas, não compensa muito. (Torquato Ssó)

TARSO VAI ÀS COMPRAS COM O MÍNIMO

Ora, que País é este...! Salário mínimo de Cr$ 1.027,00, País do carnaval, futebol e povo de índole pacífica, é claro. Ah, e a terra de Marlboro, Lutfalla, Grupo Lume, por aí.

Leio nos jornais de São Paulo, Rio, os do Brasil do norte do rio Pelotas, que só a família Lutfalla malhou o BNDE em 500 bi — 20 lotecas! —, com o aval do ministro Reis Velloso, que continua prestigiado. E nós, que não somos capazes de ter um amigão desses!

Os Lutfalla já estavam falidos e conseguiram que o Velloso lhes alcançasse 500 bi para "sanear" os papagaios. Afinal, a tecelagem da família não podia fechar. Sabe lá o que é largar no desemprego milhares de operários? Não, o "custo social" seria muito grande e o patrício Arnaldo Prieto não concordaria. Ministro que é gente como a gente sabe o que é ficar sem comida na despensa.

Pois isso aí me vem a propósito do novo salário mínimo. Como os dicionários da língua portuguesa falada deste lado do Atlântico, a Constituição e a CLT precisam mesmo de uma revisão (opa, recesso não, recesso não!!).

Senão vejamos: diz o Governo que do salário mínimo deve-se investir 44 por cento em alimentação, 24 por cento em habitação, 22 por cento em vestuário, 7 por cento em higiene e 3 por cento em transporte. Hospitalização, remédios, dentistas, médicos, colégio, taxa-escolar, livros, uniforme, farinha, passeios, turismo, nada consta. Mas vá lá, ficamos só com o preceituado na lei.

(Afinal, o deputado arenista Guido Moesch — ex-delegado regional do Ministério do Trabalho, tá na cara — diz que o acessório o Governo tá dando através do salário indireto. Como eleição, o resultado só aparece em discursos)

Mas, voltando à partilha do salário:

Primeiro, tira daí o compulsório para o INPS (os 8 por cento que o Governo está aplicando nas filas — programa "espera solidária"). Restam então Cr$ 944,84, de onde partimos para as compras. 44 por cento disso dá Cr$ 415,72. Vamos lá.

Reza o Decreto-Lei 399 que o mínimo indispensável para o prato de uma pessoa, por mês, se compõe de 7,5 litros de leite, 4,5 quilos de feijão, 3 quilos de arroz, 1,5 quilo de farinha de trigo, 6 quilos de batatas, 9 quilos de tomates, 6 quilos de pão, 600 gramas de café, 7,5 dúzias de bananas, 3 quilos de açúcar, 750 gramas de banha e 750 gramas de manteiga.

Diz o IBGE que a família média brasileira tem 4,5 pessoas. Vamos arredondar: 4.

Depois de uma investigada pelos supermercados de Porto Alegre, cheguei a esses números:

CONSUMO MENSAL DE UMA FAMÍLIA DE QUATRO PESSOAS

PRODUTO	QUANTIDADE POR PESSOA	TOTAL MENSAL DA FAMÍLIA	PREÇO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
LEITE	7,5 litros	30 litros	Cr$ 3,50	Cr$ 105,00
FEIJÃO	4,5 quilos	18 quilos	Cr$ 6,96	Cr$ 125,28
ARROZ	3 quilos	12 quilos	Cr$ 3,94	Cr$ 47,28
FARINHA DE TRIGO	1,5 quilos	6 quilos	Cr$ 2,68	Cr$ 16,08
BATATA	6 quilos	24 quilos	Cr$ 6,50	Cr$ 156,00
TOMATE	9 quilos	36 quilos	Cr$ 10,00	Cr$ 360,00
PÃO	6 quilos	24 quilos	Cr$ 6,80	Cr$ 163,20
CAFÉ	600 gramas	2,4 quilos	Cr$ 55,00	Cr$ 132,00
BANHA	750 gramas	3 quilos	Cr$ 21,10	Cr$ 63,30
MANTEIGA	750 gramas	3 quilos	Cr$ 30,75	Cr$ 92,25
AÇÚCAR	3 quilos	12 quilos	Cr$ 4,82	Cr$ 57,84

CUSTO TOTAL DE ALIMENTAÇÃO POR PESSOA	Cr$ 329,55
CUSTO TOTAL DE ALIMENTAÇÃO DA FAMÍLIA	Cr$ 1.318,23

Espera aí, moça, güenta um pouquinho. Eu.... er... acho que vou ter que devolver alguma coisinha. Vejamos, tenho Cr$ 415,72 pro rancho. Ops.

Bom, faz o seguinte: tira do pacote aí o feijão. É. bom, tira também o arroz. Ainda não deu? Então devolvo a farinha de trigo, pra quê, né? E a batata, tomate e banha. Agora deu?

O que sobrou? Café, leite, açúcar, pão e manteiga. Quanto dá? Cr$ 550,33. Não, não. Ainda falta. Então tira a manteiga. Fica em Cr$ 458,04. Pô. Sem açúcar não dá. Bom, então empacota assim mesmo que a diferença eu tiro de outra rubrica.

Vamos então de café com leite e pão. E poupando, que já estamos devendo nisso Cr$ 42,32.

Carne, leite, ovos, frutas... Aliás, o Decreto-Lei 399 prevê bananas à mesa. Não deu para entrar. Se der pra trocar por cenoura, já sei o que fazer com a manteiga.

Casa. Cr$ 226,76 por mês para o aluguel. Sabe onde? Se souber, fica lá pela Restinga, a Cr$ 3,00 do centro. Se conseguir um emprego que um ônibus baste e que a vianda seja comida no trabalho, seriam Cr$ 6,00 de passagem por dia, para um só, claro. O resto da família fica na quadra mesmo. Seriam então, dando de barato, Cr$ 120,00 por mês em passagens.

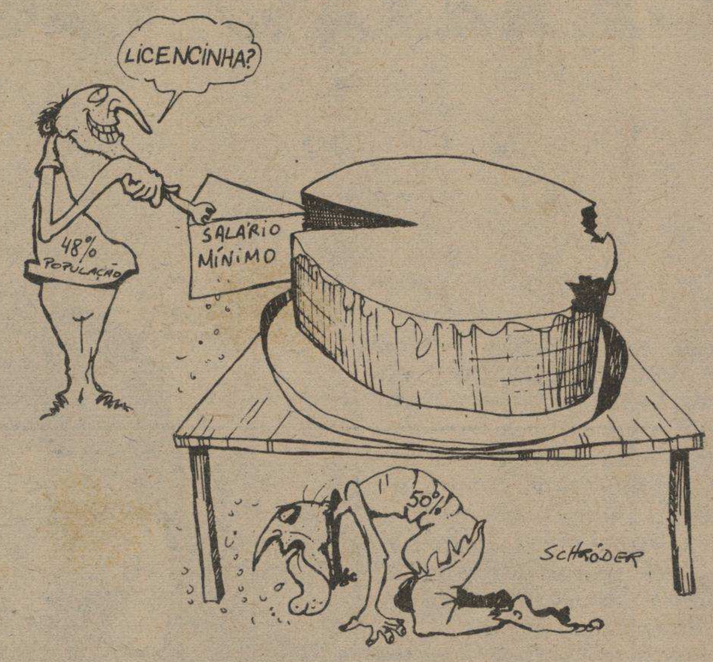
A lei fala em 3 por cento do salário mínimo. Cr$ 28,34. Já sacamos, com passagens e a comida, Cr$ 133,98 de outro item.

Restam vestuário e higiene: Cr$ 273,99 no total. Descontado o deficit do rancho e do ônibus, sobram Cr$ 140,01. Roupa ou banho? Sapato ou pasta de dentes? E a taxa escolar? Os livros? O remédio? A luz?

Pst, seu Reis Velloso, o povo abriu falência. E são milhões! Não descola aí uma graninha do BNDE? Olha que o "custo social" impressiona os técnicos lá... Não dá? O Lutfalla e a turma raspou tudo?

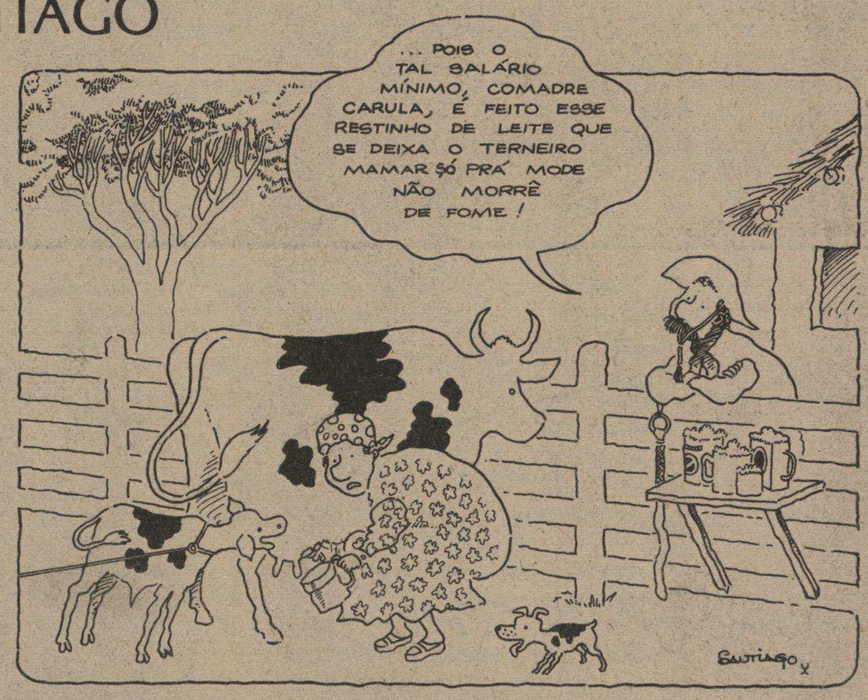
Então, seguinte: agora em 1978 a gente vota na Arena, faz de conta que tudo tá bem e vocês inventem aí uma saída honrosa. Olha que o custo de vida já deu 4,65 por cento ao mês...

SCHRÖDER



FERRÉ E A PROPAGANDAIA

SANTIAGO



LIÇÃO DE ECONOMIA

Aplicar muito capital em veículos = quanto mais eles andam, menos dinheiro você tem.

auto locadora gaúcha

O carro que você quiser, na hora que você quiser. Sempre.
P. Alegre - Fones: 21-3333, 21-5555, 24-5166, 42-4510 e 42-5363.
São Paulo: Rua da Consolação, 323 - Loja 28 - fone: 258-1233

Promoção: Elevação funcional que, muitas vezes, se consegue delmaneira degradante. E em outras também. (Mário Cezar Goulart)
Promoção: Calcula-se multiplicando cada operário pelo seu próprio suor. (Mário Cezar Goulart)
Reajuste salarial: Acréscimo no ordenado que atinge, no máximo, até 50% do acréscimo do custo de vida. (Mário Cezar Goulart)

Um livro cruel sobre o crime de Búzios

Por Francisco Reis

O assassinato da granfina Ângela Diniz pelo seu amante *Doca* Street, em dezembro do ano passado, mereceu uma excessiva atenção da imprensa. Esse gasto excessivo de tinta, papel e foto colorida com um simples crime passional é uma das razões do livro **O Crime Antes da Festa**, do jornalista e escritor Aguinaldo Silva. Não para aproveitar a onda, mas exatamente para dizer o que foi distorcido ou não foi dito nos jornais.

O livro é um relato "cruel e impiedoso" de parte das vidas de Ângela e Doca, do meio em que eles viviam, de como o fato foi explorado pela imprensa, de como versões forjadas serviram para manter no centro das atenções um cadáver, mesmo depois que ele já fora sepultado há algum tempo em Belo Horizonte.

Ângela Diniz não emerge do livro como algum personagem dos romances de Scott Fitzgerald, embora Aguinaldo tenha intitulado um dos capítulos de "Lembranças de Scott Fitzgerald". Ela e *Doca* não são Gloria e Anthony, o casal de "Belos e Malditos", embora tenham em comum com eles a futilidade, a frustração dos sonhos desfeitos e o dinheiro, além, é claro, do tédio.

E, como assinala Aguinaldo no início do livro, a ilusão da imortalidade — no caso de Ângela, depois de passar incólume pelas atribulações de um casamento desfeito, um assassinato em sua mansão, a silenciosa condenação da sociedade mineira, uma prisão por tráfico de tóxicos e a acusação de seqüestro dos filhos.

Aguinaldo, como redator de O Globo, acompanhou o caso; passaram por suas mãos quase todas as matérias publicadas a respeito. Antes, em 1973, ele já participara da cobertura do assassinato do ex-vigia da mansão de Ângela em Belo Horizonte; quando ela foi presa por tráfico de tóxicos e quando trouxe os filhos, colocados após o desquite sob a guarda do ex-marido, em sua companhia para o Rio e foi acusada de seqüestro.

Em nenhuma dessas ocasiões os fatos deixaram de ser noticiados por jornais de todo o país. Havia algo além da obscura satisfação dos jornalistas em ter à sua mão uma mulher "da alta sociedade".O que pode explicar a repercussão tão ampla de uma ocorrência — e aqui o significado que o linguajar policial dá à palavra é perfeitamente aceitável — tão simples?

Uma frase do livro pode responder em parte à pergunta. Aguinaldo diz, a certa altura, que os intelectuais contestadores nada mais são do que a face exótica do poder. O noticiário a respeito do *crime de Búzios* foi lido nas redações dos jornais talvez com avidez maior que a dos leitores que compraram os exemplares nas bancas.

Pareceu, durante os muitos dias em que a morte de Ângela Diniz ocupou espaço na imprensa, que o modo de vida da burguesia exercia um fascínio quase hipnótico sobre aqueles que, teoricamente, deveriam guardar certa distância necessária à análise dos fatos.

A festa dos granfinos exigia um cronista suficientemente cruel e Aguinaldo não deixou de sê-lo — de seu livro, que se pode chamar de cruel, não escapam a imprensa, a polícia, os amigos de Ângela Diniz, ela própria e *Doca* Street, todos subitamente despojados, surgindo diante do leitor como ele não os poderia ver simplesmente lendo o que foi publicado nos jornais a respeito do crime.

Quando o ministro Evandro Lins e Silva, contratado para defender *Doca* Street, surgiu no cenário então já montado pela imprensa com a cumplicidade da polícia, procurou dar alguma coerência ao caso — "é simplesmente um crime passional", disse ele.

Mas já era um pouco tarde: a imprensa manipulara versões a tal ponto (o caso precisava, é claro, "ser notícia") que *Doca,* apresentado a princípio como um homem capaz de requintes de crueldade, tornara-se a vítima de uma mulher impiedosa que, por sua vez, recebera o que merecia. Pena que nada disso fosse verdade.

"Eram duas crianças para quem a vida freqüentemente fora um brinquedo perigoso às vezes, é certo, mas apenas um folguedo ao qual se entregavam com paixão. E que de repente, através do amor que subitamente sentiram um pelo outro, perceberam o quanto havia de fútil em tudo o que tinham feito até então. Só que a constatação desse fato não lhes dera coragem bastante para mudar", diz Aguinaldo.

As fraquezas de ambos estão no livro, descritas por alguém que, conhecendo as distorções a que os fatos foram submetidos, pouco ou nada deixou escapar, desde o dia da "apresentação oficial" de Ângela Diniz à sociedade mineira, já como uma bela *mercadoria* para ser posta à venda pelo melhor preço, até a noite de 30 de dezembro de 1976, na qual, a partir do momento em que as redações receberam a notícia de sua morte, passou a vigorar um acordo tácito entre a imprensa, a polícia, os amigos de Ângela e os amigos de *Doca:* era preciso aproveitar ao máximo aquele cadáver

O capítulo nove, em que Aguinaldo descreve uma missa de sétimo dia em memória de Ângela, mostra o bom uso que se fez desse cadáver: foi, diz ele, uma missa celebrada em clima "bastante festivo": "uma das amigas de Ângela tocou violão (...) durante toda a cerimônia (...) Ela havia escolhido para a missa duas composições suas que os demais ainda não conheciam".

Tudo, naturalmente, teria sido feito sob os olhares dos repórteres e fotógrafos e à luz dos refletores da televisão — estavam todos lá —, não fosse o padre, que não o permitiu.

Aguinaldo diz acreditar que em seu livro conseguiu chegar ao equilíbrio: "Ele é jornalístico na medida em que se prende aos fatos, mas ao mesmo tempo não dispensa a visão bem mais crítica do escritor".

DENUNCIANDO O JOGO

Aguinaldo Silva fala a respeito de seu livro, que a editora de Carlos Lacerda recusou:

—A idéia de escrever um livro sobre o caso Ângela Diniz não foi minha, mas de uma editora. Alberto Flaksman, à época diretor da poderosa Nova Fronteira, me chamou e apresentou sua idéia sobre o livro, que incluía um contrato tentador para um escritor não muito acostumado a receber em dia o pagamento dos direitos autorais: eles seriam pagos adiantadamente (o cálculo seria para uma edição inicial de cinco mil exemplaees), e ao autor seriam feitas apenas duas imposições: o prazo para conclusão do livro — 28 dias — e número de páginas: no mínimo 150.

—Três dias depois de aceitar a oferta da editora, eu já havia decidido que não faria simplesmente um livro *encomendado,* mas partiria para uma obra inteiramente pessoal, que fosse, ao mesmo tempo, coerente com o que eu vinha fazendo até então, não só no jornalismo, mas na literatura.

—A primeira coisa a fazer seria partir do crime para chegar a uma visão mais abrangente do mundo no qual ele se incluía; assim, o que passou a me interessar foi principalmente o que aconteceu depois da morte de Ângela Diniz: essa espécie de orgia, a festa na qual seu cadáver foi muitas vezes devorado.

—Quando faltava menos de uma semana para a entrega dos originais — que eu pretendia cumprir religiosamente —, aconteceu o pior: Carlos Lacerda, dono da Nova Fronteira, demitiu seu diretor , Alberto Flaksman, após uma briga e resolveu arquivar todos os seus planos; o mais imediato deles era a publicação de **O Crime Antes da Festa.** Para evitar problemas com a Justiça, a editora cumpriu integralmente a parte que lhe cabia no contrato — o pagamento adiantado dos direitos autorais da primeira edição —, após o que me liberou do compromisso.

—O problema é que a essa altura eu já transformara o livro numa coisa pessoal demais, para me ver desobrigado de qualquer compromisso em relação a ele. Por isso parti para a busca de um novo editor, e tive a sorte de chegar a um acordo com a editora Lidador, que previa o lançamento em bancas, o que efetivamente foi feito e num prazo recorde: quinze dias após a assinatura do contrato.

—**O Crime Antes da Festa** tem sido acusado de "excessiva crueldade": o modo como eu apresento as pessoas chamadas *colunáveis* — quer dizer, as ricas e belas personagens das colunas sociais —, já foi condenado com veemência por algumas delas;eu diria que fui, no máximo, impiedoso para com essas pessoas, mas isso não terá grande importância, se levarmos em conta que a piedade não é, exatamente, o sentimento preferido de cada uma delas; se eu fui igualmente impiedoso com outras pessoas envolvidas no caso — policiais, advogados e até os jornalistas encarregados da cobertura —, isso se deve, muito mais, ao clima de *festa* com que o caso foi conduzido e que acabou sendo o tema principal do livro.

—No caso particular dos jornalistas, eu gostaria de dizer que não estou me referindo, no livro, aos profissionais, especificamente; estou falando de uma situação a que chegou a grande imprensa em nosso país, na qual a verdade dos fatos é, quase sempre, o que menos conta, e da qual todos nós jornalistas — mesmo os que se limitam a fazer o jogo das empresas — somos vítimas, conscientes ou não.

—É evidente que o livro tem muito a ver, também, com as minhas preocupações *político-sexuais;* afinal, essa é a coerência a que me referi. Nele, no entanto, eu deixo bem claro, mais uma vez, que me recuso a fazer o jogo que é caro a tantos intelectuais da classe média: contestar o poder na aparência, mas no fundo revelar um mórbido fascínio em relação aos que o exercem.

—Eu me recuso a participar desse mundo falso e hipócrita que permite a existência e alimenta mitos como Ângela Diniz e *Doca* Street. Ao contrário, acho que meu dever é denunciá-lo, mesmo que isso custe uma série de restrições ao meu trabalho, que eu — ainda por força da tal coerência — estou preparado para compreender. **O Crime Antes da Festa** mereceu, até agora, o mais absoluto silêncio da parte dos grandes jornais; um sinal de que ele atingiu realmente o objetivo, ou seja, incomodar os que os dirigem e sustentam.